

TVR
N.º 348, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 104/2020
OF 108/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.962, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 469, de 5 de maio de 2015 - Race FM - Rádio Comunitária Educadora FM, no município de Santa Rita - PB;
- 2 - Portaria nº 6.169, de 1º de dezembro de 2015 - Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1, no município de Ibatiba - ES;
- 3 - Portaria nº 6.224, de 1º de dezembro de 2015 - Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM, no município de Alexandria - RN;
- 4 - Portaria nº 69, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural Nova Palma, no município de Nova Palma - RS;
- 5 - Portaria nº 95, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Comunicação Comunitária Taquarense, no município de Taquara - RS;
- 6 - Portaria nº 96, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari, no município de São Pedro do Sul - RS;
- 7 - Portaria nº 97, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Rádio Comunitária de Pocinhos, no município de Pocinhos - PB;
- 8 - Portaria nº 777, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Educativa e Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos, no município de Mário Campos - MG;
- 9 - Portaria nº 914, de 31 de março de 2016 - Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus, no município de Coração de Jesus - MG;
- 10 - Portaria nº 1.005, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Solidariedade, no município de São Luís - MA;
- 11 - Portaria nº 1.258, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Amparo aos Artistas de Cajazeiras, no município de Salvador - BA;
- 12 - Portaria nº 1.458, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá, no município de Santa Luzia do Paruá - MA;
- 13 - Portaria nº 1.824, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Renascer de Guaimbê, no município de Guaimbê - SP;
- 14 - Portaria nº 1.950, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde, no município de Caconde - SP;
- 15 - Portaria nº 1.081, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Beneficente Elshadday, no município de Recife - PE;

- 16 - Portaria nº 1.112, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Apuaé de Sananduva, no município de Sananduva - RS;
- 17 - Portaria nº 1.450, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Nova Erechim FM, no município de Nova Erechim - SC;
- 18 - Portaria nº 1.845, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente Bom Samaritano, no município de Angelândia - MG;
- 19 - Portaria nº 1.883, de 7 de junho de 2017 - Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros, no município de Bezerros - PE;
- 20 - Portaria nº 1.944, de 7 de junho de 2017 - Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo, no município de Ribas do Rio Pardo - MS;
- 21 - Portaria nº 1.955, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia, no município de Goianésia - GO;
- 22 - Portaria nº 1.960, de 7 de junho de 2017 - Centro Social José Paulino, no município de Jaçanã - RN;
- 23 - Portaria nº 1.962, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, no município de Cabeceiras do Piauí - PI;
- 24 - Portaria nº 2.176, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Iapuense de Radiodifusão, no município de Iapu - MG;
- 25 - Portaria nº 2.198, de 7 de junho de 2017 - Associação Assistencial Rio de Contas, no município de Jequié - BA;
- 26 - Portaria nº 2.479, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta, no município de Córrego Danta - MG;
- 27 - Portaria nº 3.171, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte, no município de Candeias do Jamari - RO;
- 28 - Portaria nº 6.166, de 20 de dezembro de 2017 - Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri, no município de Nova Olinda - CE;
- 29 - Portaria nº 815, de 5 de julho de 2018 - Associação Cultural dos Amigos e Amigas de Nova Esperança do Piriá - ACANEP, no município de Nova Esperança do Piriá - PA;
- 30 - Portaria nº 1.027, de 14 de março de 2018 - Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello, no município de Munhoz de Mello - PR;
- 31 - Portaria nº 1.030, de 14 de março de 2018 - Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana, no município de Valença do Piauí - PI;
- 32 - Portaria nº 1.254, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, no município de Almino Afonso - RN;
- 33 - Portaria nº 1.261, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Virgem dos Pobres, no município de Ibateguara - AL;
- 34 - Portaria nº 1.266, de 14 de março de 2018 - Associação Cultural Comunitária Nova Missão, no município de Mogi Mirim - SP;
- 35 - Portaria nº 1.359, de 14 de março de 2018 - Rádio Comunitária Indianova - FM, no município de Indianópolis - MG;

36 - Portaria nº 2.432, de 6 de julho de 2018 - Associação de Comunicação Social de Barra de São Francisco, no município de Barra de São Francisco - ES;

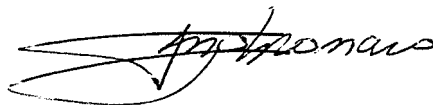
37 - Portaria nº 2.578, de 12 de junho de 2018 - Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano, no município de Banabuiú - CE.

38 - Portaria nº 6.845, de 16 de janeiro de 2018 - Fundação de Assistência Comunitária José Belém, no município de Vigia - PA;

39 - Portaria nº 7.038, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, no município de Brodowski - SP; e

40 - Portaria nº 7.229, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Bolivar Freire, no município de Datas - MG.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. A. S. Santos', is written over a horizontal line.

EM nº 00607/2019 MCTIC



Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036560/2012-19, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, inscrita no CNPJ nº 07.245.012/0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabeceiras do Piauí, estado do Piauí, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6692/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1962, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1962/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036560/2012-19 e nº 53760.000705/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1797126** e o código CRC **5BA5C910**.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1797126



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35698/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.036560/2012-19.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4679458** e o código CRC **9EF33256**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO


Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.036560/2012-19

(Processo de Outorga nº 53670.000705/1998)
760

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC**, sediada na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, tem validade até 08/08/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 26 de setembro de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

P 319 - 11/07/00
D 183 - 08/08/02

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO
DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF


53000 036560/2012-19

SEAPA/SCE

02/08/2012-08:41

A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS - ADECOC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.245.012/0001-25, com sede à Rua São José, sn, na cidade de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí CEP 64.105-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 319 datada de 05/07/2000 e Decreto Legislativo nº 0183 publicado no Diário Oficial da União datado de 08/08/2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Cabeceiras do Piauí (PI), 30 de julho de 2012


Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado
Presidente
CPF:228.003.523-53

Sealco



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO
DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado, na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, declaro para os devidos fins que:

A emissora não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

A emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

A emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Cabeceiras do Piauí (PI), 30 de julho de 2012



Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado
Presidente
CPF: 228.003.523-53



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Cabeceiras do Piauí (PI), 30 de julho de 2012


Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado
Presidente
CPF: 228.003.523-53



Receita Federal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.245.012/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/01/1986
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SAO JOSE	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 64.105-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CABECEIRAS DO PIAUI	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 31/07/2012 às 12:06:26 (data e hora de Brasília).

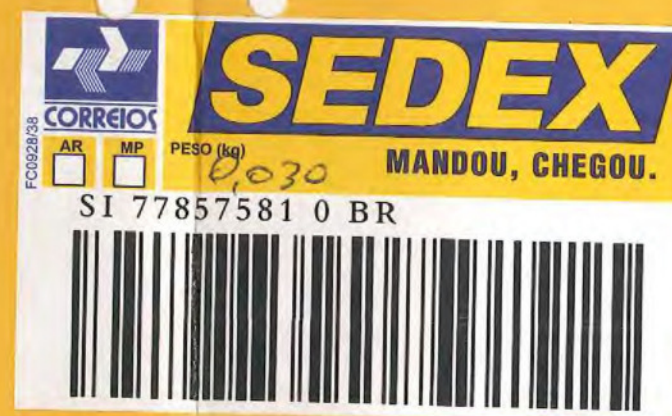
Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 31/07/2012



Ministério das Comunicações
Explanante do Ministério Bloco R
CEP- 70044-900
Brasília - DF



Remitente - Associação de Desenvolvimento Comunitário
Tôco de Cabecuras - ADECOC
Rua São José S/Nº - Centro
Cabecuras do Piauí - PI

64 105-970



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2499/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: Solicitação de Documentação relativa ao requerimento de Renovação de Outorga

Referência: Processo de renovação nº 53000.036560/2012
Processo de Outorga nº 53670.000705/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, conforme Portaria de autorização nº 319, publicada no D.O.U. de 14/07/2000 e Decreto Legislativo nº 183, publicado no D.O.U. de 08/08/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de encaminhamento da documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;
- III. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- IV. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;
- V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

VIII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;

IX. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

X. Declaração, assinada pelo representante legal, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, bem como atestando a sua nacionalidade; que deverá ser comprovada mediante apresentação de algum dos documentos elencados no subitem 8.4 da Norma Nº 01/2011. Chamamos atenção para o fato de que não será aceita, a título de comprovação de nacionalidade, a Carteira Nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

XI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;

XII. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio; bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

XIII. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

Obs.: A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.



CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de outubro de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2499/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 31 de outubro de 2012.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF

Ofício nº 39.23 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 31 de outubro de 2012.

À Senhora

SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO

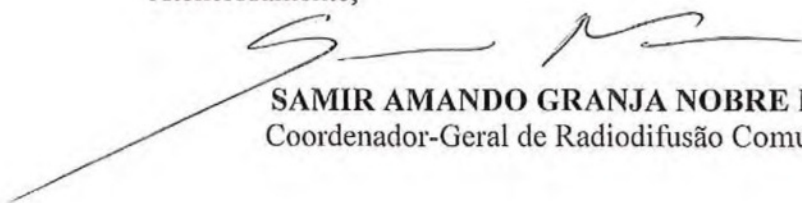
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC
Rua São José, s/nº, Centro
64.105-000 Cabeceiras do Piauí - PI

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.036560/2012.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.036560/2012**, na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2499, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.
3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ministério das Comunicações
10
RUBICA

Nº _____ RAZÃO SOCIAL _____ ENDEREÇO / ADDRESS _____ CEP / CODE POSTAL _____		Of. 3923 /2012/CGRC/SCE-MC 53000.036560/12 SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO Ass. De Desenv. Comunitário De Cabeceiras – Adecoc Rua São Jose, S/N – Centro 64105-000 Cabeceiras Do Piauí/PI	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION _____ _____		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR <i>x Antonio Wilson Lopes</i> NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 13/11/12	CARIMBO DE ENTREGA / BUREAU DE DESTINATION 13 NOV 2012
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR 1625-266 SSP/PI		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENCE Adecoc Cabeceiras Do Piauí/PI	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**CORREIOS
BRÉSIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

RQ 20743743 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRAS MAIÚSCULAS

NOME OU RAZÃO

ENDEREÇO PARA

CIDADE / LOCAL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

BRASIL

02
EXIREN -
EX Renovação

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS - ADECOC

CNPJ: 07.245.012/0001-25
RUA SÃO JOSÉ, SN – CENTRO
CABECEIRAS DO PIAUÍ – PI



OFICIO Nº 28/2012

Cabeceiras do Piauí (PI), 11 de dezembro de 2012

Ao Senhor
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiofusão Comunitária
BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 060863/2012-44

SEAPA/SCE

13/12/2012-08:10

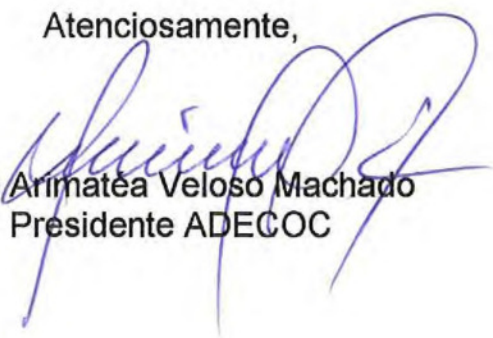
Assunto: Resposta a Nota Técnica relativa à análise do processo nº.
53000.036560/2012.

Senhor Coordenador,

Em resposta ao Ofício nº 3923/2012/CGRC/SCE-MC, datado de 31.10.12, recebido em 13/11/12, conforme AR-Postal estamos encaminhando a documentação solicitada pela Nota Técnica nº **2499/2012/CGRC/SCE-MC**, referente ao processo de renovação nº **53000.036560/2012** da Outorga concedida à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras – ADECOC, para a execução do Serviço de Rádiofusão Comunitária na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Dessa forma, esperamos sanar as pendências que foram indicadas na Nota Técnica nº 2499/2012 a este anexada.

Atenciosamente,


José Arimateia Veloso Machado
Presidente ADECOC

zune



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF

Ofício nº 3923 ; /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 31 de outubro de 2012.

À Senhora

SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC

Rua São José, s/nº, Centro

64.105-000 Cabeceiras do Piauí - PI

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.036560/2012.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.036560/2012, na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2499, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.
3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2499/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Solicitação de Documentação relativa ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.036560/2012
Processo de Outorga nº 53670.000705/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, conforme Portaria de autorização nº 319, publicada no D.O.U. de 14/07/2000 e Decreto Legislativo nº 183, publicado no D.O.U. de 08/08/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de encaminhamento da documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- OK** I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- OK** II. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;
- OK** III. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- OK** IV. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;
- OK** V. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

mf/CGRC

OK VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

OK VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

OK VIII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

IX. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

OK a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

OK b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

OK c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

OK d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

OK X. Declaração, assinada pelo representante legal, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, bem como atestando a sua nacionalidade; que deverá ser comprovada mediante apresentação de algum dos documentos elencados no subitem 8.4 da Norma nº 01/2011. Chamamos atenção para o fato de que não será aceita, a título de comprovação de nacionalidade, a Carteira Nacional de habilitação (CNH), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

OK XI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;

OK XII. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio; bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

OK XIII. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

Obs.: A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.



CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de outubro de 2012.


NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2499/2012/CGRC/SCE-MC.

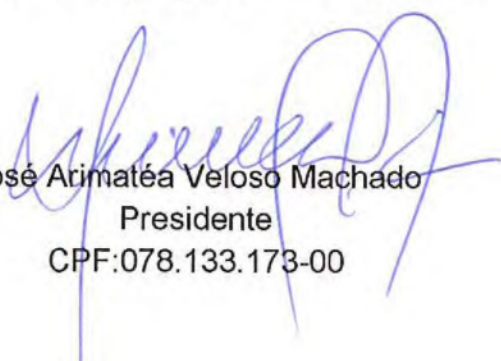
Brasília, 31 de outubro de 2012.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Cabeceiras do Piauí (PI), 10 de dezembro de 2012


José Arimateia Veloso Machado
Presidente
CPF:078.133.173-00

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA


Eu, Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado, na qualidade de representante legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, declaro para os devidos fins que:

A emissora não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressaltados os casos de apoio cultural;

A emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

A emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Cabeceiras do Piauí (PI), 10 de dezembro de 2012


José Arimateia Veloso Machado
Presidente
CPF: 078.133.173-00



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.245.012/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/01/1986
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R SAO JOSE	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 64.105-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CABECEIRAS DO PIAUI	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL ..			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

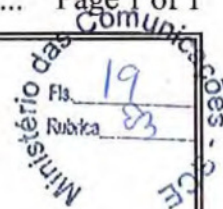
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 10/12/2012 às 19:11:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/12/2012



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS
CNPJ: 07.245.012/0001-25

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:30:36 do dia 21/11/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/12/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

Walbert Brito Silveira, Tabelião Público Designado, do Cartório Único da Cidade e Comarca de Barras, Estado do Piauí, por nomeação legal, etc...



CERTIDÃO



CERTIFICO que, buscando e revendo os livros de Registros de Pessoas Jurídicas deste Cartório Único e dos antigos Cartórios do 1º, 2º e 3º Offícios, constatei o REGISTRO como abaixo se segue: Livro A-02, fls. 75 verso a 80, sob nº 19, datado de 07/10/1985, Cartório do 1º Ofício: **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS.**

CAPÍTULO I: Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Art. 1º É instituída uma associação de desenvolvimento comunitário de Cabeceira originária de movimento espontâneo, entre os habitantes da comunidade. Art. 2º A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e leis que lhe forem aplicáveis. Art. 3º A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Cabeceiras, município de Barras – PI e tem por objetivos: I – promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo; II – proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores; III – proporcionar aos associados e suas dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; IV – promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas. Art. 4º A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos: I – Assembléia Geral; II – Diretoria Executiva; III – Conselho Fiscal. § – 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos Órgãos referidos neste artigo não será remunerado. § – 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral. **CAPÍTULO – II - Da Assembleia Geral.** Art. 5º - A Assmbleia Geral é órgão supremo da Associação, constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos. § – 1º - A Assembléia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento de um terço dos associados. § – 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita através de edital, afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, com antecedência de oito dias. § – 3º - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera: I – em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados; II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número. § – 4º - A Assembléia Geral Extraordinária reúne-se e delibera: I – em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados; II – em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados. Não havendo esse número mínimo na segunda convocação, será fixada nova data para realização da Assembléia. § – 5º - Preside a Assembléia Geral qualquer associado



CERTIDÃO
Este documento contém a reprodução fiel do original e não pode ser usado para fins de fraude ou falsificação.
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí, PI
de 12 de 2012



seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos. § - 1º serão eleitos também (três) suplentes para o Conselho Fiscal. § - 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente - Art. 17º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir que será assinar por todos os seus membros. Art. 18º - Compete ao Conselho Fiscal: I - fiscalizar todo o movimento financeiro da comunidade quer de receita, quer de despesa; II - verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados; III - fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva; IV - examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados.

CAPÍTULO - V - Dos Sócios: Art. 19º - Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderam aos seguintes requisitos: I - manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação, preenchendo a correspondente e proposta de inscrição; II - tenham seu pedido de inscrição aprovado; III - pagarem a contribuição prevista no Art. 21º, a IV, a partir do mês da inscrição.

CAPÍTULO -VI - Dos Direitos e Deveres dos Sócios: Art. 20º - Os sócios, quites com a Tesoureira da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este estatuto, têm os seguintes direitos: I - votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do conselho Fiscal; II - usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação; III - recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva; IV - participar de qualquer promoção levada a efeitos pela Associação; V - oferecer sugestões; VI - requerer a convocação da Assembleia Geral, caráter extraordinário. Art. 21º - Os sócios têm as seguintes obrigações: I - cumprir o Estatuto, os regulamentos e as disposições da Associação; II - exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados; III - colaborar com as iniciativas de Associação; IV - pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria Executiva até o último dia do mês de competência. Art. 22º - O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação fica sujeita às seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva: I - advertência, sempre por escrito e em caráter reservado; II - suspensão de um a doze meses: a) os reincidentes em infração punida com advertência; b) os que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuição pecuniária; III - exclusão: a) os reincidentes em infração punida com suspensão. § - 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso não à Assembleia Geral. § - 2º - a apresentação de recurso não terá efeito suspensivo. §- 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

CAPÍTULO VII. Das Eleições: Art. 23º - A eleição para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta. Art. 24º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

CAPÍTULO VIII. Do Patrimônio - Art. 25º - Os recursos da Associação são constituídos de: I - contribuições pagas pelos sócios; II - doações e subvenções públicas e/ ou privadas; III - produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios; IV - outras receitas. Art. 26º - o patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebido ou por ela adquiridos. § - 1º - Em caso de extinção da



Walber Brito Silveira
Tabelião Público Designado
Anexado Judicial
02/10/2012-9



Associação, seu patrimônio será doado a entidades assistências, devidamente registrado no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeados na Assembleia Geral de dissolução. § - 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação. § - 3º - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim. **CAPÍTULO - IX - Disposição Geral e Transitória:** Art. 27º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho fiscal expirará no dia 27 de setembro do segundo ano de mandato. Art. 28º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva. Cabeceiras, 07 de outubro de 1985. A) José Arimatéa Veloso Machado - Presidente. Era o que se continha no presente e para aqui bem e fielmente digitei e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Barras/PI., 04 de junho de 2012



Walbert Brito Silveira

Tabelião Designado

Walbert Brito Silveira
 Tabelião Público Designado
 Ar. 1ª Inst. Judicial
 Matr. 408447-8



CERTIDÃO
 Certifico que a presente cópia contém o original e no qual me reporto e sou testemunha da verdade.
 Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 2012
 Escrivão Judicial Designado

CARTÃO UNICO
 Raimundo Ferreira da Silva Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI

Walbert Brito Silveira, Tabelião Público Designado, do Cartório Único da
Cidade e Comarca de Barras, Estado do Piauí, por nomeação legal, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICO

que, buscando e revendo os livros de Registros de Pessoas Jurídicas deste Cartório Único e dos antigos Cartórios do 1º, 2º e 3º Offícios, constatei a averbação abaixo: **Livro A-02, fls. 77 a 78, sob nr. 19, datada de 22/10/1993.** Ilm^a. Sra. Escrivã do Cartório do 1º Ofício, desta Comarca de Barras – Estado do Piauí. A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras do Piauí, pessoa jurídica de direito, com sede em Cabeceiras do Piauí, devidamente registrada em livros de Pessoa Jurídica, no livro – A, nº 2, às fls. 75 v. a 80, sob nº 19, neste ato representado pelo seu presidente – o Sr. José Evangelista Torres Lopes, vem, mui respeitosamente, á presença de V.Sa., nesta e na melhor forma de direito requerer que seja averbado a margem do livro, o qual o referido estatuto foi registrado, fazendo constar, mais um artigo, conforme ficou decidido em assembleia geral ordinária, documento em anexo, qual terá a seguinte redação: Art. 29 – “ A ADECOC, é constituída por número ilimitado de sócio, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político.” Diante do exposto, e por demais provas em anexas, é que requer a V.Sa., se digne de averbar a margem do livro acima citado, fazendo constar mais u artigo de nº 29, no referido do estatuto. N. Termos; P. e Deferimento por ser de inteira JUSTIÇA. Barras – PI. 21.10.1993.a) José Evangelista Torres Lopes – Presidente da Associação. Era o que se continha na presente e para aqui bem e fielmente digitei e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Barras/PI, 04 de junho de 2012

Walbert Brito Silveira

Tabelião Designado

Walbert Brito Silveira
Tabelião Público Designado
Ar. 124 Judicial
1007438



CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia contém
com o original e não qual me
reporto o
Em testemunho
da verdade
Cabeceiras do Piauí, 04 de 12 de 2012

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

Walbert Brito Silveira, Tabelião Público Designado, do Cartório Único da Cidade e Comarca de Barras, Estado do Piauí, por nomeação legal, etc...

CERTIDÃO



CERTIFICO

que, buscando e revendo os livros de Registros de Pessoas Jurídicas deste Cartório Único e dos antigos Cartórios do 1º, 2º e 3º Offícios, constatei a averbação abaixo: **Livro nº A-02, fls. 79 a 80, sob nº 19, datado de 12.04.1994.** Ilm^a. Sra. Escrivã do Cartório do 1º Ofício, desta Comarca de Barras – Estado do Piauí. A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras do Piauí, pessoa jurídica de direito, com sede em Cabeceiras do Piauí, devidamente registrada em livros de Pessoa Jurídica, no livro – A, nº 2, às fls. 75 v. a 80, sob nº 19, neste ato representado pelo seu presidente – o Sr. José Evangelista Torres Lopes, vem, mui respeitosamente, á presença de V.Sa., nesta e na melhor forma de direito **REQUER QUE SEJA AVERBADO DO LIVRO**, o qual o referido estatuto foi registrado, fazendo constar, mais um artigo, conforme ficou decidido em assembleia geral ordinária, documento em anexo, qual terá a seguinte redação: “ Art. 30. I – A ADECOB não visa a distribuição de cros ou dividendos a seus participantes; II – Em caso de dissolução ou extinção, patrimônio será destinado a instituição registrada no CNSS ou entidade; III – A Assembléia Geral é órgão: IV – Inexistente cargo de direção. **DIANTE DO EXPOSTO** e por demais provas em anexas, é que requer a V.Sa., se digne de averbar as margens do livro acima citado, fazendo constar mais um artigo de nº 30, I, II, III, IV, no referido estatuto. P. Deferimento. Barras – PI., 12. 04. 94. A) José Evangelista Torres Lopes – Presidente da Associação. Era o que se continha na presente e para aqui bem e fielmente digitei e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Barras/PI, 04 de junho de 2012

Walbert Brito Silveira
Tabelião Designado
Walbert Brito Silveira
Tabelião Público Designado
Ar. 403442-8

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia confere com o original que contém, e no qual me reporto e dou fé.
Em testemunho
da verdade
de 20 de 12
Escritório Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



Lista de presença dos associados da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC à Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de Setembro de 2011, para a escolha da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para o biênio que se inicia em 27 de Setembro de 2011 com término em 27 de Setembro de 2013. Seguem as assinaturas:

Sabiana Araújo Silva
Luís Coelho da Rocha
Sri da Rocha Rocha



Antônio Pezando S. S. A. A. S.
Antonio Vitor de Sampaio Almeida Filho
Antonio Pezando S. S. A. A. S.

Carlos Wagner Borges da Costa
Paulo de Otonio Vitor Marchante

Emilsson Fran Gomes Soares
Julio Am de Carvalho R. L.

Ronald Ferreira de Sousa Filho
Maria de Salina Macêdo Araújo



Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento
José Benedito Filho

João Otávio Ferraz Filho

Francisco Perceira Cardoso

Antônia Gonçalves da Silva

Maria do Rosário Barbosa Macêdo

Maria Soares Silva Araújo

Juciana Ferreira Silva

Jose Guedes da Silva

Edmilson Teodoro Soares

Francisco das Chagas Batista Lopes

Marcelo dos Santos Filho

CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia contém o original que contém no qual me aporço e notifico em testemunha das partes em 25 de Setembro de 2011.
Escritor Judicial



CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia contém o original que contém no qual me aporço e notifico em testemunha das partes em 25 de Setembro de 2011.
Escritor Judicial

GRAFSET

Giuvardo de Araújo Melo

Francisco das Chagas dos Santos

Maria Francis Dalva Nascimento dos Santos

x Luis Gonzaga Ferreira de Sousa

Roberto Carlos Vencelosi Junior

José Brazio dos Santos

duis opse de macido

Maria Raimunda Barros Pereira

Vicente de Paesla Rocha

Suplente do Socorro Melo Soares Made

Joseph Auz Melo

Carlos Henrique Lira Melo

Francisco Clemente Vanderley

Francisco Gera do Cabrin

Francisco Carlos do Al

Antônio de Loureiro

x João Maria da Rosa

João Batista Lora

Raimundo Moniz Batista

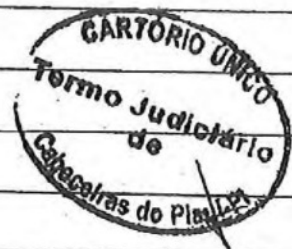
x Vicente Lopes

AMANDA LIMA DE SOUSA

Silvestre Barbosa

Luis Rodry

Miguel Pereira Barros



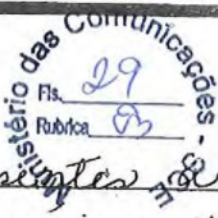
CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia confere com o original e no qual me reporto e Em testemunho da verdade
Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 12
Escritor Judicial Assinado



CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escritor Judicial Assinado
Cabeceiras do Piauí-PI

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário de La Brezias - ADECOC, realizada em 25 de Setembro de 2011, para escolha dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, para o biênio que se inicia em 27 de Setembro de 2011 com término em 27 de Setembro de 2013.

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de

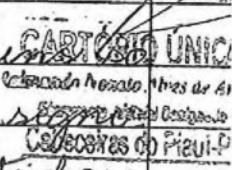


o deliberado pelos sócios presentes do
dos mesmos do quadro de sócios do
ADECDC. Wando sequência aos trabalhos, o senhor
Presidente deu início ao processo eleitoral, cole-
tando a inscrição de apenas uma chapa pa-
ra concorrer a eleição para o biênio de vi-
te e sete de setembro de dois mil e onze à vi-
te e sete de setembro de dois mil e treze, pa-
ra os membros da Diretoria Executiva e Con-
selho Fiscal, ressaltando-se o fato de que hou-
ve uma manifestação por parte dos sócios
presentes, por aclamação, no sentido de que os
sócios que formam a chapa única, inscrita
desse continuidade até então desenvolvidos. Conhe-
cido o resultado da eleição, a chapa inscrita
recebeu a unanimidade dos votos dos sócios
presentes ficando a Diretoria Executiva assim
constituída: PRESIDENTE: José Arimatéia Velo-
so Machado; VICE - PRESIDENTE: Suzana Ma-
ria do Socorro Melo Soares Machado. SECRE-
TÁRIO: Luís da Costa Rocha; 2º SECRETÁRIO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho; TESOUREI-
RO: Miguel Soares de Oliveira Filho; 2º TESOU-
REIRO: Hudson Veras de Sampaio Almendra Fi-
lho. O Conselho Fiscal eleito ficou assim cons-
tituído: PRESIDENTE: João Batista Soares Ne-
to; 1º MEMBRO: Manoel Vieira de Sousa; 2º
MEMBRO: Luís Gonzaga Ferreira de Sousa; 1º
SUPLENTE: Manoel de Lourdes Cardoso Nascimento
to; 2º SUPLENTE: Maria do Rosário Barbosa
Macedo; 3º SUPLENTE: Francisco das Chagas dos
Santos. Nada mais havendo a tratar o se-
nhor Presidente determinou que se lavrasse a
presente ata suspendendo os trabalhos para es-



dois e reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, em segunda e última sessão, às nove horas e trinta minutos no Auditório do CEAS, sob a presidência do Senhor José Arimatéia Veloso Machado, livremente escolhido pelos associados presentes para presidir a Assembleia, tendo este escolhido a Senhora Juliana Araújo Silva para secretariar os trabalhos. Iniciados os trabalhos, o senhor José Arimatéia Veloso Machado fez uma exposição da Gestão da Diretoria Executiva presidida por ele, discriminando as atividades desenvolvidas durante o mandato que se encerra, apresentando em seguida prestação de contas referente ao biênio finalizado, com o respectivo parecer favorável do Conselho Fiscal, recebendo as referidas contas aprovação por todos os sócios presentes. Em seguida, o presidente da Assembleia discorreu sobre a necessidade de atualização dos dados da ADECOC junto a Receita Federal e demais órgãos e instituições federais, estaduais e municipais uma vez que tais dados remontam à época em que a ADECOC foi fundada, em 1985, quando Labreiras ainda era povoado de Barras - Piauí. Atualmente a ADECOC, com CNPJ nº 07.245.000/1-25, está situada à Rua São José, 51, Centro, no município de Labreiras do Piauí, CEP 64.105-000. Questionado por alguns sócios, foi discurtido o fato de um número significativo de sócios já devidamente advertidos e suspensos insistirem em não pagarem suas contribuições e não darem a mínima justificativa à Diretoria, nem participarem da Assem-

Certifico que a presente fotocópia contém o original e o conteúdo e o valor e dou fé em Testemunha
Cabeleiros do Piauí



se fim. Restantes os trabalhos foi lido e aprovada a presente ata que vai devidamente assinada por mim Fabiana Araújo Silva que secretariei os trabalhos, pelo presidente, pelos sócios presentes que assim desejarem. Cabeceiras do Piauí, vinte e cinco de setembro de dois mil e onze.

Fabiane Araújo Silva

Luís Coelho da Rocha

Guilherme de Sá Almeida Filho

Romário Faria de Sousa Filho

Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento

Antônia Gonçalves da Silva

Maria do Rosário Barbosa Macedo

Alfredo de Almeida Filho

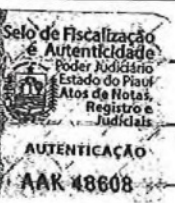
Francisco das Chagas dos Santos

Luís Gonzaga Faria

Suzane Maria do Socorro Melo Farias

João Batista Lago

Antônio de Sousa



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia com o original que contém, e no qual se encontra o original, é verdadeira e fidedigna, e não contém nenhuma alteração ou modificação.
Em testemunho da verdade, em 25 de maio de 2012, no Cartório do Piauí.
Escritório Judicial Designado
CARTÓRIO UNICO
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia com o original que contém, e no qual se encontra o original, é verdadeira e fidedigna, e não contém nenhuma alteração ou modificação.
Em testemunho da verdade, em 25 de maio de 2012, no Cartório do Piauí.
Escritório Judicial Designado
CARTÓRIO UNICO
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

CARTÓRIO UNICO
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

CARTÓRIO UNICO
Termo Judicial de Cabeceiras do Piauí-PI

CARTÓRIO UNICO
Termo Judicial de Cabeceiras do Piauí-PI

CERTIDÃO

Certifico, que a presente ata transcrita sob os fols. 01 a 03 deste livro, foi registrada em Livro Proprio de Pessoas Jurídicas, no Cartório Unico de Cabeceiras do Piauí - Termo Judiciário da Comarca de Barões, Estado do Piauí, liv. n.º 01, às fols. 168-V a 169-V, sob n.º 13, digo, 173, em 25 de maio de 2012.

O referido é verdadeiro e dou fé.
Cabeceiras do Piauí, 25 de maio/2012



CARTÓRIO UNICO
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.500.344 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/01/11

NOME JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO

FILIAÇÃO MARIA DAS MERCÊS VELOSO MACHADO
OZIREZ DE CASTRO MACHADO

NATURALIDADE BARRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 16/05/1954

DOC. ORIGEM RT.CASAM. 21 L 1C F 21C
ALTOS-PI 26/11/84

133.173-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

CIC

ASCIMENTO 16.05.54 INSCRIÇÃO NO CPF 073 133 173 00

CONTRIBUINTE JOSE ARIMATEA VELOSO MACHADO

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



CERTIDÃO

certifico que a presente fotocópia contém com o original e no qual me reporto a da verdade

Em testemunho de 10 de 12 de 2012

Cabeceiras do Piauí

CARTÃO ÚNICO

Reimpresso em 10 de 12 de 2012

Escritório Judicial Designado

Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

INTERPRINT LTDA.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 508.161 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/08/11

NOME SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO

FILIAÇÃO MARIA JOSÉ MELO LAGES ALCIDES DO RÊGO LAGES FILHO

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 28/01/1963

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 21 L 1C F 21V EXP ALTOS-PI 26/11/84

TERESINA - PI 228.003.523-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF

REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
228.003.523-53

Nome
SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO

Nascimento
28/01/1963

REAL SERVICARD

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
JUL/2010

CORREIOS



CERTIDÃO

Certifico que a presente fotocópia contém com o original e no qual me reporto e sou da verdade

Ero testemunha

Cabeceiras do Piauí, 10/12/12

Escrivão Judicial Designado

CARTÃO ÚNICO

Raimundo Costa Causa Filho

Escritório

Cabeceiras do Piauí

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 2.129.227 DATA DE EXPEDIÇÃO: 21.03.2000

NOME: LUIS DA COSTA ROCHA

FILIAÇÃO: Vicente de Paula Rocha
Maria do Socorro Costa Rocha

NATURALIDADE: Barras-Piauí DATA DE NASCIMENTO: 05. Abr. 1981

DOCUMENTO: 15.956 Liv. 16-A Fls. 512

Exp. em Barras-Piauí, 15. Jan. 1982

CPE

ASSINATURA DO DETENTOR: [assinatura]

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83



ASSINATURA DO TITULAR: Luis da Costa Rocha

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO LEO DE DEUS MARTINS

111

CERTIDÃO

Verifico que a presente fotocópia contém com o original e no qual me reporto a da verdade.

Em testemunho de 19 de 12 de 2012

Cabeceiras do Piauí

CARTÓRIO ÚNICO

Raimundo Ferreira de Sousa Filho

Escritório Judicial Designado

Cabeceiras do Piauí-Pi



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 001.790.743-85

Nome da Pessoa Física: LUIS DA COSTA ROCHA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **10:36:14** do dia **03/12/2012** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9D7B.5A42.622A.D01C**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém
com o original e no qual não
reporto e
Em testemunha
Cabeceiras do Piauí, de 12 de 2012
Escrivão Judicial Designado

CARTÃO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Caneceiras do Piauí

0+



Raimundo Ferreira de Sousa Filho



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1.184.933
RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA
Raimundo Ferreira de Sousa
Cosma dos Santos Sousa.
Barras-PI.
03.10.1971

Nas, Nº17.762, Fls, 265V. Liv, 17-1
Exp, em Barras-PI 28.06.1982

Assinado por Carlos Lopes

462 799 113 49

RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO

03/10/71

Raimundo Ferreira de Sousa Filho



03.3.01.00-11
04 102 181
DR - TERESINA - PI

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém
com o original e o original, e no qual me
reporto e
Em testemunho
Cabeceiras do Piauí, de 10 de 12 de 2012

Escrivão Judicial Designado

CARTÃO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



C/C

NASCIMENTO 28.09.58

INSCRIÇÃO NO CPF 150 930 003 10

CONTRIBUINTE

MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO

Superintendente
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



CERTIDÃO

Certifico que a presente fotocópia contém com o original, e no qual me reporto a...

Em testemunho da verdade

Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 2012

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO UNICO

Raimundo Ferreira de Sousa Filho

Escrivão Judicial Designado

Cabeceiras do Piauí-PI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Hudson Veras de Sampaio Almenra
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



716.000
NOME HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENRA
FILHO
Hudson Veras de S. Almenra
Maria Ivanete Araújo Almenra
José de Freitas-PI 20/jan/1967

Nasc. 801, fls. 44 e v. liv. 38. Ex.
em José de Freitas-Pi, 21/01/67.

José de Freitas

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CADASTRO DE INSCRIÇÃO NO CPF

87052973 20

Hudson Veras de Sampaio Almenra

Hudson Veras de S. Almenra
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE



17.11.1967
S. Almenra
87052973-20

CERTIDÃO

Certifico que a presente fotocópia confere com o original que contém, e no qual me reporto e dou fé.

Em testemunho da verdade
Cabaceiras do Piauí, 20 de 12 de 2012

Escrivão Judicial Designado

Raimundo
CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabaceiras do Piauí-PI


DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

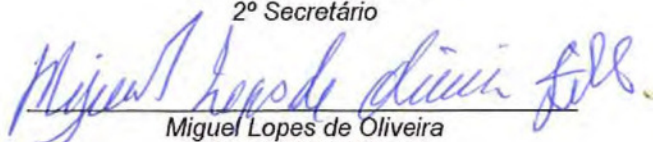
Nós, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

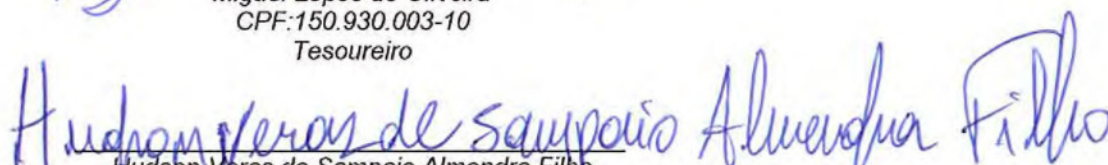

José Arimatéa Veloso Machado
CPF: 078.133.173-00
Presidente


Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado
CPF: 228.003.523-53
Vice-Presidente


Luís da Costa Rocha
CPF: 001.790.743-85
Secretário


Raimundo Ferreira de Sousa Filho
CPF: 462.799.113-49
2º Secretário


Miguel Lopes de Oliveira
CPF: 150.930.003-10
Tesoureiro


Hudson Veras de Sampaio Almendra Filho
CPF: 287.052.973-20
2º Tesoureiro

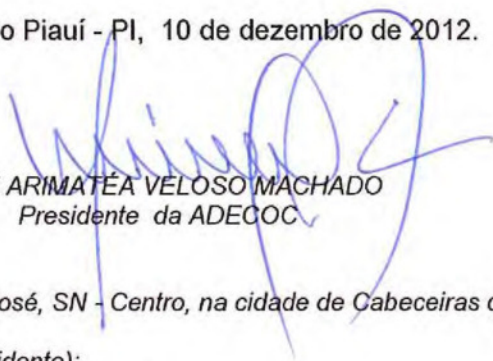
Endereço para correspondência : Rua São José, SN - Centro, na cidade de Cabeceiras do Piauí
, Estado PI, CEP 64.105-000,
Telefone para contato: 086 9988-6653 (Presidente);
Correio eletrônico (e-mail): javmachado16@yahoo.com.br

.*
DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS**, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é na Rua São José, SN - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: 04 ° S 2823 de latitude e 42° W 1831 de longitude;
- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da entidade ou da emissora, se este for utilizado, será RADIO NOVA CIDADE FM;
- o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é na Rua São José, SN - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI, cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: 04 ° S 2823 de latitude e 42 °W 1831 de longitude;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- a entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.

Cabeceiras do Piauí - PI, 10 de dezembro de 2012.


JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO
Presidente da ADECOC

Endereço para correspondência : Rua São José, SN - Centro, na cidade de Cabeceiras do Piauí
, Estado PI, CEP 64.105-000,
Telefone para contato: 086 9988-6653 (Presidente);
Correio eletrônico (e-mail): javmachado16@yahoo.com.br

ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ
AV. MARANHÃO, 759, CENTRO/SUL - TERESINA - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 - INSCR. EST. 19.301.333-5
NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA SÉRIE B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/03

CLIENTE: JOSE ARIMATEIA VELOSO MACHADO
ENDEREÇO: R. SÃO JOSE 160 160 B-URBANO

END. ENTR.:
LOCALIDADE: CABECEIRAS DO PIAUÍ CEP: 64.105-000

CNPJ / CPF: IE / RG:

DADOS SOBRE LEITURA

V.0.05.07

Leitura Atual: 98546	Data da Leitura Atual: 21/11/2012
Leitura Anterior: 98084	Data da Leitura Anterior: 22/10/2012
Consumo Medido: 462	Data da Próxima Leitura: 21/12/2012
Consumo Faturado: 462	Data da Emissão: 21/11/2012
Constante da Multiplicação: 1	Data da Apresentação: 21/11/2012
Forma de Faturamento: NORMAL	Dias de Consumo: 30 DIAS
Número de dígitos da Leitura: 5	

CARACTERÍSTICAS DA SUA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 Meses
RESIDENCIAL	TRIFASICO	D078702		1.1.1.3	567

ROTEIRO: 137.382.15.10.201600

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO
Out/2012 830	Ago/2012 865	Jun/2012 552	Abr/2012 337
Set/2012 814	Jul/2012 558	Mai/2012 487	Mar/2012 372

ITENS FATURADOS

Tarifa sem Tributos		
R\$ 0,442500	CONSUMO 462 kWh a R\$ 0,636989	294,28
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA (COSIP)		20,00
CORRECAO MONETARIA IGPM 08/12-00		7,09
MULTA POR ATRASO 08/12-00		10,25
JUROS DE MORA DE IMPORTE / SERVICOS 08/12-00		5,12



CERTIDÃO
Certifico que a cópia em fotocópia contém o original e não qual outro.
Em testemunho do qual, no dia 10 de 12 de 2012, no local da verdade, escrevi esta certidão.
Escrivão Judicial Designado

CARTÃO UNICO
Raimundo F. Costa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí - PI

Reservado ao Fisco C642.0736.187F.8F57.A11F.D5AE.0800.7F70

COMPOSIÇÃO DA FATURA		DEMONSTRATIVOS DE TRIBUTOS	Vencimento
Distribuição:	103,06	Base de Cálculo: 294,28	28/11/2012
Energia:	73,22	Alíquota ICMS: 25,00%	
Transmissão:	12,41	Valor do ICMS: 73,56	Valor a Pagar R\$
Encargos:	15,80	Valor do PIS: 3,20	336,74
Tributos:	89,79	Valor do COFINS: 13,03	


INDICADORES DE CONTINUIDADE

	DICI:			FIC:			DMIC:		
	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
LIMITE	9,24	18,49	36,99	4,59	9,18	18,37	4,99		
REALIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONJUNTO: CAMPO MAIOR				PERÍODO DE APURAÇÃO: 09/2012			CM: 249,88		

REAVISO DE VENCIMENTO

"APOSE SIMPES AJUDAM MANter A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E, ATE DA SUA CIDADE. FAÇA SUA PARTE, NÃO DEIXE AGUA ACUMULADA".

Ministério das Comunicações - ECE
 92
 Rubrica

 COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ CNPJ: 06.845.747/0001-27 AV. MAL. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610 FONE GERAL: 3216-6300	CONTA DE ÁGUA ATENDIMENTO 0800 086 8888	
	MÊS/AN : 07/2012 VENCIMENTO : 30/07/2012 MATRÍCUL : 18102425	
	SUZANA MARIA DO S M L MACHADO RUA JOSE ALCINDA MORRO CAIXA D'ÁGUA, NUN. 445 - MANGUEIRA CABECEIRA PI 64105-000	

INSCRIÇÃO 127.001.317.0077.000 ROTA 004.0077

CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETR	VOL. FATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	1	A07N32875	10	REAL	23600957

DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA
05/06/2012	09/07/2012	34	371	375	11
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.
06/2012 10	05/2012 10	04/2012 24	03/2012 7	02/2012 7	01/2012 9

DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)
TARIFA DE ÁGUA	19,60
MANUTENÇÃO DE HIDRÔMETRO 07/2012	0,58

O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM 30/06/2012 CONSTA DÉBITO VENCIDO, SUJEITO A CORTE, IGNORE CASO PAGO.	TOTAL A PAGAR (R\$) 20,18
--	--

MÉDIA MENSAL DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA AO CONSUMIDOR		
Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez		5,0
Ph		6,0 A 9,5
Cor		15,0
Cloro		0,2 A 5,0

Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Flúor		1,5
Ferro		0,3
Colif. Totais	Ausente	95
Colif. Fecais	Ausente	


Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

000.362 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia confere
 com o original e não qual me
 re...
 Em...
 Cabeceiras do Piauí

10/12/2012
 da verificação de 20/12
 Cartório Único
 Raimundo Ferreira de Sousa Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí

 COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ CNPJ: 06.845.747/0001-27 AV. MAL. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610 FONE GERAL: 3216-6300	CONTA DE ÁGUA ATENDIMENTO 0800 86 8888
	MÊS/AN : 05/2012 VENCIMENTO : 27/05/2012 MATRÍCUL : 27063550

Ministério das Comunicações
Fls. 43
Rubrica 03

LUIZ DA COSTA ROCHA
RUA PROJ 31 BAIRRO MANGUEIRA, NUM. 00000
MANGUEIRA
CABECEIRA PI 64105-000

INSCRIÇÃO 127.001.321.0045.000				ROTA 004.6045			
CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETR	VOL. FATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA		
RESIDENCIAL	2	Y10N373726	20	ESTIMADO	22248396		
DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA		
20/04/2012	03/05/2012	13	0	14	0		
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.
04/2012 20	03/2012 20	02/2012	01/2012	12/2011	11/2011		

DESCRIÇÃO	VALORES(R\$)
TARIFA DE AGUA	39,20
MANUTENCAO DE HIDROMETRO 05/2012	0,82
O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	TOTAL A PAGAR(R\$)
EM 30/04/2012 CONSTA DEBITO VENCIDO, SUJEITO A CORTE, IGNORE CASO PAGO.	40,02

MÉDIA MENSAL DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA AO CONSUMIDOR					
Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS	Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez		5,0	Fluor		1,5
Ph		6,0 A 9,5	Ferro		0,3
Cor		15,0	Colif. Totais	Ausente	95
Cloro		0,2 A 5,0	Colif. Fecais	Ausente	

Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA




CERTIDÃO

Certifico que a presente fotocópia confere com o original e que não há qualquer alteração no qual me reporto a
 Em testemunho da verdade
 Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 2012

Escrivão Público Designado

CARTÃO ÚNICO

Raimundo Ferreira de Sousa Filho
 Escrivão Público Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI

 COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ CNPJ: 06.845.747/0001-27 AV. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610 FONE GERAL: 3216-6300	CONTA DE ÁGUA ATENDIMENTO 0800 086 8888
	MÊS/ANO : 10/2012 VENCIMENTO : 27/10/2012 MATRÍCULA : 23545658

RAIMUNDO FERREIRA DE S FILHO
RUA 29 DE ABRIL BAIRRO MANGUEIRA, NUM. 0431
MANGUEIRA
CADECEIRA PI 64105-000

INSCRIÇÃO 127.001.0149.1218.00		ROTA 105.1218			
CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETRO	VOL. FATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	1	AO5N25892	12	REAL	25755575
DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA
04/09/2012	04/10/2012	30	907	919	14
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.
09/2012 16	08/2012 16	07/2012 13	06/2012 17	05/2012 11	04/2012 13

DESCRIÇÃO	VALORES(R\$)
TARIFA DE AGUA	26,90
MANUTENCAO DE HIDROMETRO 901/001	0,82
O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
TOTAL A PAGAR(R\$)	27,72

AVISO DE DÉBITO! CONTAS: 1 VALOR: 44.38
 CONFORME LEI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30 DIAS
 APOS VENCIMENTO. OBS: VALOR SEM OS ACRESCIMOS POR IMPONTUALIDADE.

MÉDIA MENSAL DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA AO CONSUMIDOR					
Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS	Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez	5,0	6,0 A	Fúor	0,3	Ausen
Ph	9,5	15,0	Ferro	te	95
Cor		0,2 A 5,0	Colif. Totais	Ausente	
Cloro		1,5	Colif. Fecais		

Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região
 000.398 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MATRÍCULA	MÊS/ANO	GRUPO	TOTAL A PAGAR(R\$)	ROTA
23545658	10/2012	29	27,72	005.1218

AGESPISA

826200000000-6 27720001822-8 35456581020-8 12000020003-6



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia contém
 com o original que contém, e no qual me
 reporto a dou fé.

Em testemunho
 das verdadeiras
 e legais da Fica
 de 10 de 12 de 2012
 Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
 Raimundo Ferreira de Souza Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cadeceiras do Piauí-PI

CELETROBRAS
Distribuição Piauí

Av. Maranhão, 759 • Centro Sul - Teresina-PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 • IE: 193013835
CEP: 64001-010 • www.ceplsa.com.br

FATURA ENERGIA ELÉTRICA BAIXA TENSÃO

NOTA FISCAL Nº 000.106.592

APRESENTAÇÃO 05/09/2012

MES FATURADO AGOSTO/2012

VENCIMENTO 19/09/2012

VALOR 82,61

Número FD 00

A Tarifa Social da energia foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Para contato com a companhia informar este número: 0953873-0

As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nos postos de atendimento, na página da internet e no atendimento telefônico desta distribuidora.

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO / CIDADE
FRANCISCA DA SILVA OLIVEIRA
LC MALHADINHA S/N
B-RURAL
CABECEIRAS DO PIAUI
CEP: 64105-000

CPF OU CNPJ 94907994320

COD. ATIV.

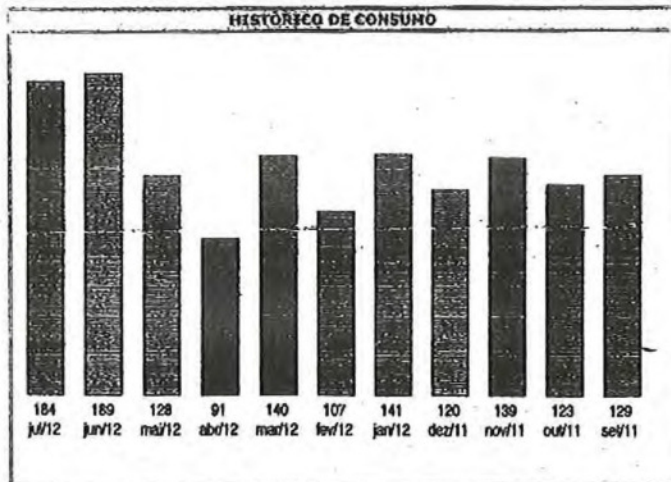
COD. AGRUP.

DADOS DA INSTALAÇÃO CONSUMIDORA

LOCALIZAÇÃO				CLASSE	CLASSE	CÓDIGOS		TENSÃO PONTO ENTREGA (V)			
COR	LOCAL	SETOR	ROTA	SEQUÊNCIA		SUBCLASSE	TÍPO DE LIGAÇÃO	NORMAL	MÍNIMA	MÁXIMA	
078	382	19	085	087500	RESIDENCIAL	01	04	MONOFASICA	220	201	231

DADOS DA MEDIÇÃO

MEDIÇÃO		LEITURA		CONSUMO	DATAS DE LEITURA			DÍAS FAT.	COD. IRR
CÓDIGO E NÚMERO	CONST.	ANTERIOR	ATUAL	KWH	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA		
A641064	1,00000	16724	16921	197	25/07/2012	27/08/2012	25/09/2012	33	



DADOS DO FATURAMENTO

DESCRIÇÃO	FATURADO (KWH)	TARIFA (R\$/KWH)	VALOR (R\$)
DEVOLUÇÃO SUBVENÇÃO BAIXA RENDA			-28,43
ICMS SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 6,96			
COPIS - 4,52			

TARIFA HOMOLOGADA SEM IMPOSTOS (R\$ / kWh)

1 a 30	31 a 100	101 a 220	221 a 100000
0,14095	0,24163	0,36244	0,40269
100001 a 999999	0,41988		

HISTÓRICO DE PAGAMENTO

MÊS/ANO	FD	VENCIMENTO	VALOR	DATA PAGAMENTO
07/2012	0	17/08/2012	82,51	05/09/2012
06/2012	0	19/07/2012	79,71	05/09/2012
05/2012	0	20/06/2012	47,41	04/07/2012
04/2012	0	17/05/2012	34,72	04/07/2012
03/2012	0	18/04/2012	56,15	04/05/2012
02/2012	0	16/03/2012	42,56	04/04/2012
01/2012	0	13/02/2012	54,53	04/04/2012
12/2011	0	16/01/2012	48,31	03/02/2012
11/2011	0	19/12/2011	58,19	03/02/2012
10/2011	0	22/11/2011	50,79	02/12/2011
09/2011	0	18/10/2011	53,63	02/12/2011

MÉDIA DE CONSUMO

ÚLTIMOS 3 MESES	ÚLTIMOS 12 MESES
167	141

COMPOSIÇÃO DA TARIFA

DISTRIBUIÇÃO	ENERGIA	TRANSMISSÃO	ENCARGOS	TRIBUTOS
82,72	0,00	0,00	0,00	26,32

DADOS ICMS

BASE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR
109,04	20%	21,80

RESERVADO AO FISCO
E11DAFDEEBFCABFA4A61569F2D2F0DF6

INDICADORES DE CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	Mensal	Realizado	Trimestral	Anual	Conjunto:
DIC DURAÇÃO E INTERRUPÇÃO INDIVIDUAL POR UNIDADE CONSUMIDORA	14,80	29,60	59,20		309 - CAMPO MAIOR
FIC FREQUÊNCIA DE INTERRUPÇÃO INDIVIDUAL POR UNIDADE CONSUMIDORA	9,01	18,0	36,04		Indicadores de Continuidade: 06/2012
DMIC DURAÇÃO MÁXIMA DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA	8,01	0,00	0,00		CM.: R\$

É direito do cliente solicitar a apuração e a compensação (se houver violação) dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo.



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém o original que contém, e no qual me reporto e dou fé.
Em testemunho da verdade
Teresina do Piauí, 12 de 12 de 2012
Escritório Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Jesus Filho
Escritório Judicial Designado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Ministério das Comunicações
46
57



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS **CERTIDÃO DE CASAMENTO** COMARCA DE BARRAS - ESTADO DO PIAUÍ CARTÓRIO ÚNICO DE BARRAS - PI



NOMES: MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO e FRANCISCA DA SILVA

MATRÍCULA: 1483210255 1994 1 00009 190 0002139 91

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS
CÔNJUGES: MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO, nascido no dia vinte e oito de setembro de mil
novecentos e cinquenta e oito (28.09.1958), natural de Pedra Branca, deste município de
Barras, Estado do Piauí, filho de Miguel Lopes de Oliveira e Maria de Lourdes de Oliveira;
e FRANCISCA DA SILVA, nascida no dia vinte e dois de agosto de mil novecentos e setenta e
cinco (22.08.1975), natural de Pelados, Barras, Estado do Piauí, filha de Maria Benícia da
Silva.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO) Dez de
fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro

DIA
10

MÊS
02

ANO
1994

REGIME DE BENS DO CASAMENTO
Comunhão de Bens.

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

Cônjuge varão: O mesmo nome

Cônjuge varoa: FRANCISCA DA SILVA OLIVEIRA.

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES: 2ª via. AVERBAÇÃO: De acordo com o Mandado de Averbação extraído
dos autos da Ação de Retificação de Profissão - Proc. 29.278.2012 da Justiça Itinerante do
Município de Cabeceiras/PI, Termo Judiciário da Comarca de Barras/PI, datada de
16.04.2012 e sentença prolatada no Termo da Audiência de mesma data, assinada pela Dra.
Zelvânia Márcia Batista Barbosa, Juíza de Direito, que determina a Retificação da
Profissão dos nubentes que passam ser LAVRADORES. Dou fé. Barras, 30/08/2012. a) Roberto
Luis Ferreira da Silva - Técnico Judiciário. "Nada há a ressaltar"

CERTIDÃO
Artículo que a presente cópia confere
com o original que contém e no qual me
reporto e dou fé
Ero testemunho da verdade
Cabeceiras do Piauí, de 20 de 12
Escritório Judicial Desemb.

CARTÓRIO ÚNICO DE BARRAS-PI
Oficial Registrador
WALBERT BRITO SILVEIRA
Matrícula: 408.443-8
RUA Leônidas Melo, N° 916,
Centro, CEP: 64100.000
Fone: 86 3242-1115
BARRAS - PIAUÍ




O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
Barras, 30 de agosto de 2012

CARTÓRIO ÚNICO
Roberto Ferreira da Silva Filho
Escritório Judicial Desemb.
Cabeceiras do Piauí-PI

Assinatura do Oficial

Walter Brito Silveira
Téc. Público Desemb.
Aratista Judicial
Mat. 408.443-8

 COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ CNPJ: 06.845.747/0001-27 AV. MAL. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610 FONE GERAL: 3216-6300	CONTA DE ÁGUA ATENDIMENTO 0800 086 8888	
	MÊS/AN : 09/2012 VENCIMENTO : 29/09/2012 MATRÍCUL : 26841525	
	HUDSON VERAS DE S A FILHO RUA PROJ 31 BAIRRO MANGUEIRA, NUM. 00000 MANGUEIRA CABECEIRA PI 64105-000	

INSCRIÇÃO 127.001.139.0025.000			ROTA 004.0025		
CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETR	VOL. PATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	1	A10X064018	10	REAL	25070192
DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA
06/08/2012	04/09/2012	29	10	22	2
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.
08/2012 2	07/2012 2	06/2012 2	05/2012 2	04/2012 2	03/2012 4

DESCRIÇÃO	VALORES(R\$)
TARIFA DE AGUA	19,60
MANUTENCAO DE HIDROMETRO 09/2012	0,58
O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
EM 31/08/2012 CONSTA DEBITO VENCIDO, SUJEITO A CORTE, IGNORE CASO PAGO.	
TOTAL A PAGAR(R\$)	20,18

MÉDIA MENSAL DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA AO CONSUMIDOR		
Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez		5,0
Ph		6,0 A 9,5
Cor		15,0
Cloro		0,2 A 5,0

Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Flúor		1,5
Ferro		0,3
Colif. Totais	Ausente	95
Colif. Fecais	Ausente	

Químico Industrial Responsável: MARTA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

000.378

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MATRÍCULA	MÊS/ANO	GRUPO	TOTAL A PAGAR(R\$)	ROTA
26841525	09/2012	29	20,18	004.0025

82660000000-2 20180001822-2 68415250920-5 12000040003-2



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia contém
 com o original e no qual me
 reporto e dou fé.
 Em testemunho da verdade
 Cabeceiras do Piauí, 12 de 2012
 Escrivão Judicial Designado

CARTÃO ÚNICO
 Raimundo Felfel de Sousa Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 77941

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

JOSE ARIMATEA VELOSO MACHADO, ou vinculado ao **CPF: 078.133.173-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (**www.jfpi.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 10h02, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 77944

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO, ou vinculado ao **CPF: 228.003.523-53**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (**www.jfpi.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 10h06, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 77939

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

LUIS DA COSTA ROCHA, ou vinculado ao **CPF: 001.790.743-85**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (**www.jfpi.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 09h59, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 77947

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO, ou vinculado ao **CPF: 462.799.113-49**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (**www.jfpi.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 10h11, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI.
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí

Ministério das Comunicações - GCF
Fls. 52
Rubrica 8

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 77945

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO, ou vinculado ao CPF: **150.930.003-10**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (www.jfpi.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 10h07, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado do Piauí

Ministério das Comunicações - SECE
Fls. 53
Rubrica

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais e JEF

Nº 77946

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO, ou vinculado ao CPF: **287.052.973-20**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado do Piauí (www.jfpi.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Teresina/PI, 10h09, 10/12/2012.

Endereço: Edifício-sede: Av. Miguel Rosa, nº 7315 - Bairro Redenção
CEP: 64018-550, Teresina/PI
Fone: (86) 2107-2800/2107-2805. e-Mail: sepce.pi@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334596

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:

JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO
CPF: 07813317300, RG: 1500344
ENDEREÇO: rua São José, nº 160
BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: Barras - PI
PAI: OZIREZ DE CASTRO MACHADO
MÃE: MARIA DAS MERCES VELOSO MACHADO

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012




RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BSAW430 - BARRAS-Piauí
Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916
Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334597

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:

SUZANA MARIA DO SOCORRO MALO LAGES MACHADO

CPF: 22800352353, RG: 508161

ENDEREÇO: Cabeceiras do Piauí/PI

BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: Teresina - PI

PAI:ALCIDES DO REGO LAGES FILHO

MÃE:MARIA JOSÉ MELO LAGES

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012




RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BJL37BC58 - BARRAS-Piauí

Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916

Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334608

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:

LUIS DA COSTA ROCHA
CPF: 00179074385, RG: 2129227
ENDEREÇO: Cabeceiras do Piauí/PI
BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: Barras - PI
PAI: VICENTE DE PAULA ROCHA
MÃE: MARIA DO SOCORRO COSTA ROCHA

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012




RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BS4H402 - BARRAS-Piauí
Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916
Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334601

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:


RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO
CPF: 46279911349, RG: 1184933
ENDEREÇO: Cabeceiras do Piauí/PI
BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: Barras - PI
PAI:RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA
MÃE: COSMA DOS SANTOS SOUSA

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012




RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BS4SW36 - BARRAS-Piauí
Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916
Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334604

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:

MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO
CPF: 15093000310, RG: 288733
ENDEREÇO: Cabeceiras do Piauí/PI
BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: Barras - PI
PAI:MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA
MÃE:MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012




RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BCSSHKSCA05 - BARRAS-Piauí
Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916
Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
COMARCA DE BARRAS
VARA ÚNICA



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 334605

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição(ões) de 01 de Janeiro de 2002 até a presente data, que contra:

HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO

CPF: 28705297320, RG: 716000

ENDEREÇO: Cabeceiras do Piauí/PI

BAIRRO: Cabeceiras do Piauí/PI MUNICÍPIO: José de Freitas - PI

PAI: HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA

MÃE: MARIA IVANETE ARAÚJO ALMENDRA

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância, Comarca de Barras , Piauí.

Válido por 60(sessenta) dias:

Comarca de BARRAS, 10/12/2012



RESPONSÁVEL PELA CERTIDÃO

Fórum Des. Arimathea Tito - JJ9BWHJ4H455 - BARRAS-Piauí

Endereço: Rua Leônidas Melo, nº 916

Fone: null

A autenticidade dessa certidão pode ser confirmada no endereço: <http://www.tjpi.jus>.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRAS
COMARCA DE BARRAS – PI
RUA SÃO JOSÉ Nº 864
CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **JOSE ARIMATEA VELOSO MACHADO, RG Nº 1.500.344-PI, e CPF nº 078.133.173-00**, piauiense, residente e domiciliado Rua São José, 160, Centro de Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

Jose Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
Técnico Judiciário do JECC
Barras Pi





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE BARRAS
COMARCA DE BARRAS – PI
RUA SÃO JOSÉ Nº 864
CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO**, RG Nº 508.161-PI e CPF nº 228.003.523-53, piauiense, residente e domiciliado Rua São José, 160, Centro de Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

Jose Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
Técnico Judiciário do JECC
Barras Pi





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE BARRAS
COMARCA DE BARRAS – PI
RUA SÃO JOSÉ Nº 864
CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **LUIS DA COSTA ROCHA, RG Nº 2.129.227-PI e CPF nº 001.790.743-85**, residente e domiciliado Rua 30 de Março, s/n – Bairro Mangueira, Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

Jose Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
Técnico Judiciário do JECC
Barras Pi





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE BARRAS
COMARCA DE BARRAS – PI
RUA SÃO JOSÉ Nº 864
CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO, RG Nº 1.184.933-PI e CPF nº 462.799.113-49**, residente e domiciliado Rua 29 de Abril, s/n – Bairro Mangueira, Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
Técnico Judiciário do JECC
Barras Pi





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE BARRAS

COMARCA DE BARRAS – PI

RUA SÃO JOSÉ Nº 864

CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO, RG Nº 288.733-PI e CPF nº 150.930.003-10**, residente e domiciliado na Localidade Malhadinha, Zona Rural de Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

Jose Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco

Técnico Judiciário do JECC

Barras Pi





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DE BARRAS
COMARCA DE BARRAS – PI
RUA SÃO JOSÉ Nº 864
CEP. 64.100-000

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo os livros de Registro Criminal, deste Juizado Especial Cível e Criminal de Barras, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações contra a pessoa de **HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO, RG Nº 716.000-PI e CPF nº 287.052.973-20**, residente e domiciliado na Rua Projetada, s/n – Bairro Mangueira, Cabeceiras do Piauí - Pi, cuja busca foi feita nos últimos cinco anos até a presente data. Era o que tinha a certificar pelo o que me reporto e dou fé.

Barras (PI), 05 de dezembro de 2012

José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
José Giovanni de Moraes Fortes Castelo Branco
Técnico Judiciário do JECC
Barras Pi





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOSE ARIMATEA VELOSO MACHADO**

Inscrição: **005667601570** Zona: 6 Seção: 62

Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI

Data de Nascimento: 16/05/1954 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA DAS MERCES VELOSO MACHADO
OZIREZ DE CASTRO MACHADO

Certidão emitida às 11:42 de 10/12/2012

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **IWVT.DAE1.HITR.LØV+**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO**
Inscrição: **005667561597** Zona: 6 Seção: 62
Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI
Data de Nascimento: 28/01/1963 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA JOSE MELO LAGES
ALCIDES DO REGO LAGES FILHO

Certidão emitida às 11:53 de 10/12/2012

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **V2RØ.X/6F.WNXV.MJH3**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE BARRAS - PI
RUA GAL. TAUMATURGO AZEVEDO, 665 Telefone 32421491



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: LUIS DA COSTA ROCHA
Inscrição: 026529611503 Zona: 6 Seção: 140
Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI
Data de nascimento: 05/04/1981 Domiciliado desde: 21/09/2007
Filiação: MARIA DO SOCORRO COSTA ROCHA
VICENTE PAULA ROCHA

Em 10 de dezembro de 2012.

FRANCISCO PIRES DE SOUSA
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE BARRAS - PI
RUA GAL. TAUMATURGO AZEVEDO, 665 Telefone 32421491



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Inscrição: 019430021570 Zona: 6 Seção: 60
Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI
Data de nascimento: 03/10/1971 Domiciliado desde: 14/03/1990
Filiação: COSMA DOS SANTOS SOUSA
 RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA

Em 10 de dezembro de 2012.

FRANCISCO PIRES DE SOUSA
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
6ª ZONA ELEITORAL DE BARRAS - PI
RUA GAL. TAUMATURGO AZEVEDO, 665 Telefone 32421491



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO
Inscrição: 005683761597 Zona: 6 Seção: 82
Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI
Data de nascimento: 28/09/1958 Domiciliado desde: 11/05/1992
Filiação: MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA

Em 10 de dezembro de 2012.

FRANCISCO PIRES DE SOUSA
CHEFE DO CARTÓRIO



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO**
Inscrição: **007121451589** Zona: 6 Seção: 60
Município: 10120 - CABECEIRAS DO PIAUÍ UF: PI
Data de Nascimento: 20/01/1967 Domiciliado desde: 03/05/2006
Filiação: MARIA IVANETE ARAUJO ALMENDRA
HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA

Certidão emitida às 11:50 de 10/12/2012

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **FRX7.8H1V.2UOM.PK5Z**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35505202012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSE*ARIMATEA*VELOSO*MACHADO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de OZIRE DE CASTRO MACHADO e MARIA DAS MERCES VELOSO MACHADO, nascido(a) aos 16/05/1954, natural de BARRAS/PI, Documento de identificação 1500344 SSP/PI, CPF 078.133.173-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:25 de 03/12/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35505962012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SUZANA*MARIA*DO*SOCORRO*MELO*LAGES*MACHADO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de ALCIDES DO REGO LAGES FILHO e MARIA JOSE MELO LAGES, nascido(a) aos 28/01/1963, natural de TERESINA/PI, Documento de identificação 508161 SSP/PI, CPF 228.003.523-53.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:28 de 03/12/2012



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35997412012 - SR/DPF/PI

FRANCISCO DAS CHAGAS FARIAS VIANA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Teresina-PI, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LUIS*DA*COSTA*ROCHA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de VICENTE DE PAULA ROCHA e MARIA DO SOCORRO COSTA ROCHA, nascido(a) aos 05/04/1981, natural de BARRAS/PI, Documento de Identificação 2129227 SSP/PI, CPF 001.790.743-85.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

TERESINA-PI, 9:45 de 07/12/2012

FRANCISCO DAS CHAGAS FARIAS VIANA
ESCRIVÃO (Ã) DE POLÍCIA FEDERAL
CLASSE ESPECIAL - Mat. nº 0227630
DREX/SR/PI



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35757662012 - SR/DPF/PI

FRANCISCO DAS CHAGAS FARIAS VIANA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Teresina-PI, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **RAIMUNDO*FERREIRA*DE*SOUZA*FILHO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA e COSMA SANTOS SOUSA, nascido(a) aos 03/10/1971, natural de BARRAS/PI, Documento de Identificação 1184933 SSP/PI, CPF 462.799.113-49.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

TERESINA-PI, 9:45 de 05/12/2012

FRANCISCO DAS CHAGAS FARIAS VIANA
ESCRIVÃO (Ã) DE POLÍCIA FEDERAL
CLASSE ESPECIAL - Mat. nº 0227630
DREX/SR/PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35508182012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MIGUEL*LOPES*DE*OLIVEIRA*FILHO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA e MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA, nascido(a) aos 28/09/1958, natural de BARRAS/PI, Documento de identificação 288733 SSP/PI, CPF 150.930.003-10.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:38 de 03/12/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 35508782012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **HUDSON*VERAS*DE*SAMPAIO*ALMENDRA*FILHO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA e MARIA IVANETE ARAUJO ALMENDRA, nascido(a) aos 20/01/1967, natural de BARRAS/PI, Documento de identificação 716000 SSP/PI, CPF 287.052.973-20.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:40 de 03/12/2012



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

Ministério das Comunicações
78
83
Rubrica



CERTIDÃO

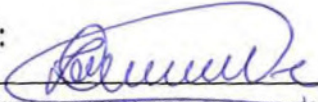
RG Nº 508.161 SSP/PI

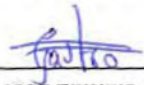
VALIDADE: 90 DIAS

CERTIFICAMOS para os devidos fins que
SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO,
natural de TERESINA - PI, nascido(a) 28/01/1963, filho(a) de
ALCIDES DO REGO LAGES FILHO e MARIA JOSÉ MELO
LAGES **NÃO TEM ANTECEDENTES CRIMINAIS** neste instituto
até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

Ministério das Comunicações - SCS
Rubrica 79
60

CERTIDÃO

RG Nº 716.000 SSP/PI

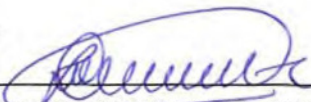
VALIDADE: 90 DIAS



CERTIFICAMOS para os devidos fins que
HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO, natural de
JOSÉ DE FREITAS - PI, nascido(a) 20/01/1967, filho(a) de HUDSON
VERAS DE S. ALMENDRA e MARIA IVANETE ARAUJO
ALMENDRA **NÃO TEM ANTECEDENTES CRIMINAIS** neste
instituto até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



Ministério das Comunicações - ECF

CERTIDÃO

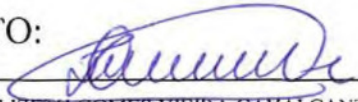
RG N° 1.184.933 SSP/PI


VALIDADE: 90 DIAS

CERTIFICAMOS para os devidos fins que
RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA FILHO, natural de BARRAS
- PI, nascido(a) 03/10/1971, filho(a) de RAIMUNDO FERREIRA DE
SOUSA e COSMA DOS SANTOS SOUSA **NÃO TEM**
ANTECEDENTES CRIMINAIS neste instituto até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

Ministério das Comunicações - E-3
Rubrica 81

CERTIDÃO

RG Nº 1.500.344 SSP/PI

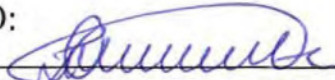
VALIDADE: 90 DIAS




CERTIFICAMOS para os devidos fins que **JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO**, natural de BARRAS - PI, nascido(a) 16/05/1954, filho(a) de OZIREZ DE CASTRO MACHADO e MARIA DAS MERCÊS VELOSO MACHADO **NÃO TEM ANTECEDENTES CRIMINAIS** neste instituto até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS

Secretaria das Comunicações - SGC
82
Rubrica

CERTIDÃO

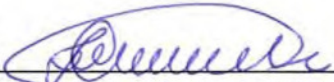
RG Nº 288.733 SSP/PI

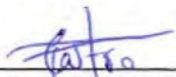
VALIDADE: 90 DIAS

CERTIFICAMOS para os devidos fins que
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO, natural de BARRAS -
PI, nascido(a) 28/09/1958, filho(a) de MIGUEL LOPES DE
OLIVEIRA e MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA **NÃO TEM**
ANTECEDENTES CRIMINAIS neste instituto até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



Comunicações - ECF
Fis. 83
Rubrica

CERTIDÃO

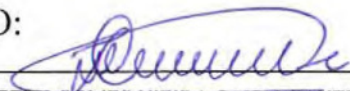
RG Nº 2.129.227 SSP/PI


VALIDADE: 90 DIAS

CERTIFICAMOS para os devidos fins que
LUIS DA COSTA ROCHA, natural de BARRAS - PI, nascido(a)
05/04/1981, filho(a) de VICENTE DE PAULA ROCHA e MARIA
DO SOCORRO COSTA ROCHA **NÃO TEM ANTECEDENTES**
CRIMINAIS neste instituto até a presente data.

Teresina (PI), 07/12/2012.

VISTO:


ELIZETH GOMES VIEIRA CAVALCANTE
Chefe de Arquivo – mat: 096512


JOSE TEIXEIRA DE CASTRO
Mat. 92177 - APC.Enc.Serviço

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS – IIJDM / SSP-PI
RUA BARROSO, 219, CENTRO, CEP-6400-130, CGC 06.553.549/0001-90, FONE: (86) 32165231



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS
CNPJ: 07.245.012/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 11:12:37 do dia 04/12/2012 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/06/2013.

Código de controle da certidão: **15E3.1F55.2DA1.6340**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
PROCURADORIA TRIBUTÁRIA
SEÇÃO DE INSCRIÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO



CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO
nº 121107245012000125

(Emitida em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa PGE/PI nº 01/2005)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE

INSCRIÇÃO ESTADUAL

CNPJ/CPF

07 245.012/0001-25

RAZÃO SOCIAL

Ressalvado o direito da Procuradoria Geral do Estado de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, certifico para os devidos fins, a requerimento do(a) interessado(a), que, revendo os registros da Seção de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, verifiquei nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida a presente certidão.

-Chefe da Seção de Dívida Ativa-
Procuradoria Geral do Estado
Procuradoria Tributária

EMITIDA VIA INTERNET EM 22/11/2012, às 11:20:09

VÁLIDA ATÉ 20/02/2013

ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE
<http://www.sefaz.pi.gov.br/certidaoNegativa/>

Chave para Autenticação: 4363-B274-D331-A6CB-EDEC-58CC-ED00-CB08

Certidão Negativa de Tributos Municipais.

CERTIFICO para os devidos fins de direito, que revendo os livros do Registro de Ficha e Controle de arrecadação Municipal a requerimento de **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras – ADECOC, CNPJ: 07.245.01/0001-25** que a mesma não possui nenhum débito de Tributos, Foros e Tarifas Municipais, ficando ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar débitos que venham a ser apurados.

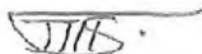
Eu, **Maura Fernanda Macedo Lira**, Chefe do Departamento de Arrecadação e Tributação, lavrei a presente **CERTIDÃO**, aos 10 de dezembro de 2012, que vai por mim assinada com o visto do Sr. Prefeito Municipal.

Cabeceiras do Piauí-PI, 10 de dezembro de 2012.



Maura Fernanda Macedo Lira
CHEFE DO DEPTO. DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO.

VISTO:



José Evanjelista Torres Lopes
PREFEITO MUNICIPAL



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS

Nº 000482012-16001012

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS

CNPJ: 07.245.012/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 20/11/2012.

Válida até 19/05/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000482012-16001012

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE
CABECEIRAS

CNPJ: 07.245.012/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 20/11/2012.

Válida até 19/05/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 07245012/0001-25
Razão Social: ASSOC DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS
Nome Fantasia: ADECOC
Endereço: POV CABECEIRAS S/N / RURAL / BARRAS / PI / 64100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/11/2012 a 19/12/2012

Certificação Número: 2012112016572135246638

Informação obtida em 22/11/2012, às 12:10:14.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

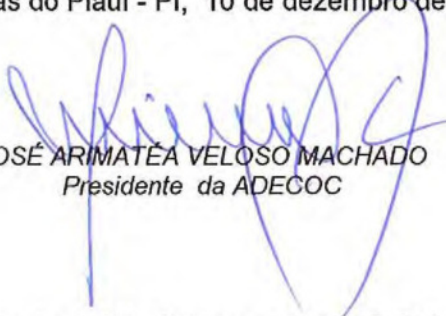
DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS**, declaro para os devidos fins que:

Após indicação pelos membros da Diretoria Executiva da ADECOC e aprovação do Conselho Comunitário ficam responsáveis para gerenciar a área editorial e a área de programação da Rádio Nova Cidade FM, os senhores:

- Antonio Carlos Carvalho Lima, brasileiro, casado, RG 2.326.200/ SSP - PI e CPF 013.318.803-51 residente na Av. Francisco da Costa Veloso, Sn - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI, gerente de programação da emissora.
- Luis da Costa Rocha, brasileiro, solteiro, RG Nº 2.129.227 / SSP - PI, CPF Nº 001.790.743-85, residente na Rua Projetada - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI, gerente editorial da emissora.

Cabeceiras do Piauí - PI, 10 de dezembro de 2012.


JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO
Presidente da ADECOC

Endereço para correspondência : Rua São José, SN - Centro, na cidade de Cabeceiras do Piauí
, Estado PI, CEP 64.105-000,
Telefone para contato: 086 9988-6653 (Presidente);
Correio eletrônico (e-mail): javmachado16@yahoo.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



Antonio Carlos Carvalho Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 2.326.200
NOME ANTONIO CARLOS CARVALHO LIMA

DATA DE EXPEDIÇÃO 08/fev/2012

FILIAÇÃO Dagmar Carvalho Lima

Barras-PI

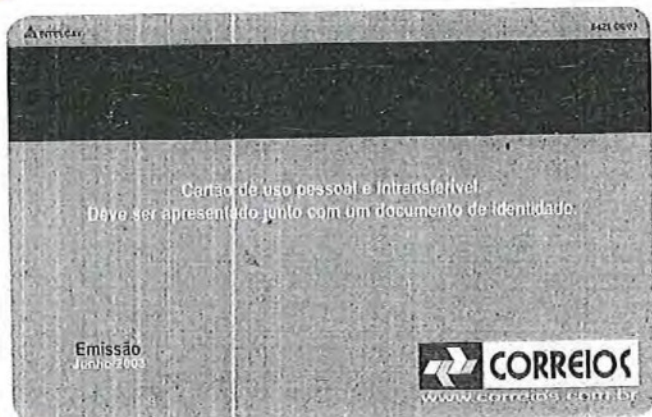
12/mar/82
DATA DE NASCIMENTO

Nasc. 9.921 liv. A-09 fls. 233 exp.
em, 29-01-96, Barras-PI.

CPF

Peten Brasileiro Soares
ASSINATURA DO DETECTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

013.318.803-51

Nome

ANTONIO CARLOS CARVALHO LIMA


Nascimento

12/05/1982



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia confere com o original que conferi, e no qual me reporto e dou fé.
Em testemunho
Cabeceiras do Piauí, de 12 de 12

[Assinatura]
CARTÃO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

 COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ CNPJ: 06.845.747/0001-27 AV. MAL. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610 FONE GERAL: 3216-6300	CONTA DE ÁGUA ATENDIMENTO 0800 86 8888
	MÊS/AN : 05/2012 VENCIMENTO : 27/05/2012 MATRÍCUL : 27063550

Ministério das Comunicações - 36CE
Fls. 92
Rubrica

LUIZ DA COSTA ROCHA
RUA PROJ 31 BAIRRO MANGUEIRA, NUH. 00000
MANGUEIRA
CABECEIRA PI 64105-000

INSCRIÇÃO 127.001.321.0045.000			ROÇA 004.0045			
CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETR	VOL. FATURADO	DESCRIÇÃO		Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	2	V10N373726	20	ESTIMADO		22248396
DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA	
20/04/2012	03/05/2012	13	0	14	0	
MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	MÊS/ANO CONS.	
04/2012 20	03/2012 20	02/2012	01/2012	12/2011	11/2011	

DESCRIÇÃO	VALORES(R\$)
TARIFA DE AGUA	39,20
MANUTENCAO DE HIDROMETRO 05/2012	0,82
O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
EM 30/04/2012 CONSTA DEBITO VENCIDO, SUJEITO A CORTE, IGNORE CASO PAGO.	
TOTAL A PAGAR(R\$)	40,02



MÉDIA MENSAL DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUÍDA AO CONSUMIDOR					
Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS	Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez		5,0	Fluor		1,5
Ph		6,0 A 9,5	Ferro		0,3
Cor		15,0	Colif. Totais	Ausente	95
Cloro		0,2 A 5,0	Colif. Fecais	Ausente	

Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia contém
 com o original e não há, e no qual me
 reporto a verdade.
 Eio testemunho
 Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 2012

Escritório Judicial Desonerado
CARTÃO ÚNICO
 Raimundo F. Sousa Filho
 Escrivão Judicial Desonerado
 Cabeceiras do Piauí, PI

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.129.227 DATA DE EXPEDIÇÃO 21.03.2000

NOME LUIS DA COSTA ROCHA

FILIAÇÃO Vicente de Paula Rocha
Maria do Socorro Costa Rocha

NATURALIDADE Barras-Piauí DATA DE NASCIMENTO 05 Abr. 1981

Doc. Nº 15.956 Liv. 16-A Fls. 512

CPE Exp. em Barras-Piauí, 15 Jan. 1982

Assinatura do Detentor: Francisco das Chagas Figueiredo Martins
Fotóscopista Policial

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



ASSINATURA DO TITULAR: Luis da Costa Rocha

FOTO

IMPRESSÃO DIGITAL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO
O artífice que a presente fotocópia contém com o original que confere, e no qual me reporto e dou fé.
Em testemunho da verdade
Escritório do Piauí de 10 de 12 de 2012

Escritório Judicial Designado

CARTÃO ÚNICO
Antônio Ferreira de Sousa Filho
Escritório Judicial Designado
Canoeiras do Piauí-Pi



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 001.790.743-85

Nome da Pessoa Física: LUIS DA COSTA ROCHA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **10:36:14** do dia **03/12/2012** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9D7B.5A42.622A.D01C**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém
com o original que constitui e no qual me
reporto e
Em testemunha
Cabeceiras do Piauí, de 10 de 12 de 2012
Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo F. Filho
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-Pi

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ
 CNPJ: 06.845.747/0001-27
 AV. MAL. CASTELO BRANCO, 101 N - CEP: 64.000-610
 FONE GERAL: 3216-6300

CONTA DE ÁGUA
 ATENDIMENTO
0800 086 8888

MÊS/ANO : 11/2012 VENCIMENTO : 29/11/2012 MATRÍCULA : 25869744

ANTONIO CARLOS C LIMA
 VIA PI 114, NUM. 00000
 ESCURIDAO
 CABECEIRA PI 64105-000

INSCRIÇÃO 127.001.0185.0402.00 ROTA 007.0402

CATEGORIA	ECONOMIAS	HIDRÔMETR	VOL. FATURADO	DESCRIÇÃO	Nº DA CONTA
RESIDENCIAL	1	A09X182948	16	REAL	26430348

DT. LEIT. ANTER.	DT. LEIT. ATUAL	DIAS	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	MÉDIA
04/10/2012	05/11/2012	32	395	411	12

MÊS/ANO	CONS.	MÊS/ANO	CONS.	MÊS/ANO	CONS.	MÊS/ANO	CONS.	MÊS/ANO	CONS.
10/2012	14	09/2012	15	08/2012	10	07/2012	11	06/2012	14
05/2012	9								

DESCRIÇÃO	VALORES(R\$)
TARIFA DE AGUA	41,50
JUROS DE MORA 001/001	0,77
MULTA IMPONTUALIDADE 001/001	0,79
MANUTENCAO DE HIDROMETRO 001/001	1,00

O NÃO PAGAMENTO ATÉ A ÚLTIMA DATA DE VENCIMENTO IMPLICARÁ EM MULTA E SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA.

EXAR/2012 RESERVISTA, CUMPRE SEU DEVER APRESENTE-SE DE 10 A 14 DEZ.

TOTAL A PAGAR(R\$) **44,06**

Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Turbidez	5,0	6,0 A
Ph	9,5	15,0
Cor		0,2 A 5,0
Cloro		1,5

Parâmetro	Valor Médio	Padrão da Port. 518/MS
Fúlor	0,3	Ausen
Ferro	te	95
Colif. Totais	Ausente	
Colif. Fecais		

Químico Industrial Responsável: MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO ROCHA - CRQ 10201809 - 14ª Região

000.564 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

MATRÍCULA	MÊS/ANO	GRUPO	TOTAL A PAGAR(R\$)	ROTA
25869744	11/2012	29	44,06	007.0402

82630000000-5 44060001822-8 58697441120-7 120000000003-0



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia confere com o original e não qual me reporto e dou fé.
 Em testemunho da verdade
 Cabeceiras do Piauí, de 10 de 12 de 2012

Escritório Designado
CARTÓRIO ÚNICO
 Raimundo Ferreira de Sousa Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI

Ata da Reunião dos Membros do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Nova Cidade FM, sediada à Rua São José, SN - Centro, município de Cabeceiras do Piauí.

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois e doze, na sede da Rádio Comunitária Nova Cidade FM, realizou-se a reunião do Conselho Comunitário, em atendimento do interesse exclusivo da comunidade cabeceirense, bem como dos munícipes estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998, contando com a presença dos conselheiros: Pastor José Ribamar Olanda, CPF nº 079.633.273-87 e RG 340.272 / SSP - MA Representante da Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira, residente na Av. Francisco da Costa Veloso, 360 - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI; Maria Francis Dalva Nascimento dos Santos, CPF 881.852.143-87 e RG 1.834.480 - SSP /PI Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabeceiras do Piauí, residente na Av. Candido Alfredo, SN - São Luis, Cabeceiras do Piauí - PI; Joselito Lopes da Silva, CPF 829.002.643-91.e RG1.533.949 - SSP/PI, Representante da Liga de Desportos Cabeceirense, residente na Av. Francisco da Costa Veloso, 215 - São Luis, Cabeceiras do Piauí - PI; José Luis Costa, CPF 526.938.133-87 e RG 562.967 - SSP/PI, Representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aguiadas Vale Santo Antonio, residente na localidade Aguiadas, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI; José do Nascimento, CPF 909.281.483-00 e RG 959.891-SSP/PI, Representante da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Atoleiro, residente no Assentamento Nova Vila, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI. Iniciado os trabalhos foi apresentada a grade de programação da Emissora a seguir: PROGRAMAÇÃO Radio Nova Cidade FM 87,9/ ZYD 357 CANAL 200 Segunda á Sexta , 05:00 Às 07:00 - Amanhecer Com A Nova Cidade Fm (*Genero Musical- Forro Com Informativos Regional*) 07:00 Às 08:00 - Voz Da Assembléia De Deus (*Genero Musical-Religioso*) 08:00 Às 10:00 - Programa Estação Alegria (*Genero Musical- Variado, Com Espaço Ao Trabalhador Rural, Dicas Culinarias*). 10:00 Às 12:00 - Show Da Manhã (*Genero Musical-Variado, Com Quadro Educacional Com Dicas De Saude E Entretenimento,Entrevistas*). 12:00 Às 13:00 - Jornal Da Nova Cidade (*Participação E Cidadania, Noticiario Local*). 13:00 Às 13:30 - Programa Fonte De Esperança (*Genero Musical-Religioso*). 13:30 Às 14:00 Bola Na Rede (*Noticias De Esporte Local Etc*) 14:00 Às 16:00 - Ligação Sucesso (*Genero Musical Diverso Com O Espaço A Mobilização Social, Doações De Cestas Basicas Etc*). 16 Às 18:00 Forrozão Da 87.9 (*Com Espaço Aos Artistas Musicais da Terra*) 18:00 Às 19:00 - Hora Do Angelo (*Religioso Catolico*) 19:00 Às 20:00 - Espaço A Progrmação Nacional (*Voz do Brasil*) 20:00 Às 22:00 - Toque De Amor (*Genero Musical-Romantico,Participações do Ouvinte*) Sábado 05:00 Às 07:00 - Show de Vaqueijada (*Cultura Local de Vaqueiros*) 07:00 Às 8:00 - Igreja Batista-(*Religioso*) 08:00 Às 12:00 - Mistura de Sucessos (*Genero Variados*) 12:00às 17:00 - Comunidade Em Debate (*Espaço as Comunidades Locais*) 17:00 Às 19:00 - Programas Evangelicios (*Religioso*) 19:00 Às 22:00 - Ritmos da Noite (*Ecletico*) Domingo - 05:00 Às 07:00 - Show De Vaqueijada (*Cultura Local de Vaqueiros*) 07:00 Às 8:00 - Igreja Assembléia De Deus (*Espaço Infantil Religioso*) 8:00 07:00 Às 9:00 - Igreja Batista-(*Religioso*) 9:00 07:00 Às 10:00 - Missa (*Transmissao da Santa Missa*) - 10:00 07:00 Às 17:00 - Comunidade Em Debate (*Espaço as Comunidades Locais*) 17:00 Às 22:00 - Suplemento Musical . Em cumprimento da pauta, os membros do Conselho analisaram e debateram sobre a programação apresentada todos concordando que a Emissora está atendendo aos interesses dos cabeceirenses, dando atenção especial ao que preceitua a Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998, destacando o art. 4º. O Conselheiro Pastor José Ribamar Olanda, representante da Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira, manifestou-se dizendo que constantemente escuta no seu rádio a programação da Emissora reconhecendo os relevantes serviços prestados a comunidade cabeceirense nas áreas da Educação, informação isenta, cultura e artes em geral, destacando inclusive que ele próprio tem apresentado suas idéias religiosas , assim como o representante da Igreja Católica e outras igrejas. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores eTrabalhadoras Rurais

de Cabeceiras do Piauí usou da palavra para enaltecer a receptividade da Emissora junto aos trabalhadores e trabalhadoras do município, destacando a maneira ética das informações transmitidas, porém fez uma critica no tocante ao raio de atuação da Emissora, que segundo ela não alcança todo o Município, que foi explicado pelo Presidente da ADECOC, instituição a qual pertence a Emissora, que se trata de uma Emissora de baixa potência, com cobertura restrita. Por oportuno foi apresentado aos membros do Conselho Comunitário a indicação feita pela Diretoria Executiva da ADECOC dos nomes para gerenciar a área Editorial bem como a programação da emissora, ficando aprovado os nomes: Antonio Carlos de Carvalho Lima como gerente de programação e Luis da Costa Rocha como gerente editorial. Tudo dentro dos conformes, os demais membro do Conselho Comunitário nada mais a acrescentaram a não ser concordar com o ponto de vista dos dois que se manifestaram e desejaram sucesso para todos que administram e fazem a organização da Rádio Comunitária Nova Cidade FM. Eu Luis da Costa Rocha secretariando os trabalhos, passo a datar e assinar essa Ata juntamente com todos os presentes. Cabeceiras do Piauí, 11 de novembro de 2012

Luis da Costa Rocha

PASTOR JOSÉ RIBAMAR OLANDA

Representante da Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira

Maria Francis Dalva Nascimento dos Santos
MARIA FRANCIS DALVA NASCIMENTO DOS SANTOS

Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Josefeto Lopes da Silva
JOSELITO LOPES DA SILVA

Representante da Liga de Desportos Cabeceirense

Jose Luis Costa
JOSÉ LUIS COSTA

Representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aguiadas Vale Santo Antonio

Jose do Nascimento
JOSÉ DO NASCIMENTO

Representante da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Atoleiro

RÁDIO



NOVA CIDADE FM

87.9 MHZ



A RÁDIO DO SEU CORAÇÃO

Rua São José Centro, s/n
Cabeceiras do Piauí-PI
Telefone: 32401314

CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia contém
com o original que confere no qual me
repreto e dou fé.
Em testemunho, na verdade
assessuras do Piauí de 20/12/12.

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escritório Notarial do Piauí
Cabeceiras do Piauí-PI

Programação

Radio Nova Cidade FM 87,9/ ZYD 357 CANAL 200

SEGUNDA À SEXTA

05:00 ÀS 07:00

AMANHECER COM A NOVA CIDADE FM (GENERO MUSICAL- FORRO COM INFORMATIVOS REGIONAL)

07:00 ÀS 08:00

VOZ DA ASSEMBLÉIA DE DEUS (GENERO MUSICAL-RELIGIOSO)

08:00 ÀS 10:00

PROGRAMA ESTAÇÃO ALEGRIA (GENERO MUSICAL- VARIADO, COM ESPAÇO AO TRABALHADOR RURAL, DICAS CULINARIAS).

10:00 ÀS 12:00

SHOW DA MANHÃ (GENERO MUSICAL-VARIADO, COM QUADRO EDUCACIONAL COM DICAS DE SAUDE E ENTRETENIMENTO, ENTREVISTAS).

12:00 ÀS 13:00

JORNAL DA NOVA CIDADE (PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA, NOTICIARIO LOCAL).

13:00 ÀS 13:30

PROGRAMA FONTE DE ESPERANÇA (GENERO MUSICAL- RELIGIOSO).

13:30 ÀS 14:00

BOLA NA REDE (NOTICIAS DE ESPORTE LOCAL ETC)

14:00 ÀS 16:00

LIGAÇÃO SUCESSO (GENERO MUSICAL-DIVERSO COM O ESPAÇO A MOBILIZAÇÃO SOCIAL, DOAÇÕES DE CESTAS BASICAS ETC).

16 ÀS 18:00

FORROZÃO DA 87.9 (COM ESPAÇO AOS ARTISTAS MUSICAIS DA TERRA)

18:00 ÀS 19:00

HORA DO ANGELO (RELIGIOSO CATOLICO)

19:00 ÀS 20:00

ESPAÇO A PROGRAMAÇÃO NACIONAL (VOZ DO BRASIL)

20:00 ÀS 22:00

TOQUE DE AMOR (GENERO MUSICAL-ROMANTICO, PARTICIPAÇÕES DO OUVINTE)



CERTIDÃO
O presente que a presente fotocópia contém
com o original que confiro, e no qual me
reporto e dou fé.
Em testemunho
da veracidade
do presente
de 20 de 12 de 2012

Escritório Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escritório Judicial Designado
Carteiras do Piauí-Pi

Radio Nova Cidade FM 87,9/ ZYD 357
CANAL 200
PROGRAMAÇÃO

SÁBADO

05:00 ÀS 07:00

**SHOW DE VAQUEIJADA (CULTURA
LOCALDE VAQUEIROS)**

07:00 ÀS 8:00

IGREJA BATISTA-(RELIGIOSO)

08 ÀS 12:00

**MISTURA DE SUCESSOS (GENERO
VARIADOS)**

12:00ÀS 17:00

**COMUNIDADE EM DEBATE (ESPAÇO
AS COMUNIDADES LOCAIS)**

17:00 ÀS 19:00

**PROGRAMAS EVANGELICOS
(RELIGIOSO)**

19:00 ÀS 22:00

RITIMOS DA NOITE (ECLETICO)



Radio Nova Cidade FM 87,9/ ZYD 357
CANAL 200
PROGRAMAÇÃO

DOMINGO

05:00 ÀS 07:00

**SHOW DE VAQUEIJADA (CULTURA
LOCALDE VAQUEIROS)**

07:00 ÀS 8:00

**IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS (ESPAÇO
INFANTIL RELIGIOSO)**

8:00 07:00 ÀS 9:00

IGREJA BATISTA-(RELIGIOSO)

9:00 07:00 ÀS 10:00

**MISSA (TRANSMISSAO DA SANTA
MISSA)**

10:00 07:00 ÀS 17:00

**COMUNIDADE EM DEBATE (ESPAÇO AS
COMUNIDADES LOCAIS)**

17:00 ÀS 22:00

SUPLEMENTO MUSICAL

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia confere
com o original que contém, e no qual me
reporto e dou fé.
Em testemunho da verdade
da veracidade
de 10 de 12 de 2012

CARTÃO ÚNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrivão Judicial do Estado
Capeceiras do Piauí-Pi

Programação
Programação

Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Barras
Ministério de Madureira
CNPJ: 05.331.296/0001-47
Rua dos Aracandús, nº 30 – Bairro Santinho
Cep: 64.100-000 / Barras-PI

DECLARAÇÃO


Declaro, para os devidos fins, que o Sr. José Ribamar Olanda, brasileiro, maior, casado, RG: 340.272/SSP-MA, CPF: 079.633.23-87, residente na Avenida Francisco da Costa Veloso, nº 360 – Centro / Cabeceiras do Piauí/PI, Ministro do Evangelho, credencial: **28364**, pela CONVENÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL (CONAMAD), Ministério de Madureira-DF. Que o mesmo exerce o cargo de Ministro do Evangelho, na Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério de Madureira, à Av. Cândido Alfredo, 118 - Bairro São Luis / Cep: 64.105-000 Cabeceiras do Piauí-PI, ligado ao Campo de Barras-PI.

Declaro ainda, que a Rádio Nova Cidade FM 87,9, situada à Rua São José, S/N – Centro / Cabeceiras do Piauí-PI, é um órgão comunitário de comunicação radiofônica no município e muito tem colaborado com esta Igreja na anunciação do evangelho da salvação, através dos nossos programas que apresentamos na mesma.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO para que surta seus efeitos legais.

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
MINISTÉRIO DE MADUREIRA
Rua dos Aracandus, 30 - B. Santinho
CNPJ: 05.331.296/0001-47 - Barras-PI

Barras/PI, 06 de dezembro de 2012



Predicândido Neres de Carvalho Junior
Pastor Presidente – Campos: Barras-PI

Pr. Predicândido N. de C. Júnior
CONAMAD - MAT 21803
PASTOR PRESIDENTE



Ata da Assembleia Geral Extraordinária
da Associação Comunitária dos Pequenos
Produtores Rurais do Arrondissemento Atoleiro.
Cabeceiras do Piauí CNPJ 03.831.386/0001-11.
Aos cinco do mês de setembro de dois mil e
doze reuniram-se os sócios na localidade Nova
Vila no Centro Comunitário, no município de
Cabeceiras do Piauí para tratarem da eleição
de 2012. Segundo o Estatuto da Associação Com.
dos Pequenos Produtores Rurais do Arrondissemento
Atoleiro. Artigo 23º, não havendo uma outra
chapa a votação seja por aclamação. Sendo
assim fica constituída a nova diretoria
com a Chapa: Unidos, jamais seremos vencidos.
Presidente: José do Nascimento
Vice-Presidente: Francisco Alves Pereira
1º Secretário: Domingos Clementes da Silva Neto
2º Secretária: Luzia Maria de Sousa.
1º Tesoureira: Teresa Alves de Sousa.
2º Tesoureira: Maria Ivo neto de Oliveira
1º Conselho Fiscal: Maria da Conceição da Silva Sousa
2º Conselho Fiscal: Cleomar Silva do Nascimento
1º Suplente Fiscal: Carmine Maria da Conceição Gomes
da Silva. 2º Suplente Fiscal: Meurisvaldo Araújo
Silva. 3º Suplente Fiscal: Antonio Eudes
Rodrigues Lima Lúcio. 4º Suplente Fiscal:
Antonio Francisco de Paula. A nova diretoria
terá um mandato de três anos de 2012 a 2015
sem mais nada a tratar a ata foi lida, aprovada
e assinada por todos os sócios presentes. Cabeceiras
do Piauí 05, de setembro de 2012.

José do Nascimento
Francisco Alves Pereira
Domingos C. S. Neto



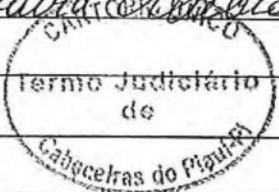


Ministério das Comunicações
Fls. 103
Rúbrica

maria do Socorro dos Santos
 Alexsandra Alves Pereira
 Helena Maria da Silva Sousa
 Antonia Reis Silva
 Raimunda Norata da Silva Oliveira
 Francisco Luis da Silva Oliveira
 Francisco das Chagas dos Santos Rodrigues
 Manoel Israel Ferreira da Silva
 maria do socorro silva santos
 Rosa da Silva Souza
 Lore Luis Barbosa
 Francisco Gervasio de Castro
 Antonio Pereira da Silva
 Antonio Cesar Dias
 maria do Rosário da Conceição
 Suzanna da Silva Pereira
 José Eurimar Silva Nascimento
 Antonio Rodrigues Vandeali
 Antonio Carlos da Silva
 Zélia da Conceição Nascimento
 Ramona Maria Conceição
 Ignacia Pereira Nascimento
 Francisco Ferreira de Sousa
 maria de Jesus Santos
 Sonia M. Pereira da Silva
 Francisco da Silva Pereira
 Laila de Aguiar Stello de H. Sousa



CERTIDÃO
 artificio que a presente Ata foi registrada em
 livro próprio que contém a noção
 reporto e dou fe.
 Em testemunho
 Cabeceiras do Piauí, 19/12/12
 Escrivão Judicial Designado
CARL
 Raimundo Ferreira
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí

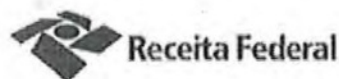


CERTIDÃO



Certifico que a presente Ata foi registrada em
 Livro Próprio de Pessoas Jurídicas, neste
 Cartório Único, Termo Judicial da Comarca
 de Barraes-M, Livro Nº 01, fls. 176 a 177

GRAFSET



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.831.386/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/05/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO COM. DOS PEQ. PROD. RURAIS DO ASSENT. DO ATOLEIRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACPPRAA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO LOC. ATOLEIRO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO SALA	
CEP 64.105-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO CABECEIRAS DO PIAUI	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ***		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 11/12/2012 às 14:01:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Associação comunitária dos pequenos produtores rurais de Aguiardas do Vale Santo Antônio nos dois dias de mês de junho do ano de dois mil e onze (12.06.11) às 05 horas da tarde da Associação reuniram-se os sócios para eleger a nova diretoria da referida Associação o Sr. presidente da entidade, deu nome de Paula Rocha deu início a reunião

apresentando a todos pelo primeiro e explicando os pontos que o eleição da Associação conforme o estatuto que rege que ^{nos} aqui por voto secreto, para por clamarem conforme aprovação da Assembleia geral por haver somente uma Assembleia registrada. O Sr. presidente convocou o Sr. Joazeiro líder da comunidade Mangueira que convenceu os trabalhos da eleição. Inicialmente o Sr. Joazeiro apresentou a diretoria da Assembleia geral decidida pela aprovação. A ditória apresentada por aprovação por unanimidade para convencer a diretoria da Associação para e mandato de dois anos (2)

CARTÃO

Volume de Processo Digitalizado (0420485) SEI 53000.036560/2012



Ministério das Comunicações
23
106
Rúbrica

CERTIDÃO

Certifico, que a presente Ata, Transcrita na página 22 à 22-V, foi registrada, dió, registrada em Livro Proprio de Pessoas Jurídicas, neste Cartório Unico de Cabeceiras do Piauí - Termo Judiciário da Comarca de Barros/PI, liv. 01, às fls. 140 à 140-V, sob n.º 139, em 22 de junho/2011.

O referido é verdade e dou fé.
Cabeceiras do Piauí, 22 de junho/2011.



CARTÓRIO UNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrição Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia confere com o original que confere, e no qual me reporto a dou fé.
Em testemunho da verdade
Cabeceiras do Piauí, 10/12/12
Raimundo Ferreira de Sousa Filho

CARTÓRIO UNICO
Raimundo Ferreira de Sousa Filho
Escrição Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.169.152/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/04/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUNITARIA DOS PEQUENOS PROD RURAIS DE AGUIADAS DO VALE S ANTONIO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-8-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO LOC AGUIADAS	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 64.100-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BARRAS	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/04/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007. Emitido no dia 04/11/2009 às 12:28:33 (data e hora de Brasília).			


[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso,

CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia confere com o original que confiro, e no qual me reporto e dou fé.
 Em testemunho da verdade
 Assinatura do Piauí, de 10/12/12
 Raimundo Ferreira de Sousa Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cartório do Piauí-Pi

CARTÓRIO ÚNICO
 Raimundo Ferreira de Sousa Filho
 Escrivão Judicial Designado
 Cartório do Piauí-Pi

Citar de Parte da Mesa Diretora Eleita do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabeceiras do Piauí para o Quinquênio.

Período de 16/11/2009 a 16/11/2013

Logo de 22 dias do mês de Outubro do ano de 2013, no dia 16/11/2009 às 9:00hs, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabeceiras do Piauí deu-se início a Assembleia Solene da Parte da Mesa Diretora Eleita em 27 de Setembro de 2009 democraticamente pelo voto direto dos sócios para o



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia contém com o original que conferi, e no qual me reporto e dou fé.
 Em testemunho da verdade
 Cabeceiras do Piauí, de 17 de 2013

Escrivão Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
 Talmundo - Anato, Ubes de Araújo
 Escrevente Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI

para o quadriênio (16/11/2009 a 16/11/2013, pelo
Composto Eleitoral. Contou com a presença de todos
os membros da diretoria e demais trabalhadores rurais
e autoridades presentes, deu início a reunião
com o Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Colocados do Piauí, falou como funcionaria
o Sindicato antes do seu mandato, o presidente
falou do seu voto e plan de trabalho próprio e de
sua administração, engraiou o Presidente relati-
do continuo usando da palavra destacando a
luta dos Trabalhadores, disse de tudo respectando
o Estatuto da entidade e que a luta se continua
por melhores condições devido ao homem do campo
que não vai medir esforços para fazer melhores
condições aos trabalhadores rurais, dando primei-
ra a luta em benefício dos mais necessitados
e, especialmente junto ao, INSS, para a
de mais benefícios e oportunidades aos
trabalhadores rurais, Em seguida a palavra foi
dada aos presentes, para quem dela quizeser
falar, da palavra o vice-presidente Antonio
falou na nova composição e que vai toda para
trabalhar e passou a palavra ao Sr. Chico como
passou como o Sindicato o Sindicato de Agriculto-
res, passou agora a palavra para o propósito falar
na composição e na luta e que o Sindicato
e sabe mais vai fazer para a classe trabalhadora
rural, deu posse a nova diretoria do S.T.R.
de Colocados do Piauí, para o período de 16/11/2009
a 16/11/2013, composta das seguintes membros:
Diretoria Executiva - Presidente: Maria Francis
Molvo Nascimento das Santos, Vice-Presidente Un



CERTIDAO
artículo que a presente fotocópia contém
com o original que contém, e no qual me
reporto e dou fé.
Em testemunha
da verdade
de 20/11/2010
Escritório Judicial Designado
Colocados do Piauí-PI

CARTÓRIO ÚNICO
Escritório Judicial Designado
Colocados do Piauí-PI

Tomás Vieira da Silva, Secretário geral
Lopes Rêgo, Tesoureiro; Vicente Feneça de
Secretário de Política Agrária, Agrária e do meio
Ambiente; Francisco Gonçalves, Coordenador da
Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras
Ruais; Francisca Sousa Borges, Coordenadora da
Comissão Municipal de Jovens Trabalhadores e Tra-
balhadoras Ruais; Francisco dos Prazeres da Silva
Silva, Suplentes da Direção Executiva; Fran-
cisco dos Prazeres Sousa; Feneça (Vigo) Maria Trá-
cia Silva Pereira, Raimundo Filipe Bezerra, Val-
ter Soares Vinderlei, Francisco Cardoso de Melo, João
Antonio de Carvalho Feneça, Luis Coelho da Silva
Conselho Fiscal Efetivo: Francisco dos Prazeres
Sousa Feneça, Selma Marques da Silva e Lúcia
Raquel Pereira da Silva. Suplentes do Conselho Fi-
scal Efetivo: Conceição de Maria Lopes da Silva, Jo-
ão da Silva, Maria dos Prazeres dos Santos. Em seguida
o Sr. Presidente prestou juramento prometendo ob-
servar a Constituição, as leis e os preceitos, cumprir
e fazer cumprir o Estatuto dos Trabalhadores e defender a luta sindical, igualmente pro-
cedendo a nomeação do novo director da Câmara mu-
nicipal para o quadriénio 2013-2016, 16/11/2013.
Neste mais, honrando, o Presi-
te declarou encerrado os trabalhos, que opor-
tuno e achado conveniente, vai devidamente assina-
do e rubricado conforme, vai devidamente assina-
do e rubricado, convidando os presentes para
participar de um pequeno Coquetel. Eu, Am. João
Lopes Rêgo, a escrevi e assinei.

Colheções do Piqui, 16 de Novembro de 2013
Vicente Feneça de Sousa



CERTIDÃO

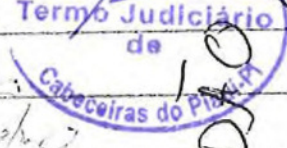
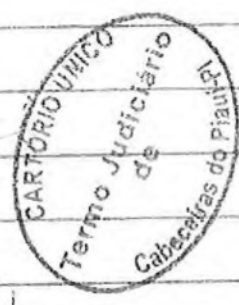
Certifico que a presente cópia contém o original que foi reporto e do qual em testemunho do qual o Sr. Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO UNICO

Escritório de Registo e Fiscalização
Escritório Judicial Designado
Cabeleiros do Piqui

CERTIDÃO
 artificio que a presente... confere
 com o original... no total
 reporto e dou fe.
 Em testemunha...
 a... do...
 Escrivão Judicial Designado

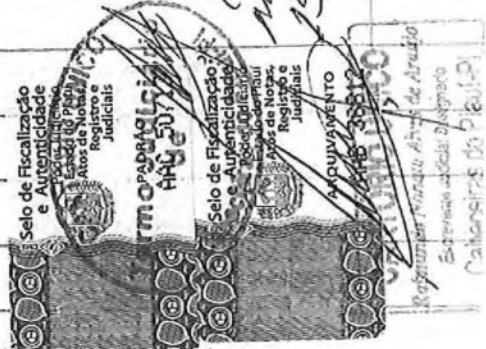
Maria Fumen Daba Nascimento das Santos
 Ana Celso Lopes Bão
 Praciorg Costa Dina Torres
 Valin SOA...
 Simone Oliveira Sousa
 Raimunda Cardoso Bizerria
 Antonio Vinha da Silva
 Maria das Doas das Santos
 Maria Elzira Lopes Rego
 Miguel Cardoso Rego
 Francineia das Chagas Sousa Ferreira
 Maria do Valde...
 Selma Marques da Silva
 Francisca Rosa
 Luis Golho da Rocha
 João Alves Soares
 Maria das Chagas
 Maria



CERTIDÃO

Certifico, que a presente ata foi registrada
 em Livro Próprio de Pessoas Jurídicas, no Cartório
 de Ofício Único, Termo Judiciário da Comarca de Bapatis-Pi,
 no Livro A-01, fls. 104 a 105-V, sob nº 105, em data de
 19 de novembro de 2009.
 Oferendo é verdade do que dou fe.
 Cabeceiras do Piauí-Pi, 19 novembro de 2009.

Uliana da Silva
 Maria das Conceição da Costa Silva
 João Machado Neto
 Francisca das Chagas do Monte Silva
 Flavia Samara Silva de A...
 Valmíria ALVES da Silva
 Jonane de Loure...
 Rio Raquel Pereira Silva
 Antônia de Maria Lopes da Silva
 Fumelina Sousa Barbosa
 Lindalva da Lúcia Ferreira
 Maria da Paixão Rodrigues





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Ministério da Comunicação - SCF
Fls. _____
Rubrica _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.279.605/0001-40	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 08/02/1993	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2000
NOME EMPRESARIAL SIND DOS TRABALHADORES RURAIS DE CABECEIRA DO PIAUI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.20-0-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIAÇÃO			
LOGRADOURO FRANCISCO DA COSTA VELOSO		NÚMERO SN	COMPLEMENTO SALA
CEP 64105-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CABECEIRAS DO PIAUI	UF PI
CAL. POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 150.969.123-53		SITUAÇÃO ESPECIAL	

OVADO PELA IN/SRF NO. 54/98

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



Termo Judiciário
de
Cabeceiras do Piauí-PI

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém
com o original que confere e no qual me
repete a de
Em testemunho da verdade
Cabeceiras do Piauí, de 20 de 2006
Escrivão Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Nonato, Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

CARTÓRIO JUDICIAL
Tribunal de Justiça do Piauí
11/2


Ata da Eleição da Liga de Desportos
ocorre, Realizada no dia 16 de março de 2011.
Das discussões do dia, digo, Das discussões do dia 16 de
março de dois mil e onze, às oito (08:00) horas da
manhã no Plenário da Câmara Municipal de
Venezas de Páez de Páez, deu-se início a
votação para Eleição da Diretoria da Liga de Despor-
tos 'Páezenses para o biênio 2011/2013. Obedecendo,
digo, Obedecendo as normas Estatutárias, foi constata-
da apenas uma chapa inscrita denominada "Esporte
é SAÚDE" encabeçada pelo Senhor José da Silva.
Tinham 31 (trinta e um) clubes aptos a votar, ali repre-
sados por seu Presidente e mais o candidato da
chapa (Esporte é SAÚDE, totalizando 32 (trinta e dois)
votantes aptos; Às 12:00 hs encerra-se a votação; compa-
receram 27 votantes sendo que 03 (três) votaram em bran-
cos e 24 (vinte e quatro) votaram na chapa (Esporte
é SAÚDE) que foi declarada eleita. Ficando composta de
seguinte forma: Presidente: José da Silva, digo,
da Silva, Vice-Presidente: Raimundo de Sousa Barbosa;
1º SECRETÁRIO: Luciano Kelly de Sousa Real; 2º SECRETÁRIO:
Francisco dos Chagas Monte Silva; 1º TESOUREIRO: Ativaldo Vaz;
2º TESOUREIRO: Genivaldo Figueira Silva; RELATORES PÚBLICOS:
Francisco Oliveira Neto; CONSELHO FISCAL: PRESIDENTE:
Raimundo Sousa Fereira Filho; 2º MEMBRO: Antonio
Rocha; 3º MEMBRO: José Carlos Nunes de Jesus; 4º MEMBRO:
Antonio Carlos Lima da Silva; 5º MEMBRO: Eufrasio
Costa Roda. Em seguida foi declarada e possuída
a chapa vencedora para biênio 2011/2013. O Presi-
dente eleito assinou a todos pelo voto de con-
fiança nele depositada, nada mais a fazer
foi lavrada a presente ata por mim Pedro
José da Silva Neto. Caberem de Páez, 16
de março de 2011.

Selo de Fiscalização
e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas,
Registros
Judiciais
AUTENTICAÇÃO
AAM 60542
Páez de Páez

CERTIFICADO
Certifico que a presente ata contém
o relato fiel do que ocorreu e no qual me
reporto e sou
Em testemunha
Cabreiras do Piauí, 16
de março de 2011
GRAFESET
Escritório Judicial Desportivo

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 69.655.496/0001-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/08/1993
NOME EMPRESARIAL LIGA DE DESPORTO CABECEIRENSE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO AV FRANC DA COSTA VELOSO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 64.105-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CABECEIRAS DO PIAUI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/12/2006
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 06/12/2012 às 11:01:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO
 Certifico que a presente fotocópia contém
 com o original que contém, e no qual me
 reporto e dou fé.
 E, em testemunho da verdade,
 Cabeceiras do Piauí, 10 de 12 de 2012.

CARTÃO UNICO
 Raimundo Pereira de Sousa Filho
 Escrivão Judicial de 1ª Categoria

Relação dos Associados da Associação de Desenvolvimento Comunitário
Cabeceiras - ADECOC



1 . Carlos Henrique Lira Melo

RG Nº 839.706 - SSP/PI

CPF Nº 446.045.303-78

Rua José Nelson, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI.

2. Francisco Sousa da Cunha

RG nº 867.711 - SSP / PI

CPF Nº 008.739.923-77

Localidade Satisfeito, Zona Rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

3. Manoel Lira de Sousa

RG Nº 380.638 - SSP / PI

CPF Nº 930.788.383-15

Localidade José Gomes, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

4. José Luis Costa

RG nº 562.967 - SSP / PI

CPF Nº 526.938.133-87

Localidade Aguiadas, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

5 . Miguel Pereira Barros

RG Nº 575.990 - SSP/PI

CPF Nº 553.466.693-53

Localidade Taperinha, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

6. Fabiana Araújo Silva

RG Nº 1636.964 - SSP/PI

CPF Nº 774.280.563-49

Av. Francisco da Costa Veloso, Sn - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI.

7. João Batista Lages Neto

RG Nº 595.371 - SSP / PI

CPF Nº 200.513.363-91

Av. Francisco da Costa Veloso, SN - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI.

8. Francisco Pereira Cardoso

RG Nº 507.885 - SSP/PI

CPF Nº 200.724.303-20

Rua São José, SN - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI.

9. José Ferreira dos Santos

RG Nº 673.851 - SSP / PI

CPF Nº 010.402.283-30

Av. Francisco da Costa Veloso, SN - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI.

10. Joselito Lopes da Silva

RG Nº 1.533.949 - SSP / PI.

CPF Nº 829.002.643-91

Av. Candido Alfredo, 215, São Luis - Cabeceiras do Piauí - PI.

11. Miguel Lopes de Oliveira Filho

RG Nº 288.733 - SSP / PI.

CPF Nº 150.930.003 - 10

Localidade Malhadinha, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

12. Maria Soares Silva Araújo

RG Nº 1.455.726 - SSP / PI

CPF Nº 689.188.871-91

Rua São João, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI.

13. Maria Raimunda Barros Pereira

RG Nº 488.813 - SSP /PI

CPF Nº 394.453.803-04

Localidade Pedras, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

14. Luis Rodrigues do Monte

RG Nº 1.231.352 - SSP/PI

CPF Nº 446.840.293-87

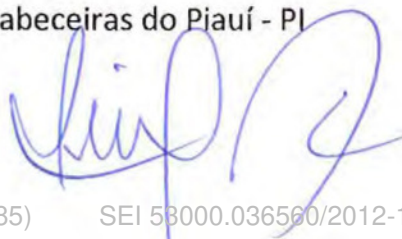
Av. Candido Alfredo, SN - São Luis - Cabeceiras do Piauí - PI.

15. Antonio Pereira dos Santos

RG Nº 3.150.702 - SSP / PI

CPF Nº 045.184.493-98

Localidade Boa Nova, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI



16. Juciara Ferreira Silva

RG Nº 3.316.394 SSP / PI

CPF Nº 053.304.813-33

Rua São José, SN - Centro de Cabeceiras do Piauí - PI

17. Givanildo de Araújo Melo

RG Nº 1.796.197 - SSP /PI

CPF Nº 002.892.873-32

Localidade Pedras, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

18. Raimundo Nonato Batista Lages

RG Nº 378.395 - SSP /PI

CPF Nº 187.244.853 - 49

Av. Francisco da Costa Veloso, 586 - Centro Cabeceiras do Piauí - PI

19. Silvestre Barbosa

RG Nº 262.831 - SSP /PI

CPF Nº 184.431.333-68

Av. Francisco da Costa Veloso, SN - Centro de Cabeceiras do Piauí - PI

20. Francisco das Chagas dos Santos

RG Nº 1. 396.007 - SSP / PI

CPF Nº 565.406.123-20

Rua Antonio Almeida, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

21. José Vitório Ferreira Filho

RG Nº 880.646 - SSP / PI

CPF Nº 200.812.603-00

Rua Projetada SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

22. Edmilson Torres Lages

RG Nº 641.681 -SSP / PI

CPF Nº 011.523.783-68

Rua 29 de Abril, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

22. Francisca das Chagas Batista Lages

RG Nº 378.210 -SSP / PI

CPF Nº 621.938.303-63

Rua 29 de Abril, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

23. Francisco Coelho da Rocha

RG Nº 379.356 - SSP / PI

CPF Nº 200.974.923-53

Localidade Mutuca, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

24. Carlos Vagno Borges da Costa

RG Nº 981.662 - SSP / PI

CPF Nº 350.062.503-72

Localidade Boa Nova, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

25 . Vicente Lopes

RG Nº 858.520 - SSP / PI

CPF Nº 150.959.243-15

Av. Francisco da Costa Veloso, SN - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI

26. Maria de Fatima Macedo Araújo

RG Nº 180.822 - SSP / PI

CPF Nº 747.034.633-34

Av. Francisco da Costa Veloso, SN - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI

27. José Raimundo Filho

RG Nº 859.624 - SSP / PI

CPF Nº 200.809.723-49

Rua Antonio Almeida, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

28. Antonia Gonçalves da Silva

RG Nº 365.749 - SSP / PI

CPF Nº 185.451.063-00

Rua São José - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI

29. Clemilson Fran Torres Lages

RG Nº 1.189.113 - SSP / PI

CPF Nº 551.896.603-20

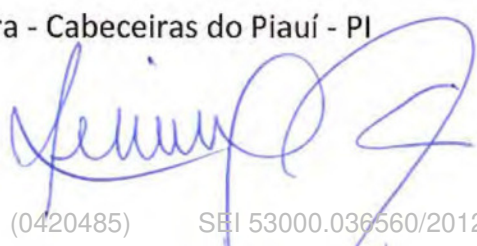
Rua 29 de Abril - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI.

30. José Evangelista Torres Lopes

RG Nº 1.247.430 - SSP / PI

CPF Nº 273.816.503-63

Rua 29 de Abril, 294 - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI



31. Paulo de Tarso Veloso Machado

RG Nº 190.499 - SSP

CPF Nº 134.066.553-00

Rua São José, 202 - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI

32. Francisco Clemente Vanderley

RG Nº 1.299.221 - SSP / PI

CPF Nº 351.195.863-68

Localidade Capivara, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

33. Roberto Carlos Vanderlei Torres

RG Nº 866.793 - SSP - PI

CPF Nº 352.792.223-72

Localidade Madeira Cortada, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

34. José Peres da Silva

RG Nº 1.054.537 - SSP / PI

CPF Nº 429.168.013-91

Localidade Baixa de Trás, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

35. Antonio de Carvalho Ferreira

RG Nº 1.513.206 - SSP / PI

CPF Nº 726.802.963-20

Localidade Jenipapeiro, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

36. Ari Pereira de Araújo Filho

RG Nº 436.058 SSP/PI

CPF Nº 217.963.193-68

Localidade Jatobá Velho, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

37. Valdir Lopes Dias Filho

RG Nº 1.570.831 - SSP / PI

CPF Nº 742.410.283-49

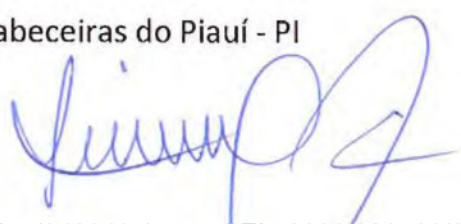
Localidade Satisfeito, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

38. Márcio Cleber Batista de Lira

RG Nº 1.939.555 - SSP / PI

CPF Nº 629.901.636-04

Rua Lages, 387 - Mangueira, Cabeceiras do Piauí - PI



39. Maria Francis Dalva Nascimento dos Santos

RG Nº 1.834.480 - SSP / PI

CPF Nº 881.852.143 - 87

Av. Candido Alfredo - São Luis - Cabeceiras do Piauí - PI.

40. Vicente Paula Rocha

RG Nº 324.267 - SSP / PI

CPF Nº 706.122.183-68

Localidade Aguiadas, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

41. Maria do Rosário Barbosa Macedo

RG Nº 190.704 - SSP / PI

CPF Nº 183. 671.743-20

Rua São José, Centro, Cabeceiras do Piauí - PI.

42. Luis José de Macedo

RG Nº 371.507 - SSP / PI

CPF Nº 526.948.873-68

Rua Lages - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

43. Julio Cesar de Carvalho Rocha

RG Nº 2.692.776 - SSP / PI

CPF Nº 428.537.616-49

Localidade Vaca Brava II - zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

44. Luis Coelho da Rocha

RG Nº 2.161.469 - SSP / PI

CPF Nº 150.692.223-68

Rua José Alcinda, SN - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

45. João Oliveira de Sousa

RG Nº 596.943 - SSP / PI

CPF Nº 217.784.003-10

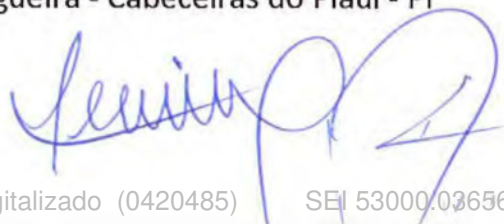
Localidade José Gomes, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI

46. Luis Gonzaga Ferreira de Sousa

RG Nº 224.590 - SSP - PI

CPF Nº 155.785.001-10

Rua José Alcinda, - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI



47. Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento

RG Nº 710.075 - SSP - PI

CPF Nº 240.723.543-68

Localidade Boa Nova, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI.

48. Luis da Costa Rocha

RG Nº 2.129.227 - SSP / PI

CPF Nº 001.790.743-85

Rua Projetada, SN, Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

49. Raimundo Ferreira de Sousa Filho

RG Nº 1.184.933 - SSP / PI

CPF Nº 462.799.113-49

Rua 29 de abril, Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

50. Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado

RG Nº 508.161 - SSP / PI

CPF Nº 228.003.523-53

Rua José Alcinda 445 - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

51. José Arimatéa Veloso Machado

RG Nº 1.500.344 - SSP / PI

CPF Nº 078.133.173-00

Rua São José, 160 - Centro - Cabeceiras do Piauí - PI.

52. Hudson Veras de Sampaio Almendra Filho

RG Nº 716.000 - SSP / PI

CPF Nº 287.052.973-20

Rua Projetada 31, - Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

ENTIDADE: Associação do Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras

LOCAL: Cabeceiras do Piauí- Piauí

EQUIPAMENTO:

Transmissor F M
 Potência Nominal= 25 W
 Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
 Modelo: MTFM 98 Categoria - H
 Frequência: 87,9 MHz
 Cód. Homologação: 046100xxx0312

MEDIÇÕES EFETUADAS:

1. Potência.

- 1.1 Potência nominal = 25 Watts
- 1.2 Potência medida= 25 Watts

2. Frequência.

- 2.1 Frequência medida:
 Frequência nominal = 87,9 MHz;
 Frequência medida = 87,9 MHz

3. Atenuação de harmônicos.

HARMÔNICOS						
	2º	3º	4º	5º	6º	
Atenuação (dB)	-90	-98				

4. Emissões de ruídos e espúrios entre 120 e 240 KHz

Com 25 Watts
> 90 dB

5. Emissões de ruídos e espúrios entre 240 e 600 KHz

Com 25 Watts
> 90 dB

6. CARACTERISTICAS GERAIS.

- Equipamento de gravação existente;
- Tipo de antena, conforme autorização;
- Licença de funcionamento, em local visível;

Oswaldo Pereira dos Santos Junior
 Engenheiro Eletricista
 CREA 12/1

-Relatório de conformidade referente a Limitação de Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.

7. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS NAS MEDIÇÕES.

- Carga: BIRD 5KWatts 50 ohms;
- Medidor de potência: BIRG Mod. RF 43;
- Medidor de frequência: Goldstar FC2130u SN401079;
- Gerador de áudio: HEWLETT PACKARD Mod. 339ª;
- Medidor de distorção: HEWLETT PACKARD Mod. 339ª;
- Monitor de AM: MTA Mod. RCV500;
- Medidor de emissões harmônicas e espúrias : Analisador de espectro ADVANTEST Mod. TR4120 ;
- Vôltímetro de áudio: HEWLETT PACKARD Mod 339;
- Controlador de voltagem da rede: autotransformador varivolt Mod. VME 079
- Termômetro: Fluke 80T IR;
- Multímetro eletrônico: Fluke mod. 87;
- Alicate de medição de corrente: Hioki Mod. 3101.
- Varivolt Denki – RC 5000/30

Oswaldo Peres dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista (P.O. Eletrônica)
CREA-PI 3.87

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere o presente Laudo, todas as folhas com a rubrica de que faço uso.

Local: São José, s/n

Cabeceiras do Piauí -Pi

CEP- 64.105-000

Coordenadas geográficas: Latitude 04° 28' 23'' S Longitude 42° 18' 31'' W

Eng. Osvaldo Pereira dos Santos Junior
CREA-PI - 3.871 Cart. 707-D

Osvaldo Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista (Mod. Eletrônica)
CREA-PI 3.871

PARECER CONCLUSIVO.

Declaro que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as Normas técnicas vigentes e a ele aplicáveis

Cabeceiras do Piauí – PI, 06 / 12 / 2012

Eng. Osvaldo Pereira dos Santos Junior
CREA-Pi- 3.871 Cart. 707-D

COBAN:27950 LOJA:3045 PDV:0005
11/12/2012 BANCO DO BRASIL 12:15:38
424926260 0152

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

001995219120000000062600363311218655440000004000
NR. DOCUMENTO 30.450,005
NOSSO NUMERO 8200363311
CONVENIO 00952192
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
AGENCIA/COD. CEDENTE 3178/00003172
DATA DE VENCIMENTO 11/12/2012
DATA DO PAGAMENTO 11/12/2012
VALOR DO DOCUMENTO 40,00
VALOR COBRADO 40,00

NR.AUTENTICACAO 3,BE9,0D1,CE9,1F0,D0A

BANCO DO BRASIL

001-9

00199.52191 20000.000836

Cedente

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piaui

Numero do Documento

190686719XXXXX

Contrato

952192

CPF/CEI/CNPJ

06.687.545/0001-02

Agência/Código do credenciado

3178-X / 00003172-0

Vencimento

11/12/2012

Itens

611 - ART Contrato/Honorários - Faixa 01 - 2012 (01/01) - 605703 - R\$ 40,00

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Juros / Multa

(+) Outros créditos

Sacado

OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

RUA ORLANDO PINHEIRO, Nº 1415 - CRISTO REI TERESINA-PI 64015320

Sacador/Avalista





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CREA-PI

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO PIAUÍ
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1 ART 605703
1ª Via - Branca/CREA-PI 4ª Via - Recibo/SERVIÇO
2ª Via - Amarela/CONTRATADO 5ª Via - Jornal/MASCUNHO
3ª Via - Azul/CONTRATANTE

Ministério das Comunicações
Fls. 126
Rubrica 60

CONTRATADO	2 NOME DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	3 TÍTULO PROFISSIONAL	4 CARTEIRA CREA
	5 ALTERAÇÃO DO CADASTRO SIM <input type="checkbox"/>	6 ENDEREÇO PROFISSIONAL	7 TELEFONE
	8 NOME DA EMPRESA CONTRATADA	9 Nº REG. CREA/PI	10 TELEFONE
	ENDEREÇO EMPRESA		

CONTRATANTE	11 NOME DO CONTRATANTE	12 CPF OU CNPJ
	13 ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA	14 TELEFONE

DESCRIÇÃO	15 RESUMO DO CONTRATO: DESCRIÇÃO DA OBRA E/OU SERVIÇO CONTRATADO, CONDIÇÕES, PRAZO, QUANTIFICAÇÃO, CUSTO, ETC.		
	16 <input type="checkbox"/> OBRA <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> CARGO/FUNÇÃO		
		17 VALOR DA OBRA/SERVIÇO	18 VALOR DOS HONORÁRIOS

ASSINATURAS	19 ASSINATURAS	20 LOCAL E DATA	21 CONTRATANTE
	ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA/PI, PARA EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO ESCRITO OU VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77)		

PRESERVADO AO RESPONSÁVEL TÉCNICO	22 NOME DO PROPRIETÁRIO	23 CNPJ OU CPF
	24 ENDEREÇO DA OBRA OU SERVIÇO	25 CEP
	26 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DA OBRA OU SERVIÇO	27 CO-AUTOR <input type="checkbox"/> CO-RESPONSÁVEL <input type="checkbox"/> INDIVIDUAL <input type="checkbox"/> EQUIPE <input type="checkbox"/>
	28 TIPO <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO <input type="checkbox"/> COMPLEMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> NORMAL <input type="checkbox"/>	29 ENTIDADE DE CLASSE

QUITACÃO	30 DATA DE PAGAMENTO	31 VALOR DA TAXA A PAGAR	32 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
	A ART só é válida quando Assinada, Autenticada e sem Rasuras		

Itora Gráfica Aliança Ltda • CNPJ: 08.171.718/0001-52 • Insc. Est.: 12.242.660-6 • Insc. Municipal: 32.573 • Av. Francisco Carlos Jansen, 395 Parque Piauí • CEP: 65.631-240 • Fone: (99) 3212.1277 • Timon-MA - 100 BIC 50x05 de 601.801 a 606.828

[illegible]

claro ter concluído o trabalho (obra ou serviço) constante da presente ART face ao que solicito a devida
IXA junto aos arquivos desse Conselho

claro que o trabalho (obra ou serviço) de minha propriedade, ou sob minha representação legal, objeto da presente ART, encontra-se concluído.

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O D O D E S E N V. C O M U N I T A R I O

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

D E C A B E C E I R A S 0 7 2 4 5 0 1 2 0 0 0 1 2 5

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R A D I O N O V A C I D A D E

Portaria de Autorização nº 319

Publicada no D.O.U de 14/07/2000

Decreto Legislativo nº 183

Publicado no D.O.U de 08/08/2002

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A S ã O J O S É , S / N

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A B E C E I R A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

P I 0 4 ° 2 8 ' 2 3 " S 4 2 ° 1 8 ' 3 1 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO SIM X

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A S ã O J O S É , S / N

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O C A B E C E I R A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

P I 0 4 ° 2 8 ' 2 3 " S 4 2 ° 1 8 ' 3 1 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO X SIM

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO SIM X

Oswaldo Pereira dos Santos Junior
 Engenheiro de Telecomunicações
 CREA-PI 3.011

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO																																	
R	U	A	S	Ã	O	J	O	S	É	,	S	/	N																				
BAIRRO										CIDADE																							
C	E	N	T	R	O											C	A	B	E	C	E	I	R	A	S			D	O				
CIDADE (CONTINUAÇÃO)										UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS																					
P	I	A	U	I						P	I		0	4	°	2	8	'	2	3	"	S		4	2	°	1	8	'	3	1	"	W

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																																	
M	O	N	T	E	L		S	I	S	T	E	M	A	S		D	E		C	O	M	U	N	I	C	A	Ç	Ã	O		L	T	D
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										Nº HOMOLOGAÇÃO													
M	T	F	M		9	8										2	5	,	0		watts		0	4	6	1	0	0	Xx	0	3	1	2
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																							
2	5															2	5	,	0		watts												
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																							
8	7															8	7	,	9		MHz												

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																													
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										Nº HOMOLOGAÇÃO									
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																			
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																			

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO	X			SIM		
-----	---	--	--	-----	--	--

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA															MODELO														
A	N	T	E	N	A		E	L	E	C	T	R	I	L						P	T	1	6	0	F	M			
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO					ALTURA DA TORRE					ALTITUDE DO LOCAL														
0	0	,	0	dBd		30	,	0	m		3	0	,	0	m		1	0	5	,	0	m							

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO				SIM	X	
-----	--	--	--	-----	---	--

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO FABRICANTE

MODELO

Oswaldo Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista (Mod. Eletrônica)
CREA-PI 3.871

COMPRIMENTO(L)				ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)				PERDAS NA LINHA (PL)				EFICIÊNCIA DA LINHA (η)			
3	5	,	0	m	6	,	0	dB				2	,	1	dB

-(PL)

10

Perdas na linha (PL) = $L \cdot AL$

Eficiência da linha (η) = 10

100

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Wattímetro – Bird , Analisador de Espectro, Multímetro, Trena, Frequencímetro.

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

O S V A L D O P E R E I R A D O S S A N T O S J U N I O R

ENDEREÇO

R U A O R L A N D O P I N H E I R O , 1 4 1 5

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C R I S T O R E I

BAIRRO

CIDADE

U N I Ã O P I

UF

REG.CREA

3 . 8 7 1 E N G E N H E I R O E L E T R Ô N I C O

FORMAÇÃO

CEP

6 4 0 1 5 - 3 2 0 8 6 - 9 9 8 6 1 0 5 6

TELEFONE

FAX

E-MAIL

O S V A L D O J R @ C E P I S A . C O M . B R

LOCAL

T E R E S I N A - P I 0 6 / 1 2 / 2 0 1 2

DATA

ASSINATURA

216 R L N

Oswaldo Pereira dos Santos Junior
Engenheiro Eletricista (Mod. Eletrônica)
CREA-PI 3.871



www.correios.com.br



DESTINATÁRIO COORDENACAO GERAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA A/C DO SR. SAMIR AMANDO BRANCA NOBRE MAIA		FONE	
ENDEREÇO ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO R, 3º ANDAR			
CIDADE BRASÍLIA			UF DF
CEP 70044-900			
REMETENTE APOC. DE DESENV. COM. DE CA- BECEIRAS - AECO C		FONE	
ENDEREÇO RUA SÃO JOSE, 514 CENTRO			
CEP 64105-000		CIDADE CAECEIRAS-PI AVI	UF PI

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS	TENTATIVAS DE ENTREGA	CARIMBO
<input type="checkbox"/> Mudou-se	1ª: ___/___/___ às ___ h.	
<input type="checkbox"/> Recusado	2ª: ___/___/___ às ___ h.	
<input type="checkbox"/> Desconhecido	3ª: ___/___/___ às ___ h.	
<input type="checkbox"/> Não procurado		
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente		
<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado		
<input type="checkbox"/> Outros (especificar)		
Rubrica do responsável _____		Visto _____



Material reciclável "RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 18 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 18/03/2015, às 09:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0420501** e o código CRC **ODCB240C**.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS

CNPJ: 07.245.012/0001-25

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:19:32 do dia 17/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 13481/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.036560/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53760.000705/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, faz-se necessário o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação aos preceitos do artigo 40 da Portaria 4334/2015, conforme detalhado a seguir:

i) O estatuto deve indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de **executar o Serviço de Radiodifusão**, conforme a legislação vigente, tal como estabelece o inciso I;

ii) Considerar, no art. 6º do estatuto, a limitação determinada pela alínea "b" do inciso V, de que ao mandato dos membros da diretoria será admitida **uma única recondução**, de modo a se afastar eventual óbice ao caráter comunitário da entidade por ventura oriundo de tal omissão;

iii) Adequar a redação do art. 19 do estatuto de modo a assegurar o ingresso gratuito, como associado, **de toda e qualquer pessoa física ou jurídica**, nos termos do inciso II;

iv) Adequar a redação do estatuto de modo a indicar a **instituição de um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612/1998**, conforme estabelece o inciso V,

observados os artigos 113 a 115 da Portaria quanto à composição e atribuições do Conselho;

A seguir a transcrição do artigo 40 da Portaria nº 4334:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições :

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção ;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

III. Observando-se que a composição do Conselho Comunitário contém membros que são simultaneamente associados da entidade autorizada, o que contraria o §2º do art. 114 da Portaria nº 4334, a requerente deverá:

i) compor um novo Conselho Comunitário, cuja formação deverá estar em pleno acordo com os preceitos do art. 114 da Portaria nº 4334, bem como apresentar a respectiva cópia do ato que o instituiu;

"Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho." (grifos nossos)

ii) apresentar um novo relatório circunstanciado, elaborado pelos novos membros do Conselho Comunitário, em

conformidade o art. 116 da Portaria nº 4334:

*"Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, **contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação**, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária." (grifos nossos)*

IV. Uma vez que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida, e que não constam dos autos, até a presente data, os documentos constitutivos da nova composição, conforme prescreve o art. 124 da Portaria nº 4334/2015, a entidade deverá apresentar:

i) Ata de Eleição da diretoria com mandato vigente, devidamente acompanhada de comprovante do respectivo registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

ii) Cópia da Cédula de Identidade de cada um de seus diretores, ou cópia de algum dos demais documentos elencados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334 (transcrição abaixo). Ressalte-se que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) NÃO será aceita para comprovar a nacionalidade, conforme dispõe o §4º do mesmo artigo 22.

"Art. 22. São documentos habilitantes:

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;(...)

§3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS); ou

VII - passaporte.

§4º A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou nacionalidade."

iii) CPF de todos os diretores.

IV.1. A entidade deverá estar ciente das restrições elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III"; "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº 4334, cujo descumprimento poderá ensejar o indeferimento da renovação da outorga.

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334/2015

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;

d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou

e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.

III - quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;

IV - quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e

V - quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo."

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 02/06/2016, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub**, em 09/06/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1164563** e o código CRC **922EA798**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 1 de junho de 2016.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras
Rua São José, s/nº - Centro
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036560/2012-19.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13481/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.036560/2012-19**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio**, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub, em 09/06/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1164819** e o código CRC **6212D469**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.036560/2012-19 - Nº SEI: 1164819

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras

Rua São José, s/nº - Centro

64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.036560/2012-19.

NOME DO DESTINATÁRIO

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Ananias de Deus Araújo

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

21/06/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

21 JUN 2016

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2436956-SSP-PI

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Goldi Gelys
Cabeceiras-Cabeceiras
627.453-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CORREIOS BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JO 95160806 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 14 JUN 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: SÃO PAULO / SP

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO
ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA
 CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP

FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680

BRASIL

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS
– ADECOC
CNPJ: 07.245.012/0001-25
RUA SÃO DOMINGOS, SN- CENTRO.
CABECEIRAS DO PIAUÍ – PI**

OFICIO Nº 010/2016

Cabeceiras do Piauí (PI), 19 de Julho de 2016

53900.044295/2016-14
25/07/2016

Ao Senhor

MARIO DE MORAES DAOLIO

Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
São Paulo – SP

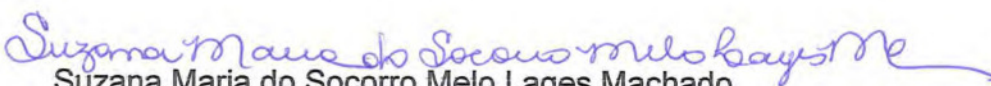
Assunto: Resposta a Nota Técnica nº 13481/2016/SEI-MCTIC, relativa ao Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 - 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998.

Senhor Delegado,

Em resposta ao Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC, datado de 01/06/2016, recebido em 21/06/2016, conforme AR-Postal, estamos encaminhando a documentação solicitada pela Nota Técnica nº **13481/2016/SEI-MCTIC**, referente aos Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 - 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998 da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras – ADECOC.

Dessa forma, esperamos sanar as pendências que foram indicadas na referida Nota Técnica a este anexada.

Atenciosamente


Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado
Vice – Presidente da ADECOC



Recebido em
01/06/16
af 50/16/16

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 1 de junho de 2016.

Ao(A) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras
Rua São José, s/nº - Centro
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036560/2012-19.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13481/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.036560/2012-19**.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por Mario de Moraes Daolio, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub, em 09/06/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1164819** e o código CRC **6212D469**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20335/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.036560/2012-19 - Nº SEI: 1164819

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 13481/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53000.036560/2012-19

Processo de Outorga nº: 53760.000705/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, faz-se necessário a atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

1. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação aos preceitos do artigo 40 da Portaria 4334/2015, conforme detalhado a seguir:

i) O estatuto deve indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de **executar o Serviço de Radiodifusão**, conforme a legislação vigente, tal como estabelece o inciso I; OK

ii) Considerar, no art. 6º do estatuto, a limitação determinada pela alínea "b" do inciso V, de que ao mandato dos membros da diretoria será admitida **uma única recondução**, de modo a se afastar eventual óbice ao caráter comunitário da entidade por ventura oriundo de tal omissão; OK

iii) Adequar a redação do art. 19 do estatuto de modo a assegurar o ingresso gratuito, como associado, **de toda e qualquer pessoa física ou jurídica**, nos termos do inciso II; OK

iv) Adequar a redação do estatuto de modo a indicar a **instituição de um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612/1998**.

conforme estabelece o inciso V, observados os artigos 113 a 115 da Portaria quanto à composição e atribuições do Conselho;

A seguir a transcrição do artigo 40 da Portaria nº 4334:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

III. Observando-se que a composição do Conselho Comunitário contém membros que são simultaneamente associados da entidade autorizada, o que contraria o §2º do art. 114 da Portaria nº 4334, a requerente deverá:

i) compor um novo Conselho Comunitário, cuja formação deverá estar em pleno acordo com os preceitos do art. 114 da Portaria nº 4334, bem como apresentar a respectiva cópia do ato que o instituiu;

"Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

§1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho." (grifos nossos)

ii) apresentar um novo relatório circunstanciado, elaborado pelos novos membros do Conselho Comunitário, em conformidade o art. 116 da Portaria nº 4334:

"Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária." (grifos nossos)

IV. Uma vez que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida, e que não constam dos autos, até a presente data, os documentos constitutivos da nova composição, conforme prescreve o art. 124 da Portaria nº 4334/2015, a entidade deverá apresentar:

i) Ata de Eleição da diretoria com mandato vigente, devidamente acompanhada de comprovante do respectivo registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

ii) Cópia da Cédula de Identidade de cada um de seus diretores, ou cópia de algum dos demais documentos elencados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334 (transcrição abaixo). Ressalte-se que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) NÃO será aceita para comprovar a nacionalidade, conforme dispõe o §4º do mesmo artigo 22.

"Art. 22. São documentos habilitantes:

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; (...)

§3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS); ou

VII - passaporte.

§4º A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioria ou nacionalidade."

iii) CPF de todos os diretores.

IV.1. A entidade deverá estar ciente das restrições elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III", "25-III", "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº

4334, cujo descumprimento poderá ensejar o indeferimento da renovação da outorga.

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334/2015

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

- a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;
- b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;
- c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal independentemente da denominação que recebem;
- d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou
- e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.

III - quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;

IV - quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e

V - quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo."

CONCLUSÃO

3.º Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 02/06/2016, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub**, em 09/06/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1164563** e o código CRC **922EA798**.

Walbert Brito Silveira, Tabelião Público Designado do Cartório Único da Cidade e Comarca de Barras, Estado do Piauí na forma da lei, etc....



CERTIDÃO



CERTIFICO, que buscando e revendo os livros de Registros de Pessoas Jurídicas, arquivados e em andamento, constatei no livro A, nº 10, fls. 090 a 092, sob nº 919, datado de 05/DEZ/2013, no qual, diz que o Art. 32, constante em ata, datada de 29/02/2000, que trata: "A ADECOC também executará como forma de interação entre as comunidades e instituições, serviços de Rádiofusão, através de Rádio Comunitária sob sua total responsabilidade, isenta de qualquer forma de proselitismo e discriminação", permanece com essa mesma numeração (32º), enquanto que o artigo 32º constante em ATA do dia 24/05/2002 registrado em Cartório, que trata "artigo 32º - não poderão ser postulante a cargos da Diretoria os associados que tenham cargos políticos partidários, ou seja, candidatos aos mesmos", passa a receber a numeração 33º (trigésimo terceiro), permanecendo a mesma redação. Dando sequência aos trabalhos, o presidente sugeriu a alteração do artigo do estatuto de número "3º - A associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Cabeceiras, município de Barras, PI", que passará a ter a seguinte redação: Art. 3º - A associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede à Rua São Domingos, S/N, Centro, Cabeceiras do Piauí - PI, com atuação em território do Município (zona urbana e rural) e foro na Comarca de Barras, PI.; Também foi deliberado e aprovado a inclusão do artigo 34º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC, está apta a desenvolver e executar programas e projetos de Habitação de Interesse Social no âmbito de todo território do município de Cabeceiras do Piauí (zona rural e urbana). **CONFERE COM O ORIGINAL (parte).**

O referido é verdade e dou fé.

Barras (PI), 14 de janeiro de 2014

Walbert Brito Silveira
Tabelião Público Designado
Analista Judicial
Matr. 408443-8



CERTIDÃO
Certifico que a presente cópia contém o original que contém e no qual me reporto e dou fé em testemunho da verdade.
Cabeceiras do Piauí-PI, 28 de 2014
Escritor Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escritor Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE BARRAS
CARTÓRIO ÚNICO DA COMARCA DE BARRAS
Rua Leônidas Melo, nº 916 – Centro – Barras/PI - CEP 64.100-000

WALBERT BRITO SILVEIRA, Oficial designado do Cartório Único de Registro Civil e de Imóvel desta cidade e Comarca de Barras/PI, por nomeação legal, etc.



CERTIDÃO



CERTIFICO que a presente ATA de Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras – ADECOG, com a finalidade de propor alterações estatutárias bem como constituir um novo Conselho Comunitário, com alterações no Art. 4º, seus incisos e parágrafos; que passa a acrescentar o Inciso IV e parágrafos: 3º, 4º e 5º; Quanto ao Art. 6º, sofre alteração de que, a Diretoria poderá ser reeleita uma única vez; Quanto ao Art. 19, alteração no texto do artigo “que serão sócios da associação, todas as pessoas físicas e jurídicas, gratuitamente, que atenderem aos requisitos constantes do presente artigo e ainda a exclusão do inciso III do citado artigo; fica registrada em Livro próprio do Registro de Pessoas Jurídicas, Livro A-12, fls. 080 a 083, sob nr. 1.120, que trata da alteração. **DOU FÉ.**

Barras/ PI, 13 de julho de 2016



WALBERT BRITO SILVEIRA
Oficial Designado



CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém o original que contém e no qual me oponho e dou fé em testemunho da verdade.
Cabeceiras do Piauí-PI, 13 de julho de 2016.
Escrivão Judicial Designado
RAMUNDO NONATO OLIVEIRA DE ARAÚJO
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

Carlos Joao Baptista da Costa
Luiz Gonzaga Ferreira de Sousa
Jose Vitorio Ferreira Filho

Aluizio Clibe Batista de Lima
Antonio Goncalves da Silva
Ji Gante Lopes

Luiz Rodrigues Mota

Luiz Jose de Macedo

Miguel Pereira da Silva

CERTIDÃO
Certifico que a presente certidão contém
o original que contém o qual me
porto = sou fe
em testemunha
da verdade
abraceiras do Piauí, de 2016

Escritório Judicial Designado
CARTÓRIO JÚNICO
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escritório Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI



Ata da Assembleia Geral Extraordinária
da Associação de Desenvolvimento Comu-
nitário de Cabeceiras - ADECOC, realizada
no dia três de julho do ano de dois
mil e dezesseis, com a finalidade de pro-
por alterações estatutárias bem como
constituir um novo Conselho Comunitá-
rio, adequando as exigências contidas
na Nota Técnica Nº 13481/2016/SEJ-
MCTIC.

Aos três dias do mês de julho do ano
de dois mil e dezesseis, reuniram-se
em Assembleia Geral Extraordinária,
em segunda e última convocação,
com a presença da maioria absolu-
ta dos membros associados da
ADECOC, às nove horas e trinta mi-
nutos em sede própria à Rua São
Domingos 51N - Centro na cidade de
Cabeceiras do Piauí - Piauí, com o
objetivo de propor alterações no
Estatuto da referida entidade, bem



como constitui o novo Conselho Comunitário, com o objetivo de atender exigências da Portaria 4334/2015 conforme Nota Técnica Nº 13481/2016/SEI-MCT-IC. Iniciado a Assembleia a Presidente fez a leitura da Nota Técnica, e comunicando os associados, digo, colocando os associados a par das exigências. Quanto ao Artº 4º, que tem a seguinte redação: "A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos: I - Assembleia Geral. II - Diretoria Executiva. III - Conselho Fiscal. § 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos requeridos neste artigo não será remunerado. § 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral." Passa a ter a seguinte redação: Art. 4º - A Associação será dirigida e orientada pelos seguintes órgãos: I - A Assembleia Geral. II - Diretoria Executiva. III - Conselho Fiscal. IV - Conselho Comunitário. § 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos órgãos requeridos neste Artigo não serão remunerados. § 2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação em Assembleia Geral. § 3º - O Conselho Comunitário será constituído por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como Associações de Classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente consti-

GRAFSET



tuídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. § 4º - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições determinadas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação. § 5º - Os representantes indicados para compor o Conselho Comunitário não poderão ser sócios da executora do serviço de radiodifusão." Quanto ao Art. 6º do Estatuto, que tem a seguinte redação: "A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Segundo Secretário, um Tesoureiro e um segundo Tesoureiro, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos." Passa a ter a seguinte redação: Art. 6º - "A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Segundo Secretário, um Tesoureiro, um Segundo Tesoureiro, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma única vez." Quanto ao Art. 19 que tem a seguinte redação: "Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem os seguintes requisitos: I. Manistarem seu di

seja de vincular-se à Associação, preenchendo
do a correspondente proposta de inscrição,
II. Benham seu pedido de inscrição apro-
vado. III. Pagarem a contribuição previs-
ta no Art. 2º, alínea IV, a partir do mês
da inscrição." Passa a ter a seguinte reda-
ção: Art. 1º. "Serão sócios da Associação to-
das as pessoas físicas e jurídicas, gratui-
tamente, que atenderem aos seguintes re-
quisitos: I - Manifestarem seu desejo de vin-
cular-se a Associação, preenchendo a corres-
pondente proposta de inscrição; II - Benham
seu pedido de inscrição aprovado." Ficando
portanto suprimido o item III do referido
Art. 1º. Na sequência dos trabalhos da Assem-
bléia foram indicados pelas entidades pa-
ra compor o Conselho Comunitário ora con-
stituído das seguintes pessoas: Igreja As-
sembleia de Deus Ministério de Madureira
- Pastor José Ribamar Vlandia; Sindicato dos
Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de
Labreiras do Piauí - Francisca das Chagas
do Monte Silva - Igreja de Wesperto Labreiren-
se - Antonio Carlos Lima do Monte. Associa-
ção dos Pequenos Produtores Rurais de
Aquiadas Vale Santo Antonio - Marlene de
Costa Rocha e Sindicato dos Servidores Pu-
blicos Municipais de Labreiras do Piauí
João Ferreira dos Santos. Em seguida os
indicados tomaram posse no Conselho
Comunitário. Nada mais havendo a tratar,
eu Fabiana Araújo Silva lavrei a presen-
te Ata que, após lida e desentida foi apro-
vada por todos os sócios presentes. Labrei-

GRAFSET

nas do Piauí 03 de julho de 2016.

Susana Maria de Aguiar Nogueira

~~Marina~~

Luís do Costa Rocha

Maria de Salim Macêdo Araújo

Salviana Araújo Silva

O. P. 20

~~Luís do Costa Rocha~~

Marcelo Pereira Cardoso

Maria Francis Oliva Nascimento dos Santos

~~Francisco Pereira~~

Maria Soares Silva Araújo

Edmilson Barros Lage

Francisca dos Chagas Batista Lage

Francisca dos Chagas dos Santos

Leimundo Manoel Batista Lage

Maria do Rosário Barbosa Macêdo

Paulo de Sousa Neto Machado

Luís Coelho da Rocha

~~João Batista Lage Neto~~

Romário Faria de Sousa Filho

ANTONIO PLOQUIA DOS SANTOS

Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento

Carlos Augusto Borges de Castro

Luís Gonzaga Ferreira de Sousa

Jose Vitorio Ferreira Filho

Maíra Clara Batista de Sousa

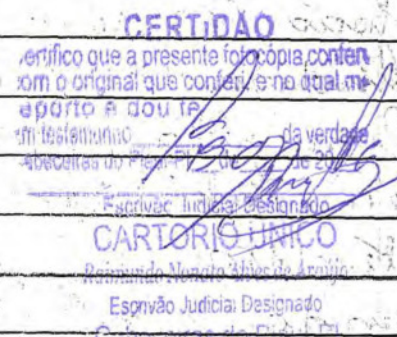
Antônia Gonçalves da Silva

Víctor Lopes

Luís Rodrigues do Monte

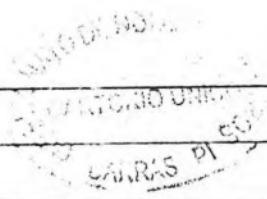
Luís José de Macedo

Marcelo de Oliveira Silva





Certidão



16

Certifico que a presente
Ata fica registrada em livros próprios do
Tribunal do Juri - Juízes Livros A -
12, Ps. 80 a 83, sob n. 1.120. Daí foi


Assin, 13/07/2016



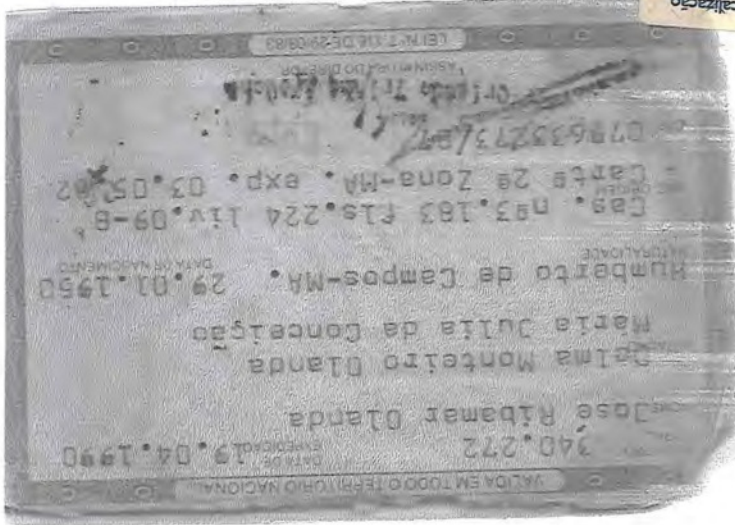
Ata da Reunião dos Membros do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Nova Cidade FM, sediada à Rua São Domingos, SN - Centro, município de Cabeceiras do Piauí.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, na sede da Rádio Comunitária Nova Cidade FM, realizou-se a reunião do Conselho Comunitário, em atendimento à interesse exclusivo da comunidade cabeceirense, bem como dos munícipes estabelecidos no Art. 4º da Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998, contando com a presença dos conselheiros: Pastor José Ribamar Olanda, CPF nº 079.633.237-87, RG 340.272 / SSP - MA Representante da Igreja Assembléia de Deus Ministério Madureira, residente na Av. Francisco da Costa Veloso, 360 - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI; Francisca das Chagas do Monte Silva, CPF 857.663.303-59, RG 1.536.963 - SSP /PI Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cabeceiras do Piauí, residente na Av. Candido Alfredo, 215 - São Luis, Cabeceiras do Piauí - PI; Antonio Carlos Lima do Monte, CPF 052.452.373-21, RG 2.685.971 - SSP/PI, Representante da Liga de Desportos Cabeceirense, residente na Rua 29 de Abril, 34 - Centro, Cabeceiras do Piauí - PI; Marilene da Costa Rocha, CPF 041.896.133-63, RG 2.702.118 - SSP/PI, Representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aguiadas Vale Santo Antonio, residente na localidade Aguiadas, zona rural de Cabeceiras do Piauí - PI; João Ferreira dos Santos, CPF 338.896.353-34, RG 848.107 - SSP/PI, Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cabeceiras do Piauí, residente na Rua São João nº 82- Mangueira - Cabeceiras do Piauí - PI. Iniciado os trabalhos foi apresentada a grade de programação da Emissora a seguir: PROGRAMAÇÃO Radio Nova Cidade FM 87,9/ ZYD 357 CANAL 200 Segunda á Sexta - 06h00 - Bom dia Cabeceiras (De Segunda à Sexta)Repertório: forro, musicas locais e regionais, Apresentação: Neto - 08h00 – Estação Alegria (De Segunda à Sexta), Repertorio: variado,Apresentação: Oliveira Neto - 09h15 – Ligação Sucessos – (De Segunda à Sexta),Repertorio: variado , Apresentação: Ananias Araujo, Repertório: Todos os Ritmos - 12h00– Religioso (De Segunda à Sexta), Reflexões e dizeres de auto ajuda Apresentação/Pastor João - 13h00 – Religioso (De Segunda à Sexta)Apresentação: Irma Marinildes.- 14h00 Sucessos da Cidade (De Segunda à Sexta) Apresentação/Produção: Marcio Chaves, Conteúdo: Musicas internacional e nacional para fazer a trilha sonora da sua tarde -

17h00 – Jornal Fim de Tarde (De Segunda à Sexta), Conteúdo. Notícias local do Brasil e do Mundo, Apresentação: Paulo Ribeiro - 18h00 – Religioso – (De Segunda à Sexta), Musicas gospel - 19h00 – VOZ DO BRASIL (De Segunda à Sexta), 20h00 as 21h00 – SUPLEMENTO MUSICAL (Programação Automática) (De Segunda à Sexta). Sábado 05h00 – Programa se liga ai (sábado), Repertorio Variado, Apresentação: Ananias Araujo - 08h00 Programa Sábado Popular (sábado), Musicas de bandas Locais , Apresentação: Filho - 10h00 - Programa Espaço do trabalhador. (sábado), Espaço do trabalhador rural - 11h00– Canal Livre (sábado), Assuntos abordados, manifestação de idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, Apresentação: Carlos Augusto - 13h00 as 20h00 – só musicas (Suplemento Musical) (sábado). Domingo 05h00 – Programa se liga ai (domingo), Repertorio Variado, Apresentação: Ananias Araujo - 09h00 – Religioso Missa na igreja local (Domingo) - 11h00– Jornal tribuna do Povo (domingo), Assuntos abordados, manifestação de idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações., Apresentação: Paulo Ribeiro - 13h00 as 20h00 – só musicas (Suplemento Musical) (domingo) Em cumprimento da pauta, os membros do Conselho analisaram e debateram sobre a programação apresentada todos concordando que a Emissora está atendendo aos interesses dos cabeceirenses, dando atenção especial ao que preceitua a Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998. Tudo dentro dos conformes, os membro do Conselho Comunitário nada mais a e desejaram sucesso para todos que administram e fazem a organização da Rádio Comunitária Nova Cidade FM. Eu Marilene da Costa Rocha secretariando os trabalhos, passo a datar e assinar essa Ata juntamente com todos os presentes. Cabeceiras do Piauí, 13 de julho de 2016.


Antonio Carlos Lino do Monte
Francisca das Chagas do Monte Silva
João Ferreira dos Santos
Marilene da Costa Rocha

CERTIDÃO
 Atesta que a presente fotocópia contém
 com o original que contém, e no qual me
 apóio e dou fé
 em testemunha
 de 20/04/2016
 Escrivão Judicial Designado
CARTÓRIO UNICO
 Raimundo Nonato Alves de Araújo
 Cabeceiras do Piauí-PI



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



Francisca das Chagas do Monte Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.636.963 DATA DE EXPEDIÇÃO 11.12.1995

NOME FRANCISCA DAS CHAGAS DO MONTE SILVA
FILIAÇÃO Francisco Alves da Silva Raimunda do Monte Silva

Barras - PI 04.10.1977
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Nasc. 15.099 liv. 15 fls. 197
DOC ORIGEM Exp. Barras-PI, 21/06/94

CPF

Francisco das Chagas Pinheiro Martins
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

857.663.303-59

FRANCISCA DAS CHAGAS DO MONTE SILVA
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
10 DE NOVEMBRO DE 1988

04/10/1977

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO JUDICIÁRIO
AAT 85731

Cartão de uso pessoal é intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

CORREIOS
www.correios.com.br

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO JUDICIÁRIO
AAT 85730

CERTIDÃO

Declaro que a presente fotocópia contém o original que contém e no qual me reporto e dou fé da verdade em testemunho de 20 de 2007

Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



0071144

Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.685.971 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/77

NOME ANTONIO CARLOS LIMA DO MONTE

FILIAÇÃO FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA DO MONTE
MESSIAS RODRIGUES DO MONTE

NATURALIDADE BARRAS-PI 03/05/1987

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 435 L 1 F 109V
EXP BARRAS - PI 15/03/88

CPF 052.451.373-21

TERESINA - PI ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADEASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

052.451.373-21

Nome

ANTONIO CARLOS LIMA DO MONTE

Nascimento

03/05/1987

REAL - RETRATO

Cartão de identificação e autenticação
Pelo qual é apresentado o documento de identidade

Emissão

MAR/2009

CORREIOS

SELO DE FISCALIZAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas
Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO

AAT 85728

Cabeceiras do Piauí-PI

SELO DE FISCALIZAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas
Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO

AAT 85728

Cabeceiras do Piauí-PI

CERTIDÃO

Verifico que a presente fotocópia contém
com o original que contém e no qual me
aporto e dou fé

em testemunho da verdade

Cabeceiras do Piauí-PI de 20

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO

Raimundo Nonato Alves de Araújo

Escrivão Judicial Designado

Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



Marilene da Costa Rocha

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.702.118 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/05/03

NOME MARILENE DA COSTA ROCHA

FILIAÇÃO MARIA DO SOCORRO COSTA ROCHA
VICENTE DE PAULA ROCHA

NATURALIDADE BARRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 12/07/1988

DOC ORIGEM CERT.NASC. 30023 L A30 F 016V
EXP BARRAS-PI 12/11/91

PF *Pedro Gomes de Moraes*
Perito Criminal

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Registro de Pessoas Físicas
Número de inscrição
041.896.133-63

MARILENE DA COSTA ROCHA

Data de nascimento
12/07/1988

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Abril 2007

CORREIOS
www.correios.com.br

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO
AAT 85733

CARTÓRIO ÚNICO
Cabeceras do Piauí-PI

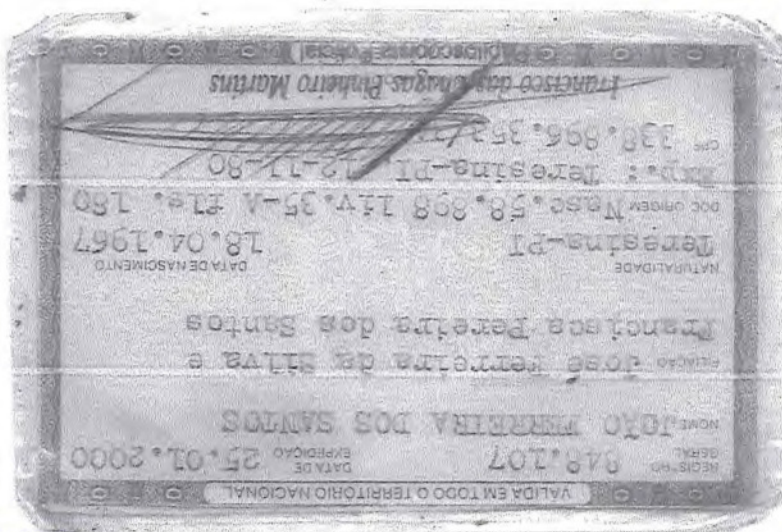
CERTIDÃO

Verifico que a presente fotocópia confere com o original que conferi e no qual me comprometo a dar fé em testemunho
de 03 de 2016

[Assinatura]

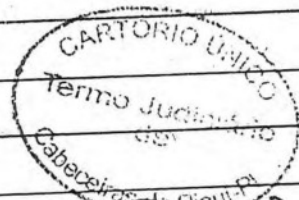
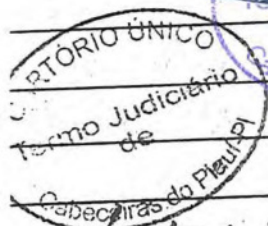
Escrivão Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
Romundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceras do Piauí-PI

CERTIDÃO
 -artific que a presente fotocópia confer
 com o original que confer e no qual ma
 aposto e dou fé
 -m testemunho
 :abeceras do Piauí PI de 20 de 2010
 Escrivão Judicial Designado
CARLOS UNICO
 Raimundo Manoel Alves de Araújo
 Escrivão Judicial Designado
 Cabeceiras do Piauí-PI



EM TEMPO: A Certidão retida, refere-se
ao Registro da Pessoa Jurídica, livro n.
A-10, fls. 030/032, sob n. 919. Doc. 8!

Balvo, 05/DEC/2013
Walbert Auto Key

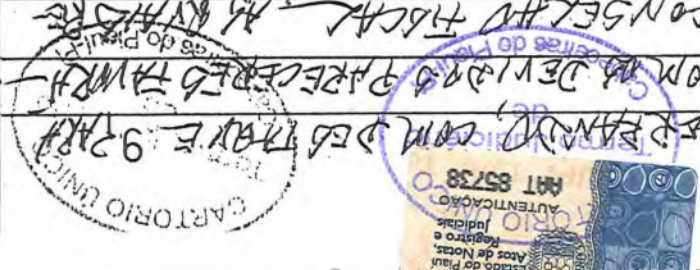


LISTA DE PRESENCAS DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS - ADECO, APÓS A PARTICIPACAO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2015, COM O OBJETIVO DE ESCOLHER OS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO QUE SE INICIA EM 28 DE SETEMBRO DE 2015 E TERMINA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, BEM COMO DELIBERAR SOBRE EVENTUAIS MODIFICACOES EM SEU ESTATUTO E DEMAIS ASSUNTOS, DE CONFORMIDADE COM A Pauta Contida no Edital de Convocacao. SERVIEM AS ASSINATURAS:

- ~~Camurim~~
- ~~Jun do Cordeiro~~
- ~~Silvestre Barbosa~~
- Carlos Henrique Lima Melo
- João Filipe Lopes d/2 Silva
- ~~Roberto Junior de Sousa Filho~~
- Luis José de Macêdo
- João Batista Lopes Neto
- Suzana Maria do Socorro Melo Soares
- Luis Gonzaga Ferreira de Sousa

SEI 53900.044295/2016-14 / pg. 25

EXCUTIVA DA ADECO, ORA EM CONCURSO, COM DESPESAS DE 9 PAR-
A PRESTACAO DE CONTAS DE BIEN, COM DESPESAS PRECISAS FAZEM-
NOS OS MEMBROS TUTIARES DO CONSELHO FISCAL, AS QUANTAS
GERAÇÃO A APROVACAO POR UNANIMIDADE DOS SOCIOS PRESENTES.
NA SEÇÃO DA TRABALHOS PASSARÁ A SEREM EXAMINADOS E DE-
LIBERADOS OS DENHOS ITENS CONSTATADOS EM EDITAL DE CONVO-
CACAO POR DESPESAS DE ABRIL DE ANOS PRESENTES ACH-
TADO PELA MAIORIA DA ASSEMBLEIA O ARTIGO 33º DO ESTATU-
TO DA ADECO PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO: ART. 33º-
"NÃO PODERÃO SER POSITIVANTES A CARREIRAS NA DIRETORIA
EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL OS ASSOCIADOS QUE AVIEM TE-
NHAM MANDATO ELETIVO", DANDO SEGUINTE A PARTIR DO
EDITAL PASSOU-SE A TRATAR DA ELEICAO DA DIRETORIA EXE-
CUTIVA E CONSELHO FISCAL. UMA CHAPA APENAS FOI INS-
CRITA PARA CONCORRER AO PLEITO. DIVULGADO O RESULTA-
DO DA ELEICAO, A CHAPA UNICA INSCRITA TEVE A UNANIMI-
DADE DOS VOTOS DOS SOCIOS PRESENTES, FICANDO A DIRE-
TORIA EXECUTIVA ASSIM CONSTITUIDA; PRESENTES-QUE
ARIMATEA VELASO MACHADO, VICE-PRESIDENTE-OLIVIANA MA-
RIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO, SECRETARIO-MI-
GUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO, GERENTE SECRETARIO-
FABIANE ARANHA SILVA, TESOUREIRO-PHILIP DE TARSO
VELASO MACHADO, GERENTE-TESOUREIRO-HYDSON VERA
DE AMARAL ALMEIDA FILHO, O CONSELHO FISCAL FI-
COV ASSIM FORMADO: 1º MEMBRO - RAIMUNDO FERREI-
RA DE OLIVEIRA FILHO, 2º MEMBRO - LUIS DA COSTA RO-
CHA, 3º MEMBRO - LUIS BONFARA FERREIRA DE OLIVEIRA
1º PRESIDENTE - DONA BATTISTA LAGES NETO, 2º VICE-
TE - MARIA DE LOPES CARDOSO DO NASCIMENTO, 3º
PRESIDENTE - CARLOS VARELA PERES DA COSTA, NADA
MAIS HAVENDO A PARTIR DO PRESENTES DISSERMI-
NAR AVE SE AVERASSE A PRESENTES APTA JANDO
UMA PAUSA NAS TRABALHOS COM ESSA FINALIDADE. PRA-
BASTOS VS TRABALHOS, FOI LIDA E APROVADA POR



ACAMACAD, AVE VAI DEVIDAMENTE ASSINADA PELOS
MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL ORA EM-
POSSADOS E DE MAIS SITIOS PRESENTES QUE ASSIM
DESEJAREM. CABECEIRAS DA PIAUI, 17 DE SETEMBRO
DE 2015.

João Batista da Silva
Suzana Maria dos Santos Melo
Florencio Veron de Sampaio Almeida Filho
Aluísio de Castro
Carlos Wagner Borges da Costa
Miguel Pereira Barros
Luís Coelho da Rocha
Basilio da Silva Filho
Eduardo de Sousa Veloso Machado
Carlos Henrique Lima
Luís José de Macedo
Luís Gonzaga Ferreira de Sousa
Maria de Fatima Macêdo Araújo
Fabiane Araújo Silva

Marcos de Sousa Cardoso do Nascimento
Raimundo de Sousa Filho
CABECEIRAS DA PIAUI
Termo do
Cabeceiras da Piaui-PI

CERTIFICADO

Certifico que a presente Ata foi registrada
no Livro Proprio de Processos
Judiciais neste Cartório Unico de
Cabeceiras da Piaui-PI - Termo Judicial nº
da Comarca de Piaui-PI, Livro nº 02 de 25
Fols. 174 a 175 sob nº 431 em data de
18 de abril de 2016.

O referido é verdadeiro, deu fe
Cabeceiras da Piaui-PI, 18 de abril de 2016

CARTORIO UNICO
Raimundo Norato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.500.344 DATA DE EMISSÃO 11/01/11

NOME JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO

FILIAÇÃO MARIA DAS MERCÊS VELOSO MACHADO
OZIREZ DE CASTRO MACHADO

NATURALIDADE BARRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 16/05/1954

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 21 L 1C F 21C
EXP ALTOS-PI 26/11/84

CPF 078.133.173-00

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

CARTERA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - JOÃO DE DEUS MARTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIDÃO

Verifico que a presente fotocópia contém o original que conferi e do qual me esmento e dou fé em testemunho da verdade
Cabeceiras do Piauí-PI, de 20 de 2016

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 508.161 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/07/15

NOME SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES

FILIAÇÃO MACHADO

MARIA JOSÉ MELO LAGÊS

ALCIDES DO RÊGO LAGÊS FILHO

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 28/01/1963

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 21 L 802 F 21

CP EXP ALTOS-PI 08/07/15

TE 228A.003.523-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

Suzana Maria do Socorro Melo Lages

0680368

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CERTIDÃO

Verifico que a presente fotocópia confere com o original que compareceu no meu gabinete e dou fé em testemunho da verdade

Cabeceiras do Piauí-PI, 19 de 07 de 2016

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO

Raimundo Nonato Alves de Araújo

Escrivão Judicial Designado

Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

6151824

0161822

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 288.733 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/05/13

NOME MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO

FILIAÇÃO MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA

NATURALIDADE BARRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 28/09/1958

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 2139 L 09 F 190
EXP 30/08/12

TERESINA - PI 150.930.003-10

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



NASCIMENTO 28.09.58 INSCRIÇÃO NO CPF 150 930 003 10

CONTRIBUINTE

MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



CERTIDÃO

Certifico que a presente certidão contém o original que consta no qual me reporto e no qual me em testemunha da verdade

Cabeceiras do Piauí, 14 de 05 de 2016

Escrivão Judicial Designado

CARTÓRIO ÚNICO
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceiras do Piauí-PI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

10 ANOS
BRASIL
LIVRE
DA FOME

Fabiana Araujo Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.636.964 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.12.1995

NOME **FABIANA ARAUJO SILVA**

FILIAÇÃO Antonio Carlos Lages da Silva
Maria de Fátima Araujo Silva

Barras - PI 05.11.1977
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Nasc. 14.821 fls. 127-V liv. 15-A
DOC ORIGEM

Exp. Barras - PI 25.05.81

CPF

Francisco das Chagas Pinheiro Martins
ASSINATURA DO DIRETOR

SEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas,
Registro e
Judiciais

AUTENTICAÇÃO
AAT 85721

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FABIANA ARAUJO SILVA

Nº de Inscrição
774280563-49

Data do Nascimento
05/11/77

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Fabiana Araujo Silva
FABIANA ARAUJO SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 09/04/96

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas,
Registro e
Judiciais

AUTENTICAÇÃO
AAT 85720

CARTÓRIO ÚNICO
Térmo Judiciário de
Cabeceras do Piauí-PI

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia contém o original que contém e no qual me reporto e dou fé

Raimundo Nonato Alves de Araújo
Raimundo Nonato Alves de Araújo
Escrivão Judicial Designado
Cabeceras do Piauí-PI

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

0681810

Paulo de Tarso Veloso Machado

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Selo de Fiscalização e Autenticidade

Poder Judiciário

Estado do Piauí

Atos de Notas, Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO

AAT 85723

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 190.499 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/03/15

NOME PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO

FILIAÇÃO MARIA DAS MERCES VELOSO MACHADO OZIREZ DE CASTRO MACHADO

NATURALIDADE BARRAS-PI DATA DE NASCIMENTO 13/09/1957

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 733 L 003 F 101

EXP TERESINA-PI 16/03/15

TERESINA - PI

134.066.553-00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

13/09/1957

PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO

134.066.553-00

CPF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

Selo de Fiscalização e Autenticidade

Poder Judiciário

Estado do Piauí

Atos de Notas, Registro e Judiciais

AUTENTICAÇÃO

AAT 85722

CERTIDÃO

certidão que a presente foi dada certidão

com o original que contém o nome

em testamento

advogados do Piauí

Cartório Unico

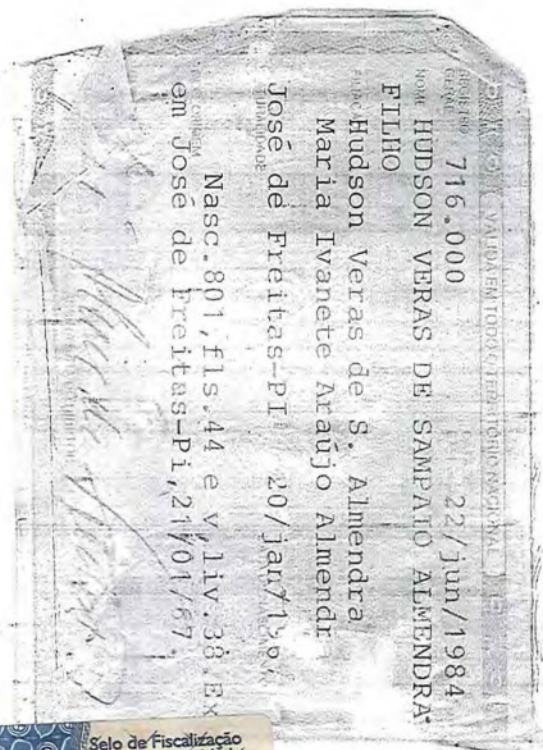
Escritório Judicial

Escritório Judicial

Cartão de uso pessoal e não-circulante

Deve ser apresentado junto com um documento de identificação

CORREIOS



CERTIDÃO
 Verifico que a presente fotocópia contém
 o original que contém e no qual me
 aponto e dou fé da veracidade
 em testemunho
 Cabaceiras do Piauí-PI, de 20/05/2014
 Escrivão Judicial Designado
CARTÓRIO ÚNICO
 Raimundo Nonato Alves de Araújo
 Escrivão Judicial Designado
 Cabaceiras do Piauí-PI

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
 Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
287.052.973-20

Nome
HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA
FILHO

Nascimento
20/01/1967

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
728F.B6F0.130F.91B2

A autenticidade deste comprovante deverá
 ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 13:07:06 do dia 21/05/2014 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00



Correios

TM Rio 2016

OPERADOR LOGÍSTICO OFICIAL



CARIMBO



ETIQUETA

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

Correios

AR ☒ MP ☐

PESO / WEIGHT (kg) 0,45

JO 47046446 5 BR



DESTINATÁRIO / Recipient

TELEFONE / Phone number

MIN. DA CIÊNCIA, TEC. INOV. E COMUNICAÇÕES / DEL. REGIONAL DO EST. SÃO PAULO (11) 3101-0123

ENDEREÇO / Address

RUA MERBENTHALER, 592, BLOCO 1, MEZANIN (ECT) - VILA LEOPOLDINA

CEP
Zip

05311900

CIDADE / City

SÃO PAULO

UF / State

SP

PAÍS / Country

BRASIL

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
ASSOCIAÇÃO DE DES. COM. DE CABECEIRAS		(R6) 981 197862	
ENDEREÇO / Address			
RUA SÃO DOMINGOS, S/N - CENTRO			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
64105-000	CABECEIRAS DO PI	PI	BRASIL



"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
 "To recycle materials is to preserve the environment"



DEVOLUÇÃO / Return	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número (Non-Existing Number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)	
Tentativas de entrega (Delivery attempts)	
1ª / / às 2ª / / às 3ª / /	
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager)	
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / / (Reinstated to postal service)	
Data: / /	Assinatura: _____
Date	Signature



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ ARIMATEIA VELOSO MACHADO** (Título Eleitoral: **005667601570** e CPF: **078.133.173-00**) é **1º - PRESIDENTE** (exercício **15/09/2015 a 15/09/2016**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 15/09/2015 Final: 15/09/2016**
Código: **I4\$L.ZGRC.91VY.XEB5.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:14:16**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO (Título Eleitoral: 005667561597 e CPF: 228.003.523-53) é PRESIDENTE (exercício 26/09/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **TZYZ.CENA.YDDW.NWX2.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:15:59**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO (Título Eleitoral:)** é **SECRETARIO GERAL (exercício 26/09/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **UQFK.#HPA.C5QD.MTHH.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:17:00**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.036560/2012-19**

Processo de Outorga nº: 53760.00705/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade atender às exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Uma vez que se observam inconsistências entre o Estatuto Social apresentado e suas alterações posteriores, a entidade deverá apresentar cópia da **VERSÃO INTEGRAL** do Estatuto Social **ATUALIZADO**, abrangendo todos os artigos mencionados em suas alterações já realizadas, que deverão estar em pleno acordo com os preceitos do art. 40 da Portaria nº 4334/2015:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições :

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção ;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução."

I.1. **Frise-se** que a versão do Estatuto Social ora solicitada deverá estar **compilada EM UM ÚNICO DOCUMENTO ATUALIZADO**, acompanhado de seu respectivo registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

II. A entidade deverá, ainda, se manifestar quanto aos seguintes fatos, que configuram indícios de vínculos proibidos pela legislação referente ao serviço de radiodifusão comunitária:

a) o presidente **JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO** exerce cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o PSB de Cabeceiras do Piauí/PI (página 1 do Anexo I);

b) a vice-presidente **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO** e o tesoureiro **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO** exercem cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o DEM de Cabeceiras do Piauí/PI (páginas 2 e 3 do Anexo I).

II.1. Ressalte-se, mais uma vez, que configuram óbice à renovação da outorga quaisquer das situações elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III"; "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº 4334:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334/2015

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, **político-partidárias** ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) *exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;*

d) *é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou*

e) *exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.*

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.

III - quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;

IV - quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e

V - quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo." (grifos nossos)

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 28/07/2016, às 09:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 28/07/2016, às 10:26, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1254377** e o código CRC **FAE08752**.

Minutas e Anexos

Anexo I (1254372) - Certidões expedidas pela Justiça Eleitoral.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 27828/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 27 de julho de 2016.

Ao Senhor

JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO

Representante Legal da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**

Rua São José, s/nº - Centro

64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036560/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 28/07/2016, às 10:26,



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1254646 e o código CRC **E863640B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 27828/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.036560/2012-19 - Nº SEI: 1254646

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 27828/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor,

JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de
Cabeceiras

Rua São José, s/nº - Centro

64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.036560/2012-19.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

04/08/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

LUIS DA COSTA ROCHA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

209227 SSP-PI

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO/
SIGNATURE DE L'AGENT

OSICILIO
Agente
Mat. 8.227.433-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	(CÓDIGO DE BARRAS OHT) (REGISTRO DO OBJETO)	
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DL		TP: JO 95161307 2 BR DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
		:	h	:
		:	h	:
		:	h	:
PREENCHER COM LETRA DE FORMA				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RA:	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO		
	ENDEREÇO P:	RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP		
	CIDADE / LOC:	FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680		
		BRASIL		
[] [] [] [] [] - [] [] []				

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS – ADECOC

CNPJ : 07.245.012/0001-25

RUA SÃO DOMINGOS, SN – CENTRO

CABECEIRAS DO PIAUÍ – PI

OFICIO Nº 012/2016

Cabeceiras do Piauí (PI), 02 de Setembro de 2016

53900.052521/2016-31

12/09/2016

Ao Senhor

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
São Paulo – SP

Assunto: Resposta a Nota Técnica nº 18469/2016/SEI-MCTIC, relativa ao Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 – 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998.

Senhor Delegado,

Em resposta ao Ofício nº 27828/2016/SEI-MCTIC, datado de 27/07/16, recebido em 04/08/16, conforme AR-Postal estamos encaminhando documentação solicitada pela Nota Técnica nº 18469/2016/SEI-MCTIC, referente ao Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 – 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998 da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras.

Em relação ao Item I, que solicita a VERSÃO INTEGRAL e ATUALIZADA, foi protocolado no Cartório Único de Barras – Piauí, conforme nº 378, no dia 08/08/16, conforme comprovante anexo, pedido de CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR. Informamos que em razão da transição do Cartório Público para Cartório Particular não fomos atendidos a contento e assim que formos atendidos enviaremos para esta Delegacia para sanar a referida pendência.

Em relação a Item II, alíneas “a” e “b”, estamos enviando as certidões que comprovam as desvinculações dos Diretores da Associação dos referidos Órgãos Partidários.

Dessa forma, esperamos sanar as pendências que foram indicadas na referida Nota Técnica a este anexada.

Atenciosamente,



Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado

Vice-Presidente da ADECOC

Cartorio Unico de Barras TJPI
Leonidas Melo, 1257 Barras PI

CNPJ 06981344000105

RECIBO

Protocolo nr: 378

Cliente: ADECOB

ITENS DO PROTOCOLO

DESCRICAO	QTD	ENCL	TJ	SELO	TOTAL
04.08-Certidao por cada folha	2				5.22
0.52 0.00					11.48
10-Carimbos	1				1.47 0
.15 0.00					1.62
04.07-Certidao de inteiro teor	1				16.34
1.63 0.10					18.07
09-Rubrica	1				0.30 0
.03 0.00					0.33

TOTAL BRUTO R\$ 31.50

DESCONTO 0.00

TOTAL LIQUIDO R\$ 31.50

Operador: 4 - Layla em: 08/08/2016 15:57:1

8

Notario - Automacao para Cartorios



JUSTIÇA ELEITORAL

Certidão Autêntica
 Certidão emitida pela Justiça Eleitoral

CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	25 - DEMOCRATAS		
Órgão Partidário:	Comissão Provisória		
Abrangência:	MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI		
Vigência:	Início: 26/09/2007 Fim da vigência indeterminado		
Situação do Órgão:	Anotado		
Protocolo:	141892007		
Endereço:	RUA SÃO JOSÉ, 160	Bairro:	CENTRO
Município:	CABECEIRAS DO PIAUÍ / PI	CEP:	64.105-000
Complemento:		CNPJ:	09.506.256/0001-40
Telefone:	(86)9988-6652	Fax:	
Celular:			
E-mail:	hudsonalmendra@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
VICE-PRESIDENTE	JOSÉ PERES DA SILVA	26/09/2007 Fim da vigência indeterminado
TESOUREIRO	RAIMUNDO NONATO BATISTA LAGES	26/09/2007 Fim da vigência indeterminado
MEMBRO	CLEMILSON FRAN TORRES LAGES	26/09/2007 Fim da vigência indeterminado
MEMBRO	GRACIONE COSTA LIRA	26/09/2007 Fim da vigência indeterminado
PRESIDENTE	HUDSON VERAS DE SAMPAIO ALMENDRA FILHO	25/08/2016 Fim da vigência indeterminado
MEMBRO	JOSELITO LOPES DA SILVA	25/08/2016 Fim da vigência indeterminado
SECRETARIO GERAL	ELENITA MACEDO SILVA	26/09/2007 Fim da vigência indeterminado

Código de Validação: **WVY/.J\$FH.WCVU.PXG9**

Certidão emitida em: **02/09/2016 15:15:08**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	40 - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO		
Órgão Partidário:	Comissão Provisória		
Abrangência:	MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI		
Vigência:	Início: 15/09/2015 Final: 15/04/2017		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	08/10/2015
Protocolo:	216452015		
Endereço:	RUA SÃO JOSÉ, 180	Bairro:	CENTRO
Município:	CABECEIRAS DO PIAUÍ / PI	CEP:	64.105-000
Complemento:		CNPJ:	09.506.310/0001-57
Telefone:	86981280470	Fax:	
Celular:			
E-mail:	davidricardo_19@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
1º - PRESIDENTE	DAVID RICARDO LAGES MACHADO	26/08/2016 a 15/04/2017
2º - VICE-PRESIDENTE	ARI PEREIRA DE ARAÚJO FILHO	15/09/2015 a 15/04/2017
3º - SECRETÁRIO GERAL	LUIS DA COSTA ROCHA	15/09/2015 a 15/04/2017
4º - PRIMEIRO SECRETÁRIO	MARCOS TADEU DA COSTA SOUSA	15/09/2015 a 15/04/2017
5º - PRIMEIRO SECRETÁRIO DE FINANÇAS	VALDIR LOPES FILHO	15/09/2015 a 15/04/2017

Código de Validação: **JV+S.ZXWL.+M\$C.T7M9.**

Certidão emitida em: **02/09/2016 11:32:01**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ ARIMATEIA VELOSO MACHADO (Título Eleitoral: 005667601570)** foi **1º - PRESIDENTE (exercício 15/09/2015 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 15/09/2015 Final: 15/04/2017**
Código: **H7/X.GGR5.C7NB.PX/D.**
Certidão emitida às: **02/09/2016 15:46:05**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO (Título Eleitoral: 010181501546)** foi **SECRETARIO GERAL (exercício 26/09/2007 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **XL2\$.GZN6.BLVJ.ZJUG.**
Certidão emitida às: **02/09/2016 15:41:02**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO (Título Eleitoral: 005667561597)** foi **PRESIDENTE (exercício 26/09/2007 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **FF3G.1CCH.DVZI.S77J.**
Certidão emitida às: **02/09/2016 15:44:28**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



*Realizado
04/08/16*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 27828/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 27 de julho de 2016.

Ao Senhor

JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras

Rua São José, s/nº - Centro

64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036560/2012-19.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São



Paulo, em 28/07/2016, às 10:26, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1254646** e o código CRC **E863640B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27828/2016/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.036360/2012-19 - Nº SEI: 1254646

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53000.036560/2012-19

Processo de Outorga nº: 53760.00705/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade atender às exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Uma vez que se observam inconsistências entre o Estatuto Social apresentado e suas alterações posteriores, a entidade deverá apresentar cópia da **VERSÃO INTEGRAL** do Estatuto Social **ATUALIZADO**, abrangendo todos os artigos mencionados em suas alterações já realizadas, que deverão estar em pleno acordo com os preceitos do art. 40 da Portaria nº 4334/2015:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições :

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; OK

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica; OK

X III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção ; OK

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições; OK

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução." OK

I.1. Frise-se que a versão do Estatuto Social ora solicitada deverá estar compilada EM UM ÚNICO DOCUMENTO ATUALIZADO, acompanhado de seu respectivo registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

II. A entidade deverá, ainda, se manifestar quanto aos seguintes fatos, que configuram indícios de vínculos proibidos pela legislação referente ao serviço de radiodifusão comunitária:

a) o presidente JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO exerce cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o PSB de Cabeceiras do Piauí/PI (página 1 do Anexo I);

b) a vice-presidente SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO e o tesoureiro PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO exercem cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o DEM de Cabeceiras do Piauí/PI (páginas 2 e 3 do Anexo I).

II.1. Ressalte-se, mais uma vez, que configuram óbice à renovação da outorga quaisquer das situações elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III", "25-III", "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº 4334:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334/2015

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) *exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;*

d) *é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou*

e) *exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.*

II - *quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reia, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.*

III - *quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;*

IV - *quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e*

V - *quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."*

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo." (grifos nossos)

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

A consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico Administrativo**, em 28/07/2016, às 09:45, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



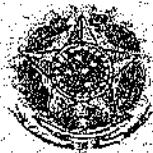
Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 28/07/2016, às 10:26, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1254377** e o código CRC **FAE08752**.

Minutas e Anexos

Anexo I (1254372) - Certidões expedidas pela Justiça Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

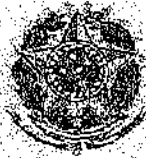
Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ ARIMATEIA VELOSO MACHADO** (Título Eleitoral: **005667601570** e CPF: **078.133.173-00**) é **1º - PRESIDENTE** (exercício **15/09/2015 a 15/09/2016**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 15/09/2015 Final: 15/09/2016**
Código: **I4\$1.ZGRC.91VY.XEB5.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:14:16**

• Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

• As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.

• Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO** (Título Eleitoral: **005667561597** e CPF: **228.003.523-53**) é **PRESIDENTE** (exercício **26/09/2007** a **Indeterminado**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **TZYZ.CENA.YDDW.NWX2.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:15:59**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO (Título Eleitoral:)** é **SECRETARIO GERAL (exercício 26/09/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **UQFK.#HPA.C5QD.MTHH.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:17:00**

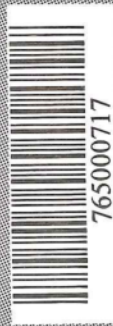
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

reios



DESTINATÁRIO / Recipient		TELEFONE / Phone number	
DEL. REG. EST. SÃO PAULO - MIN. CIÊNCIAS, INOV. E COMUNICAÇÃO 11-3101-0123			
ENDEREÇO / Address			
RUA MARGENTHA 592 - B2-1 - MÉRIDIANO - VILA LEOPOLDINA			
CEP Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
05311900	SÃO PAULO	SP	BRASIL

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
ASSOC. DE DESEN. COMULI DE CABECEIRAS		86-9812-3862	
ENDERECO / Address			
RUA SÃO DOMINGOS - SN - CENTRO			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAIS / Country
64105-000	CABECEIRAS DO PIAUI	PI	BRASIL



"RECYCLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
 To recycle materials is to preserve the environment

DEVOLUÇÃO / Return	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved) <input type="checkbox"/> Recusado (Refused) <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown) <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) <input type="checkbox"/> Ausente (Absent)	<input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Endereço (Insufficient) <input type="checkbox"/> Não existindo (Non-Existing) <input type="checkbox"/> Outros (at) <input type="checkbox"/> Ausente
Tentativas de entrega (Delivery attempts)	
1ª / / às / at	2ª / / às / at
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro Information provided by the doorman or tr <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / Reinstated to postal service	
Data: / /	Assinatura: / / Date: / / Signature



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 35217/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 21 de setembro de 2016.

Ao Senhor

JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO

Representante Legal da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**

Rua São José, s/nº - Centro
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: **Prorrogação de Prazo relativo à análise do processo nº 53000.036560/2012-19**

Senhor Representante Legal,

1. Informamos a concessão de 30 (trinta) dias de prazo, contados a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade cumpra integralmente a solicitação do item I da **NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MC** (cópia em anexo), desta Delegacia Regional, encaminhada pelo Ofício nº 27828/2016/SEI-MC, de 27 de julho de 2016.
2. Ressalte-se que a não apresentação da documentação no prazo acima estipulado poderá ensejar a extinção da outorga.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 21/09/2016, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1357195** e o código CRC **E0CE5DE9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 35217/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.036560/2012-19 - Nº SEI: 1357195

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 35217/2016/SEI-MCTIC
Ao Senhor
JOSÉ ARIMATÉA VELOSO MACHADO
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras
Rua São José, s/nº - Centro
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: Prorrogação de Prazo relativo à análise do processo nº 53000.036560/2012-19

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

28/05/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Geclonir de Caires-Carvalho
Mat. 8.537.453-4

508.161 SSPPI

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16




CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE
RECEBIMENTO
AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)
JO 95179325 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

SÃO PAULO
SÃO PAULO

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO
ENDEREÇO PAI
CIDADE / LOCAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA
CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP
FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680

BRASIL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS – ADECOC

CNPJ : 07.245.012/0001-25

RUA SÃO DOMINGOS, SN – CENTRO

CABECEIRAS DO PIAUÍ – PI

OFICIO Nº 013/2016

Cabeceiras do Piauí (PI), 26 de Outubro de 2016

53900.059951/2016-83

01/11/2016

Ao Senhor

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
São Paulo – SP

Assunto: Resposta a Nota Técnica nº 18469/2016/SEI-MCTIC, relativa ao Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 – 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998.

Senhor Delegado,

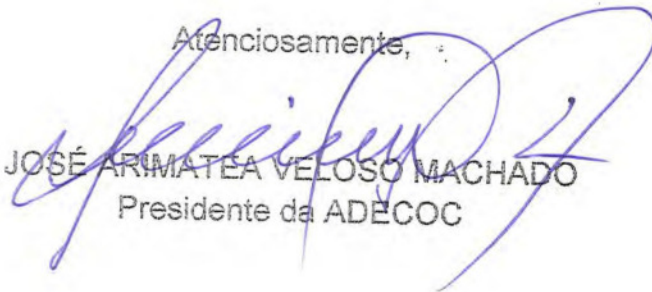
Em resposta ao Ofício nº 35217/2016/SEI-MCTIC, datado de 21/09/16, recebido em 28/09/16, conforme AR-Postal, estamos encaminhando documentação solicitada pela Nota Técnica nº 18469/2016/SEI-MCTIC, referente ao Processo de Renovação nº 53000.036560/2012 – 19 e Processo de Outorga nº 53760.000705/1998 da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras.

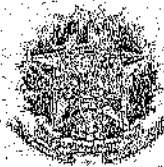
Em relação ao Item I, que solicita a VERSÃO INTEGRAL e ATUALIZADA do Estatuto da ADECOC, estamos encaminhando o referido documento registrado em Livro de Pessoa Jurídica.

Em relação a Item II, alíneas “a” e “b”, estamos enviando as certidões que comprovam as desvinculações dos Diretores da Associação dos referidos Órgãos Partidários.

Dessa forma, esperamos sanar as pendências que foram indicadas na referida Nota Técnica a este anexada.

Atenciosamente,


JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO
Presidente da ADECOC



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 35217/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 21 de setembro de 2016.

Ao Senhor

JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras

Rua São José, s/nº - Centro

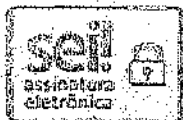
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí-PI

Assunto: Prorrogação de Prazo relativo à análise do processo nº 53000.036560/2012-19

Senhor Representante Legal,

1. Informamos a concessão de 30 (trinta) dias de prazo, contados a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade cumpra integralmente a solicitação do item I da NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MC (cópia em anexo), desta Delegacia Regional, encaminhada pelo Ofício nº 27828/2016/SEI-MC, de 27 de julho de 2016.
2. Ressalte-se que a não apresentação da documentação no prazo acima estipulado poderá ensejar a extinção da outorga.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, em 21/09/2016, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1357195** e o código CRC **E0CE5DE9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 35217/2016/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.036560/2012-19 - Nº SEI: 1357195

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 18469/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: 53000.036560/2012-19

Processo de Outorga nº: 53760.00705/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade atender às exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Uma vez que se observam inconsistências entre o Estatuto Social apresentado e suas alterações posteriores, a entidade deverá apresentar cópia da **VERSÃO INTEGRAL** do Estatuto Social **ATUALIZADO**, abrangendo todos os artigos mencionados em suas alterações já realizadas, que deverão estar em pleno acordo com os preceitos do art. 40 da Portaria nº 4334/2015:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução."

I.1. Frise-se que a versão do Estatuto Social ora solicitada deverá estar compilada EM UM ÚNICO DOCUMENTO ATUALIZADO, acompanhado de seu respectivo registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

II. A entidade deverá, ainda, se manifestar quanto aos seguintes fatos, que configuram indícios de vínculos proibidos pela legislação referente ao serviço de radiodifusão comunitária:

a) o presidente JOSÉ ARIMATEA VELOSO MACHADO exerce cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o PSB de Cabeceiras do Piauí/PI (página 1 do Anexo I);

b) a vice-presidente SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO e o tesoureiro PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO exercem cargo ou função em órgão partidário municipal, qual seja, o DEM de Cabeceiras do Piauí/PI (páginas 2 e 3 do Anexo I).

II.1. Ressalte-se, mais uma vez, que configuram óbice à renovação da outorga quaisquer das situações elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III"; "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº 4334:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334/2015

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) *exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;*

d) *é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou*

e) *exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.*

II - *quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.*

III - *quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;*

IV - *quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e*

V - *quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."*

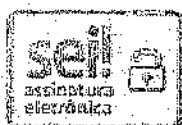
Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo." (grifos nossos)

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar a documentação solicitada e esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Técnico Administrativo**, em 28/07/2016, às 09:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



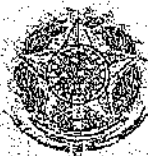
Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 28/07/2016, às 10:26, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1254377** e o código CRC **FAE08752**.

Minutas e Anexos

Anexo I (1254372) - Certidões expedidas pela Justiça Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO (Título Eleitoral:)** é **SECRETARIO GERAL (exercício 26/09/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **UQFK.#HPA.C5QD.MTHH.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:17:00**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

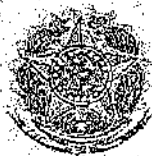
Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO** (Título Eleitoral: **005667561597** e CPF: **228.003.523-53**) é **PRESIDENTE** (exercício **26/09/2007 a Indeterminado**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **TZYZ.CENA.YDDW.NWX2.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:15:59**

• Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

• **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

• Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ ARIMATEIA VELOSO MACHADO** (Título Eleitoral: **005667601570** e CPF: **078.133.173-00**) é **1º - PRESIDENTE** (exercício **15/09/2015** a **15/09/2016**) do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 15/09/2015 Final: 15/09/2016**
Código: **I4\$L.ZGRC.91VY.XEB5.**
Certidão emitida às: **27/07/2016 09:14:16**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Simone Lino dos Santos
CPF Nº 030.853.603-00
Escritor

CNPJ 06.842.751/0001-31 - CNE 1483200-000 - Barras - PI
CERTIFICADO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS NOTAS
DOU FÉ. BARRAS, 25/10/2016 10:19:21

SIMONE LINO DOS SANTOS - ESCRIVENTE AUXILIAR
Emol: 2.20 T.J. 0.22 Selo: 0.10 Total: 2.52



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS – ADECOC – CNPJ Nº 07.245.012/0001-25, com vigência a partir de 07/10/1985

CAPITULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Objeto

Art. 1º - É instituída uma associação de desenvolvimento comunitário de Cabeceiras originária de movimento espontâneo entre os habitantes da comunidade.

Art. 2º - A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede à Rua São Domingos, S/N, Centro, Cabeceiras do Piauí – PI, com atuação em território do Município (Zona Urbana e Rural) e foro na Comarca de Barras-PI e tem por objetivos:

- I – Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;
- II – Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores;
- III – Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas culturais e desportivas;
- IV – Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas.

Art. 4º A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselho Comunitário.

§ - 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionamento dos Órgãos referidos neste artigo não será remunerado;

§ - 2º É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral;

§ - 3º O Conselho Comunitário será constituído por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivamente da comunidade;

§ - 4º O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação bem como sua avaliação;

§ - 5º Os representantes indicados para compor o Conselho Comunitário não poderão ser sócios da executora do serviço de radiodifusão.



CAPITULO II

Da Assembléia Geral

Art. 5º - A Assembleia Geral é órgão supremo da Associação, constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.

§ - 1º A Assembleia Geral reúne-se ordinária ou extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento de um terço dos associados.

§ 2º A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital, afixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, com antecedência de oito dias.

§ 3º - A Assembleia Geral Ordinária reúne-se e delibera:

I - em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados;

II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número.

§ - 4º - A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se e delibera:

I - em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados;

II - em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados. Não havendo esse número mínimo na segunda convocação, será fixada nova data para realização da Assembleia.

§ 5º - Preside a Assembleia Geral qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.

§ 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, na segunda quinzena de setembro, de dois em dois anos, para eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal; extraordinariamente sempre que as necessidades da comunidade o exigirem.

§ - 7º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

I - reformar o estatuto;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III - autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias acaso exigidas;

IV - autorizar alienação de bens obsoletos ou sem utilidade;

V - decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos.

CAPITULO III

Da Diretoria Executiva

Art. 6º - A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Vice- Presidente, um Secretário, um segundo Secretário, um Tesoureiro e um segundo Tesoureiro, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandado de 2(dois) anos, podendo ser reeleita uma única vez.

Art. 7º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana, por convocação do presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.

Art. 8º - As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo Presidente.





Parágrafo único – As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples.

Art. 9º - Compete à Diretoria Executiva:

- I – cumprir e fazer o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados;
- II – acolher quaisquer reclamações dos associados;
- III – fixar o valor da contribuição social ;
- IV – executar o plano de desenvolvimento da comunidade;
- V - encaminhar até 31 de março, para aprovação da Assembleia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VI - aprovar o quadro de pessoal administrativo da Associação;
- VII - exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social;
- VIII - convocar a Assembleia Geral;

IX - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos.

Art. 10º - Compete ao Presidente:

- I – representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II – proteger o patrimônio da Associação;
- III – alienar, mediante previa anuência da Assembleia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- IV - realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- V – receber doações;
- VI – examinar e assinar, com o Tesoureiro, balancetes mensais e balanços;
- VII – aprovar propostas de inscrições sócios. As propostas acaso não aprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho fiscal, para exame;
- VIII – movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com Tesoureiro;
- IX - assinar, com o Secretário, a correspondência da Associação.

Art. 11º - Compete ao Vice – Presidente:

- I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 12º - Compete ao Secretário:

- I - organizar e dirigir todos os assuntos e de Secretaria da Associação;
- II – assinar com o Presidente a correspondência da Associação.

Art. 13º - Compete ao Segundo-Secretário:

- I – substituir o Secretário em suas ausências ou impedimentos.

Art. 14º - Compete ao Tesoureiro:

- I – responder pela guarda dos valores e títulos da Associação;
- II – movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o Presidente;
- III – assinar com o Presidente balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos.

Art. 15º - Compete ao Segundo-Tesoureiro:

- I – substituir o Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos.



Simone Lino dos Santos
CPF Nº 030.853.663 - 00
Escrivente



CAPITULO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 16º - O Conselho Fiscal é composto de três membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com o mandato de 2 (dois) anos.

§ - 1º serão eleitos também 3 (três) suplentes para o Conselho Fiscal;

§ - 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente.

Art. 17º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Art. 18º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar todo movimento financeiro da comunidade, quer ,de receita, quer de despesa;

II – verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III – fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao Presidente da Diretoria Executiva;

IV – examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados.

CAPITULO V

Dos Sócios

Art. 19º - Serão sócias da Associação todas as pessoas físicas e jurídicas, gratuitamente, que atenderam aos seguintes requisitos:

I – manifestarem seu desejo de vincular-se à Associação, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;

II – tenham seu pedido de inscrição aprovado.

CAPITULO VI

Dos Direitos e Deveres dos Sócios

Art. 20º - Os sócios, quites com a Tesoureira da Associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto, tem os seguintes direitos:

I – votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II – usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;

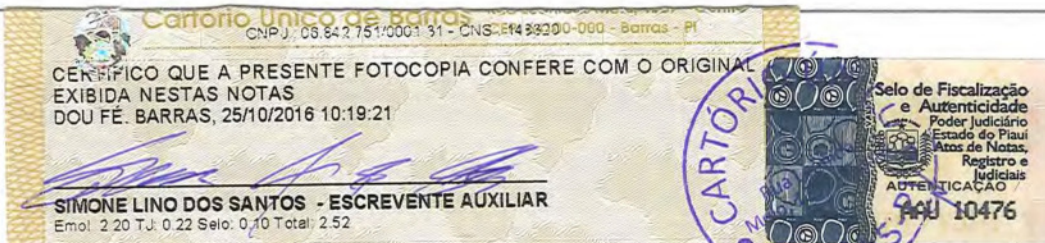
III – recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva;

IV – participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;

V – oferecer sugestões;

VI – requerer a convocação da Assembleia Geral, em caráter extraordinário.

Simone Lino dos Santos
Nº 030.853.663 - 00
Escrevente



Art. 21º - Os sócios têm as seguintes obrigações:

- I – cumprir o Estatuto, os regulamentos e as disposições da Associação;
- II – exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III – colaborar com as iniciativas de Associação;
- IV – pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria Executiva até o último dia do mês de competência.

Art. 22º - O sócio que, de alguma forma, infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação fica sujeito as seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva:

- I – advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;
 - II – suspensão de um a doze meses:
 - a) os reincidentes em infração punida com advertência;
 - b) os que estejam em atraso, há três meses ou mais, no pagamento de contribuição pecuniária;
 - III – exclusão:
 - a) os reincidentes em infração punida com suspensão.
- § - 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recurso à Assembleia Geral;
- § - 2º - A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo;
- § 3º - A pena de suspensão não isenta os sócios de suas obrigações.

CAPITULO VII

Das Eleições

Art. 23º - A eleição para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Art. 24º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

CAPITULO VIII

Do Patrimônio

Art. 25º Os recursos da Associação são constituídos de:

- I – contribuições pagas pelos sócios;
- II – doações e subvenções, públicas e/ou privadas;
- III – produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios;
- IV – outras receitas.

Art. 26º - O patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos.

§ 1º - Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será doado a entidades assistências, devidamente registrado no Conselho Nacional de Serviço Social, nomeados na Assembleia Geral de dissolução.

§ 2º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

§ 3º - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.



Simone Lino dos Santos
CPF Nº 030.853.663 - 00

Escritório
Selo de Fiscalização
e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atas de Notas,
Registro e
Judiciais
AUTENTICAÇÃO
000 10477

CAPITULO IX

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 27º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal expirará no dia 27 de setembro do segundo ano de mandato.

Art. 28º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva.

Art. 29º - A ADECOC é constituída por numero ilimitado de sócios, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político.

Art. 30º - ADECOC não visa a distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes.

- I – Em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio será destinado a instituição registrada no CNSS ou entidade publica;
- II – A Assembleia Geral é órgão soberano;
- III – Inexiste cargo de direção vitalícia.

Art. 31º - Promover proteção à família, a infância, à adolescência, à maturidade e a velhice.

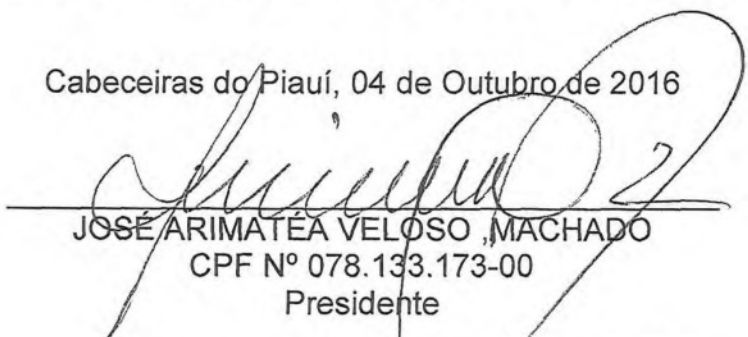
- I – Proteção à criança e ao adolescente carente;
- II – proteção a família no setor de melhoria habitacional;
- III - proteção a família no desenvolvimento agrícola.

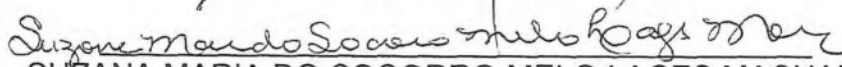
Art. 32º - A ADECOC também executará como forma de interação entre as comunidades e instituições, serviços de radiofusão, através de Radio Comunitária, sob sua total responsabilidade, isenta de qualquer forma de proselitismo e discriminação.

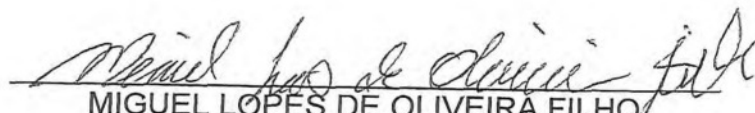
Art. 33º - Não poderão ser postulante a cargos da Diretoria os associados que tenham cargos políticos partidários, ou seja, candidatos aos mesmos.

Art. 34º - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras - ADECOC está apta a desenvolver e executar programas e projetos de Habitação de Interesse Social no âmbito de todo território do município de Cabeceiras do Piauí (zona rural e urbana).

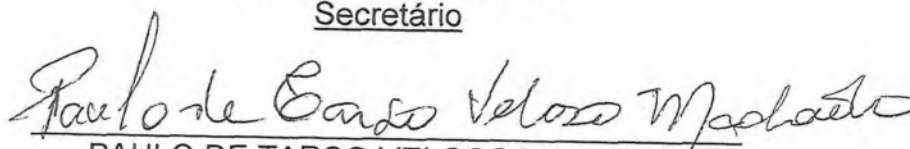
Cabeceiras do Piauí, 04 de Outubro de 2016


JOSE ARIMATEA VELOSO MACHADO
CPF Nº 078.133.173-00
Presidente


SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO
CPF Nº 228.003.523-53
Vice-Presidente

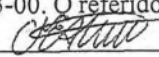

MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA FILHO
CPF Nº 150.930.003-10

Secretário

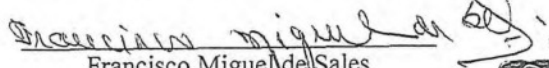

PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO
CPF Nº 134.066.553-00

Tesoureiro

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada, protocolo nº 3146, datado de 17/10/2016, que foi registrado neste Serviço Registral - Cartório Único de Barras-PI, no livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas A-13, às folhas 1 a 4v, sob nº de ordem 1.129, foi registrado o Estatuto da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras – ADECOC, com CNPJ nº 07.245.012/0001-25, com vigência a partir de 07/10/1985, tendo como requerente o Sr. José Arimatea Veloso Machado, CPF nº 078.133.173-00. O referido é verdade e dou fé. Emolumentos: R\$ 57,17. FERMOJUPI/TJ R\$ 5,72. Selo R\$ 0,20. Eu, , Marlus Eduardo Alves da Silva, Escrevente Autorizado a digitei.

Barras-PI, 24 de outubro de 2016.


Francisco Miguel de Sales
Oficial Substituto





JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ ARIMATEIA VELOSO MACHADO (Título Eleitoral: 005667601570)** foi **1º - PRESIDENTE (exercício 15/09/2015 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSB - 40 PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 15/09/2015 Final: 15/04/2017**
Código: **TLNC.SSKD.SBFH.KY55.**
Certidão emitida às: **25/10/2016 10:31:30**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **PAULO DE TARSO VELOSO MACHADO (Título Eleitoral: 010181501546)** foi **SECRETARIO GERAL (exercício 26/09/2007 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **PSJJ.SHRJ.RCT6.GL#Z.**
Certidão emitida às: **25/10/2016 10:30:09**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **SUZANA MARIA DO SOCORRO MELO LAGES MACHADO (Título Eleitoral: 005667561597)** foi **PRESIDENTE (exercício 26/09/2007 a 25/08/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **DEM - 25 DEMOCRATAS**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**
Vigência: **Início: 26/09/2007 Final: Indeterminada**
Código: **/RGV.AMBB.JQ++ .RWFK.**
Certidão emitida às: **25/10/2016 10:28:52**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Correios **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) 00,26

JR 85217154 6 BR

DESTINATÁRIO / Recipient

MIN. DA CIENC., TEC., INOV., E COM-DELT. REG. NO EST. DE SÃO PAULO 011 3101-0123

ENDEREÇO / Address

RUA MERBENTHALER, 599, BL 1, MEZANIN, VILA LEOPOLDINO

CEP
Zip

05311-900

CIDADE / City

SÃO PAULO

UF / State

SP

PAÍS / Country

BRASIL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender

JOSE ARIMATEA VELHO MACHADO

TELEFONE / Phone number

(86) 981-226553

ENDEREÇO / Address

RUA SÃO JOSE, 5/N - CENTRO

CEP / Zip

64105-000

CIDADE / City

PARAICURAS-PI

UF / State

PI

PAÍS / Country

BRASIL



760200530

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O NOSSO AMBIENTE"



DEVOLUÇÃO / Return

(CN15)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved) | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased) |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused) | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address) |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown) | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number) |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Other) |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent) | |

Tentativas de entrega (delivery attempts)

1ª ___/___/___ às 2ª ___/___/___ às 3ª ___/___/___ às ___/___/___

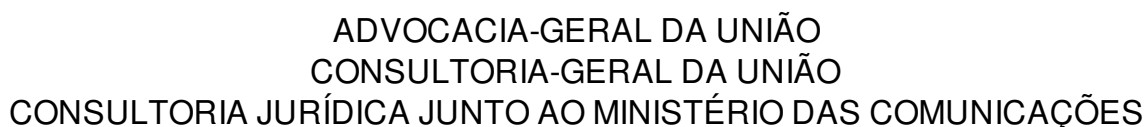
- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided for doorman or condo manager) |
| <input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em ___/___/___ (Reinstated to service post) |

Data: ___/___/___ Responsável:



MISTO

Envelopa produzida a partir de fontes responsáveis
FSC® C015899



ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 9005/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 10 de novembro de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, em 10/11/2016, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1466591** e o código CRC **8146415B**.

Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1466591



Sistemas Interativos

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PI
Município: Cabeceiras do Piauí
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Cabeceiras do Piauí
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS
Nome Fantasia: 'RADIO NOVA CIDADE'
Logradouro: RUA SAO JOSE, S/N
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 07.245.012/0001-25
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 07245012000125

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 64135000
Número: .
Município: Cabeceiras do Piauí
Telefone:
Logradouro: RUA SAO JOSE, S/N
Complemento:
Distrito: Cabeceiras do Piauí
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
Estado: PI

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 64135000
Número: .
Município: Cabeceiras do Piauí
Telefone: 86 02401141
Fax:
Logradouro: RUA SAO JOSE, S/N
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
E-mail:
Estado: PI

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 08/08/2002
Data Limite Instalação: 02/03/2020
Número do Processo: 537600007051998
Fistel: 50011429976
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	319		Portaria	MC	05/07/2000	14/07/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	183		Decreto Legislativo	CN	07/08/2002	08/08/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	29775		ATO	SCM	03/10/2002	07/10/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	260		Despacho	MC	19/12/2008	13/03/2009	Advertência	Jur.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CABECEIRAS - CNPJ/CPF(07.245.012/0001-25)

Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

Município/UF: CABECEIRAS DO PIAUÍ/PI**Canal:** 200**Indicativo:** ZYD357**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

07:00 ▼

21:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado de São Paulo – DRMCTIC/SP

Processo nº: **53000.036560/2012-19**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS (ADECOC)**

Em atenção ao Memorando nº 9005/2016/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	-	NADA CONSTA
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.000897/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD• (1495779);• Despacho nº 260, de 19/12/2008, publicada no Diário Oficial da União de 13/03/2009 - ADVERTÊNCIA;• Irregularidade apurada: itens 14.2,018.1.4 e 18.3.2.2 da Norma 01/2004.• Infração: (data de ocorrência: 18/04/2005).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 14/11/2016, às 16:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



1495782 e o código CRC **FA1D543D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1495782



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 6692/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.036560/2012-19**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**, por meio da Portaria nº **319**, publicada no DOU de 14/07/2000, e Decreto Legislativo nº **183**, publicado no DOU de 08/08/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 08/08/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 02/08/2012, página nº 02, evento SEI 0420485, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no DOU de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras

QUADRO DIRETIVO
José Arimatéia Veloso Machado – Presidente; Suzana Maria do Socorro Melo Lages Machado – Vice-Presidente; Miguel Lopes de Oliveira Filho – Secretário; Fabiana Araujo Silva- Segundo-Secretário; Paulo de Tarso Veloso Machado – Tesoureiro; Hudson Veras de Sampaio Almendra Filho – Segundo-Tesoureiro.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998, a Norma nº 01/2011 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.	X		Página 02 do evento SEI 0420485
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?	X		
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Páginas 10 a 16 do evento SEI 1466287 – 53900.059951/2016-83
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Páginas 25 a 27 do evento SEI 1251218 – 53900.044295/2016-14

4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Páginas 28 a 33 do evento SEI 1251218 - 53900.044295/2016-14
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		Páginas 17 e 18 do evento SEI 1251218 - 53900.044295/2016-14
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Páginas 04 e 19 do evento SEI 0420485
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Evento SEI 0971945
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	X		Página 05 do evento SEI 0420485
9	Relatório de apuração de infrações.	X		Evento SEI 1495782
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas (evento SEI 1495782). No entanto, uma vez que não se observa aplicação de pena de revogação de autorização em caráter definitivo, enquadram-se os documentos instrutórios do presente pedido na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI 1764299).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI 1764299).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 29/03/2017, às 08:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/03/2017, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 30/03/2017, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 30/03/2017, às 20:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1764301** e o código CRC **7884EFE4**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.036560/2012-19**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **08/08/2012**, a autorização outorgada à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E

COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036560/2012-19 e nº 53760.000705/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08/08/2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1764301

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.036560/2012-19**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras (ADECOC)**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº **53000.036560/2012-19** (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº 6692/2017 - Evento SEI 1764301), no qual a **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras (ADECOC)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Cabeceiras do Piauí / PI**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/04/2017, às 14:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1778687** e o código CRC **B54EC141**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.036560/2012-19**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **08 de agosto de 2012**, a autorização outorgada

à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036560/2012-19 e nº 53760.000705/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1962/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036560/2012-19 e nº 53760.000705/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1797126** e o código CRC **5BA5C910**.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1797126

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.036560/2012-19**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **08 de agosto de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Cabeceiras do Piauí/PI**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1797120** e o código CRC **5D0ED0E2**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.036560/2012-19

Entidade: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras (ADECOC)

Assunto: Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se. Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1962/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 22/06/2017, às 15:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1978463** e o código CRC **CE4A97E3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1978463

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/06/2017 11:31:07
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4395947
Data prevista de publicação: 27/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9954653	ATO PORTARIA Nº 1959 MIN.rtf	11592426cf60e8aa 4ddeee7472b4f84e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954654	ATO PORTARIA Nº 1960 MIN.rtf	8c3016918db175e8 5026f01de7a74e62	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954655	ATO PORTARIA Nº 1961 MIN.rtf	40578030f0b58b21 d00459824ea4125b	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954656	ATO PORTARIA Nº 1962 MIN.rtf	6a54fad7d3853a25 930fc3f9c1e29b53	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954657	ATO PORTARIA Nº 1963 MIN.rtf	94c7f8bc1d72ff1e 4c9366680f7efad9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954658	ATO PORTARIA Nº 1964 MIN.rtf	f3e7a0dc682a799f 042707512907f144	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954659	ATO PORTARIA Nº 1965 MIN.rtf	a5ccb3c4cc518b83 21fc9f221f35303c	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954660	ATO PORTARIA Nº 1966 MIN.rtf	ec9c7b40565fe8bb 5e7b64b73df10e88	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954661	ATO PORTARIA Nº 1968 MIN.rtf	c26613f840d7a396 2a84327362ac117a	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954662	ATO PORTARIA Nº 1969 MIN.rtf	f7ae7e2e287491c2 11fb4f343a44fa35	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24

9954663	ATO PORTARIA Nº 1970 MIN.rtf	083b558fb07ee47a 5759dedeb01481c6	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954664	ATO PORTARIA Nº 1971 MIN.rtf	fe9a184beffbb350 9436d1e3d8150e91	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954665	ATO PORTARIA Nº 1972 MIN.rtf	a621a41d7bab0daf f05a473192dd8990	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954666	ATO PORTARIA Nº 1973 MIN.rtf	3aa9fcf3152d4907 df21e4ff10987ff0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954667	ATO PORTARIA Nº 1980 MIN.rtf	81e3124ce76ba828 bae8425078da8673	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954669	ATO PORTARIA Nº 1988 MIN.rtf	6c21db571a27f852 ac51063d4cf53116	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9954670	ATO PORTARIA Nº 1989 MIN.rtf	a6e881550c600c9f 30ecf78b9b1dc109	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9954671	ATO PORTARIA Nº 1990 MIN.rtf	19b7205f03038174 f247db0d7a939527	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9954672	ATO PORTARIA Nº 1991 MIN.rtf	e7595e2ba764d6d9 9f5b0a0d7e1597da	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9954673	ATO PORTARIA Nº 1993 MIN.rtf	e015807fb81dadbc 632037660feb53d5	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			123,00	R\$ 4.063,92



Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.463-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048725/2012-97 e nº 53700.000146/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brasília/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.465-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051842/2012-38 e nº 53770.001262/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.466-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.060442/2012-13 e nº 53760.000607/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de União/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.822-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000344/1998 e nº 53000.017094/2013-45, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES NOVOLINDENSES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Olinda do Norte / AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.959-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.056223/2011-59 e nº 53820.000698/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado - FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Irani/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.960-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067714/2013-97 e nº 53780.000318/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de maio de 2013, a autorização outorgada ao Centro Social José Paulino, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jaçanã/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.961-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057231/2011-12 e nº 53610.000261/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de Novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campestre FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campestre/AL.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.962-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036560/2012-19 e nº 53760.000705/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.963-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.060392/2012-74 e nº 53830.001706/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Borborema/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.964-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058143/2011-38 e nº 53830.001775/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de Dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Cultural Dona Maria Vergentina, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guaira/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.965-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.001487/2014-74 e nº 53720.000022/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de Agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural das Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Belém/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.966-SEL, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015818/2013-16 e nº 53710.000733/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Rádio Difusão, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Jacutinga/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1939744** e o código CRC **B287A5FC**.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 1939744



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 28717/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS

Rua São José, S/Nº - Bairro: Centro
64.105-000 / Cabeceiras do Piauí - PI
CNPJ nº 07.245.012/0001-25

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.036560/2012-19.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS**, sediada em **Cabeceiras do Piauí /PI**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **08/08/2012**, conforme Portaria nº 1962, de 07/06/2017, publicada no DOU de 27/06/2017 (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/07/2017, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1997857** e o código CRC **E657841B**.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEI/RAD/CGRC

Ofício nº 28717/2017/SEI-MCTIC, 05/07/2017

53000.036560/2012-19

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
DE CABECEIRAS

Rua São José, S/Nº - Centro.

64.105-000 Cabeceiras do Piauí / PI

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

27/07/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2436956 SSP-PI

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO/
SIGNATURE DE L'AGENTGeldone Carvalho Lopes
Agente de Polícia - Carteiro
Mat. 9.271.453-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

IR 43565963 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

17 JUL 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Brasília, 20 de setembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.036560/2012-19, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Cabeceiras do Piauí/PI.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
 CEP: 70067-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 2033-7444



Ofício nº 43552/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
 MARCELO PACHECO DOS GUARANY
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
 Casa Civil da Presidência da República
 Brasília/DF

Assunto: Concessão de outorga

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
928/2017	53000.060033/2013-06	Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão
929/2017	53900.061443/2015-84	Fundação Nova Campo Largo Rádio E Televisão Educativa
930/2017	53900.002813/2016-22	Rádio Progresso de Juazeiro S/A
939/2017	53000.028220/2012-14	ACAC - Associação Comunitária Ação e Cidadania para o Desenvolvimento Social, Cultural E Artístico
940/2017	53000.051422/2012-51	Associação Beneficente Maria Pinto
941/2017	53000.004357/2012-75	Universidade Federal de Goiás
944/2017	53000.020688/2013-33	Associação Comunitária e Cultural Rio das Pedras
945/2017	53900.040337/2016-48	Rádio Jauru FM Ltda.
946/2017	53900.050050/2016-26	Rádio Master FM Ltda Ltda.
947/2017	53000.036560/2012-19	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras
948/2017	53900.020155/2014-99	Fundação PR. Valdo Martins Arruda
949/2017	53900.034771/2015-16	Associação Comunitária Lagoense - ASCOLAGO
950/2017	53000.033060/2013-06	Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos
951/2017	53000.059283/2011-23	Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis
952/2017	53000.055769/2011-92	Associação Comunitária Caminho Do Sol
953/2017	53000.029232/2008-71	Rede Regional de Radiodifusão Ltda.
954/2017	53000.048971/2012-49	Associação Cultural Bem FM
955/2017	53000.057910/2011-91	Associação Cultural Cristã de Paulista
956/2017	53000.007145/2014-10	Sociedade Rádio Princesa Ltda.
958/2017	53000.062820/2011-12	Fundação Pai Eterno
964/2017	53000.013347/2011-40	Fundação Máximo Zandonadi
966/2017	53000.032529/2011-10	Fundação Educativa E Cultural Do Alto Paranaíba
967/2017	53000.012365/2011-12	Fundação Educativa E Cultural Do Alto Paranaíba
968/2017	53000.098411/2006-97	Fundação Evangélica Trindade
969/2017	53900.056279/2015-93	Fundação Ulysses Guimarães
971/2017	53000.067611/2011-65	Município de Araruama - Canal 14E
972/2017	53000.061812/2011-59	Universidade Federal do Paraná-UFPR
974/2017	53000.006763/2012-72	Universidade Federal de Uberlândia
984/2017	53000.056116/2011-21	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
987/2017	53000.060663/2011-19	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAL)
988/2017	53000.058783/2011-48	Centro Universitário de Franca
989/2017	53000.056223/2011-59	Sociedade Rádio Comunitária A Voz do Contestado - FM
990/2017	53000.008188/2012-42	Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa
991/2017	53000.017286/2013-51	Associação Comunitária Esperança E Paz
993/2017	53900.078600/2015-91	Associação De Radiodifusão Comunitária Cultura FM

996/2017	53000.025342/2007-83	Rádio e Televisão Universitária Metropolitana Ltda. e à Rádio e Televisão Capital Ltda.
997/2017	53000.066549/2011-94	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
998/2017	53000.063406/2011-21	Universidade Federal da Grande Dourados.
1000/2017	53000.060295/2011-09	Associação Comunitária Nativa de Floresta
1001/2017	53000.038016/2006-55	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura
1003/2017	53900.027042/2014-14	TV Studios de Ribeirão Preto Ltda.
1008/2017	53000.052857/2011-32	Associação Cultural E Recreativa de Paramirim (ASCUR)
070/2017	53000.065796/2013-35	Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra
133/2017	53000.055757/2011-68	Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz
168/2017	53000.048668/2012-46	Associação de Moradores E Amigos do Jardim Pedro Ometto (Amajpo)
188/2017	53000.071367/2013-05	Associação Cultural Comunitária de Sumaré
1011/2017	53000.043803/2012-67	Faculdade Atenas (Centro Educacional Hyarte-mi Ltda)
1013/2017	53000.001639/2012-11	Fundação Cultural Exército Brasileiro - FUNCEB
1014/2017	53000.006331/2012-61	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
1015/2017	53000.058935/2011-11	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 09/10/2017, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2274136** e o código CRC **303E7BFC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 43552/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2274136

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.036560/2012-19
Referência: Ofício nº 43552/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 43552/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 20/10/2017, às 11:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2317283** e o código CRC **7A0685FE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036560/2012-19

SEI nº 2317283

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.036560/2012-19.**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/07/2019, às 17:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/07/2019, às 10:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4342490** e o código CRC **DE899795**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036560/2012-19, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, inscrita no CNPJ nº 07.245.012/0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabeceiras do Piauí, estado do Piauí, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6692/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1962, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036560/2012-19, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras, inscrita no CNPJ nº 07.245.012/0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de Agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabeceiras do Piauí, estado do Piauí, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6692/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1962, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35698/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.036560/2012-19.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4679458** e o código CRC **9EF33256**.